

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES – CCHLA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS

JUSSARA KEILLA B. DO NASCIMENTO ALMEIDA.

**PROTAGONISMO JUVENIL: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA AGENTE  
JOVEM DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NA CIDADE DE NATAL – RN  
(2006/2007).**

NATAL/RN  
2009

JUSSARA KEILLA B. DO NASCIMENTO ALMEIDA.

**PROTAGONISMO JUVENIL: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA  
AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NA CIDADE DE  
NATAL – RN (2006/2007).**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – PPGCS da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como, requisito parcial à obtenção do título de mestre.

NATAL/RN  
2009

Catálogo da Publicação na Fonte.  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte.  
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA).

Almeida, Jussara Keilla Batista do Nascimento.

Protagonismo juvenil : uma avaliação do programa agente jovem desenvolvimento humano na cidade de Natal – RN (2006-2007) / Jussara Keilla Batista do Nascimento Almeida. – 2009.

113 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Natal, 2009.

Orientador: Prof. Dr. João Bosco Araújo da Costa.

1. Políticas Públicas - Juventude. 2. Protagonismo. 3. Avaliação. 4. Agente Jovem. I. Costa, João Bosco Araújo da. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

RN/BSE-CCHLA

CDU 32-053.6 (813.2)

**PROTAGONISMO JUVENIL: UMA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA  
AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NA CIDADE DE  
NATAL – RN (2006/2007).**

JUSSARA KEILLA BATISTA DO NASCIMENTO

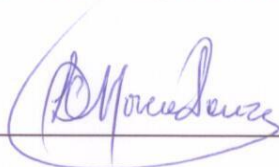
ORIENTADOR: PROF. DR. JOÃO BOSCO ARAÚJO DA COSTA

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

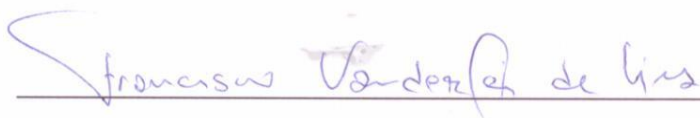
Aprovada por:



Prof. Dr. João Bosco Araújo da Costa (Orientador) - UFRN



Prof. Dr. Lincoln Moraes de Souza - UFRN



Prof. Dr. Francisco Vanderlei de Lima - UERN

Aos jovens e adolescentes que, mais que contribuir com a realização deste trabalho, desejam uma vida repleta de efetivações, DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

À universidade Federal do Rio Grande do Norte, desde minha graduação me possibilitando momentos de conhecimentos e aprendizagens. À sociedade que a custeia tornando gratuito para mim o acesso a ela.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/PPGCS, especialmente por tão bem receber profissionais de outras áreas que buscam nas ciências sociais a potencialização para suas reflexões e intervenções profissionais e acadêmicas.

À Base de Pesquisa Poder Local, Cultura Política e Políticas Públicas por favorecer minha iniciação à pesquisa científica, ainda na graduação em Serviço Social, pela possibilidade de aprofundar discussões neste percurso.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela bolsa de apoio financeiro para a pós-graduação a nível de mestrado, imprescindível para minha exclusiva dedicação no primeiro ano do curso da pós-graduação.

Tenho muito a agradecer ao professor Dr. João Bosco Araújo da Costa, pelo apoio, compromisso e competência. Sobretudo, pela solidez intelectual e pela autoridade de mestre, tão bem conciliadas com simplicidade, sensibilidade e solidariedade. A minha gratidão é imensa, assim como o desejo de conservar sua amizade.

Aos professores Lincoln e Irene Paiva que participaram da banca de qualificação deste trabalho, pelas contribuições tão pertinentes postas naquela oportunidade.

Aos demais professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, pelo compromisso e esmero que desenvolvem suas atividades possibilitando e contribuindo cada dia para o crescimento do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais.

Aos companheiros e companheiras de base de pesquisa. Especialmente, as professoras Carla Montefusco e Ivonete Soares e a amiga Anna Flávia pelo aprendizado e apoio.

À Líia Costa e Bruno Dantas pela correção gramática do texto e a adequação do mesmo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Ao professor Fábio, pela revisão do *abstract* e ao Matias pela revisão do *resumen*.

À Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS, por viabilizar através do Programa Agente Jovem para o Desenvolvimento Humano, as atividades de campo necessárias à construção deste trabalho dissertativo.

Aos jovens adolescentes que participaram o Programa Agente jovem pela imprescindível participação na realização deste trabalho.

À minha mãe, Creuza e aos meus irmãos. Especialmente a '*Raquelzinha*' tão pequena e solidária nas minhas angústias: "Posso te ajudar?". Sim você ajudou, Raquel.

À minha querida Iracema, pelos laços que independem da genética. Pelo amor, carinho e colo.

Ao Jorge, pelas imensuráveis demonstrações de paciência, companheirismo e amor nesse cotidiano atribulado de final de dissertação. Pelo apoio nas tarefas diárias e pela compreensão nos meus momentos de silêncio.

Às amigas de trabalho, Keluska Lima, Célia Valentim e Ângela Kung pela atenção e oportunas palavras de apoio nos momentos mais tensos deste percurso.

Aos amigos e amigas, companheiros de vida pelo apoio e torcida incondicional. Por entenderem que as ausências eram necessárias. E por se fazerem presentes nos e-mails, mensagens via celular e telefonemas.

Enfim, às queridas pessoas do meu dia, que em casa, no trabalho, ou na universidade me apoiavam, incentivavam e torciam por mim e pela realização deste trabalho.

*“Os jovens foram e continuarão sendo a vanguarda, por que olhando para o futuro, são eles os que tem mais razões e motivos para sonhar, para fazer planos, para imaginar utopias, para fixar um norte que supere um presente de insatisfações”. (Juan Carlos Rodriguez Ilbarra).*



## RESUMO

Este trabalho apresenta um resgate sobre o termo juventude, que contemporaneamente é apresentado como o período de vida entre 15 e 24 anos. Resgata duas características presentes na literatura. A primeira considera juventude como período de transição e a segunda trabalha essa fase a partir de uma predisposição à rebeldia. Discute a concepção plural do termo juventude considerando para isso aspectos sócio-históricos das distintas sociedades a qual se refere e destaca a importância de se perceber as diversidades do mesmo. Tendo como objeto de investigação o Programa Agente Jovem, o objetivo geral do trabalho é avaliar a efetividade das ações do programa Agente Jovem para o Desenvolvimento Humano na cidade de Natal-RN. Especificamente objetiva avaliar a efetividade do Programa Agente Jovem: a) enquanto potencializador da integração dos jovens nos espaços sociais da família, da escola e da comunidade; b) quanto à (re) inserção escolar e a incorporação dos temas relacionados à saúde na adolescência; e c) quanto à atuação dos jovens enquanto multiplicadores das ações do programa. No que se refere aos procedimentos metodológicos apresenta a revisão da literatura sobre juventude, e sobre as categorias desenvolvimento humano, protagonismo juvenil e avaliação de políticas públicas, para a construção da abordagem teórico-analítica; utiliza coleta de dados documentais na Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS sobre o Programa Agente Jovem; e entrevistas com atores envolvidos com o programa. Por fim, apresenta a avaliação da efetividade do Programa Agente Jovem sob a ótica dos participantes.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas, Juventude, Protagonismo, Avaliação, Agente Jovem.

## ABSTRACT

This paper presents a critical rescue of the term youth, while simultaneously is presented as the lifetime of between 15 and 24 years. Rescue two features in the literature. The first considers youth as a transition period and the second phase work that from a predisposition to rebellion. Discusses the design plural of that term, youth recital to this social and historical aspects of different societies to which it relates and highlights the importance of realizing the diversity of it. Where the object of investigation, the Young Agent Program, the overall objective of the study is to evaluate the effectiveness of the actions of the Young Agent Program for Human Development in Natal-RN. Specifically aims to evaluate the effectiveness of the Young Agent Program: a) as an enhancer of the integration of young people in social spaces of family, school and community, b) as to (re) insertion and the incorporation of issues related to health in adolescence, and c ) regarding the work of young people as multipliers of the actions of the program. With regard to the methodological procedures presents a review of the literature on youth, and the categories of human development, leadership and evaluation of youth policies for the construction of theoretical and analytical approach, using documentary data collection in the Municipal Labor and Social Services - SEMT on the Young Agent Program, and interviews with actors involved in the program. Finally, evaluates the effectiveness of the Young Agent Program from the perspective of participants.

**Keywords:** Public Policy, Youth, Protagonism, Evaluation, Young Agent

## RESUMEN

Este trabajo presenta un rescate crítico acerca de la juventud, al tiempo que se presenta como la vida útil de entre 15 y 24 años. Características de rescatar a dos en la literatura. La primera considera la juventud como un periodo de transición y la que la segunda fase de una predisposición a la rebelión. Explica el plural diseño de ese plazo, considerando la juventud a los aspectos sociales e históricos de las diferentes sociedades a que se refiere, destaca la importancia de darse cuenta de la diversidad de la misma. Cuando el objeto de la investigación, el Programa Agente Joven, el objetivo general del estudio es evaluar la efectividad de las acciones del Programa Agente Joven para el Desarrollo Humano en Natal-RN. Específicamente tiene como objetivo evaluar la efectividad del programa de agentes jóvenes: a) como un potenciador de la integración de los jóvenes en espacios sociales de la familia, escuela y comunidad, b) como para (re) inserción y la incorporación de cuestiones relacionadas con la salud en la adolescencia, y C ) sobre la labor de los jóvenes como multiplicadores de las acciones del programa. Con respecto a los procedimientos metodológicos se presenta una revisión de la literatura sobre la juventud, y las categorías de desarrollo humano, liderazgo y evaluación de las políticas de juventud para la construcción de un enfoque teórico y analítico, mediante la recopilación de datos documentales en el Municipal de Trabajo y Servicios Sociales - SEMTAS en el Programa Agente Joven, y entrevistas con los actores involucrados en el programa. Por último, evalúa la efectividad del Programa de la joven agente de la perspectiva de los participantes.

Palabras clave: Juventud, las políticas públicas, desarrollo humano, la prominencia y Evaluación de la Juventud Programa Juventud Agente de Desarrollo Humano en Natal.

## LISTA DE SIGLAS

ACB – Análise Custo Benefício

BEMFAM – Bem-Estar Familiar no Brasil

CRAS – Centro de Referência da Assistência Social

CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude

DDN – Disque Denúncia Nacional

DST's – Doenças Sexualmente Transmissíveis

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM – Fundação do Bem-Estar do Menor

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

GF – Grupo Focal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEMA – Instituto de Desenvolvimento Humano

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

MDS – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ONU – Organizações das Nações Unidas

PDH – Paradigma de Desenvolvimento Humano

PEA – População Economicamente Ativa

PM – Polícia Militar

PNBEM – Política Nacional do Bem-Estar do Menor

PROUNI – Programa Universidade para Todos

RN – Rio Grande do Norte

SEMTAS – Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social

SAM – Serviço de Assistência ao Menor

## LISTA DE GRÁFICOS

01 – População de Natal X Renda.....	50
02 – Jovens da Cidade de Natal X Anos de Estudo.....	51
03 – Adolescentes Atendidos no Programa Agente Jovem por Ano.....	54
04 – Adolescentes Participantes X Região Administrativa da Cidade.....	55
05 – Número de Pessoas por Família.....	56
06 – Número de Adolescente por Família.....	56
07 – Escolaridade dos Adolescentes Participantes do Programa.....	57
08 – Participantes com Relação ao Sexo.....	58
09 – Participantes do Sexo Feminino que Engravidaram.....	59
10 – Participantes do Sexo Feminino que possuem Filhos.....	60
11- Adolescentes do Sexo Feminino X Número de Filhos.....	61

## LISTA DE QUADROS

01 – Tipos de Participação Juvenil.....	47
02 – Jovens por Faixa Etária na Cidade de Natal.....	51

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I	
JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	20
1.1 JUVENTUDES: EXPRESSÕES SÓCIO-HISTÓRICAS DE UM PERÍODO TRANSITÓRIO.....	22
.	
1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NO BRASIL.....	34
CAPÍTULO II	
O PROGRAMA AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO HUMANO EM NATAL-RN.....	41
2.1 DESENVOLVIMENTO HUMANO E PROTAGONISMO JUVENIL.....	42
2.2 SER JOVEM EM NATAL: OS CONTORNOS DESTE PERFIL.....	49
2.3 O PROGRAMA AGENTE JOVEM EM NATAL.....	52
CAPÍTULO III	
A AVALIAÇÃO DO PROGRAMA AGENTE JOVEM EM NATAL.....	63
3.1 QUESTÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	64
3.2 A EFETIVIDADE DO PROGRAMA AGENTE JOVEM NA ÓTICA DOS PARTICIPANTES.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS.....	98
APÊNDICES.....	105



**INTRODUÇÃO**



O discurso sobre políticas públicas orientadas para a juventude está presente na agenda política brasileira desde a década de 1970. No entanto, a partir da década de 1990 são somados a essa discussão os conceitos de protagonismo juvenil e de participação democrática.

Ou seja, o envolvimento dos jovens cidadãos na proposição e avaliação de políticas públicas. No caso da juventude, a inclusão deste segmento da sociedade no planejamento de políticas públicas que lhes são destinadas, incluindo a participação dos mesmos em comitês, fóruns e conselhos. Isto, por conseguinte, contribui para torná-los protagonistas, empoderados para se posicionarem sobre temas que lhes dizem respeito não apenas individualmente, mas também no âmbito da coletividade.

Minha aproximação ao tema Juventude e Políticas Públicas se deu inicialmente quando desenvolvi a atividade de orientadora social do Programa Agente Jovem para o Desenvolvimento Humano implementado pela Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social – SEMTAS na cidade de Natal - RN. Posteriormente pela oportunidade de participar da Base de Pesquisa Poder Local, Cultura Política e Questão Social, coordenada pelo Professor Dr. João Bosco Araújo da Costa, como bolsista voluntária pela Pró-Reitoria de Graduação – PROPESQ, participando da pesquisa “JUVENTUDE E CULTURA POLÍTICA: O (a)s Jovens Estudantes do Ensino Médio no Município de Natal”. O plano de trabalho executado na referida pesquisa resultou na monografia de conclusão de curso “JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS: a percepção dos jovens estudantes do ensino médio sobre as políticas públicas para a juventude no município de Natal/RN”, apresentada ao Departamento de Serviço Social desta universidade.

Na referida pesquisa, o Programa Agente Jovem se destacou na fala dos jovens entrevistados por sua abrangência nas quatro regiões administrativas e por possibilitar mudanças/acessos na vida dos jovens que eram atendidos pelo referido programa. Não havia afirmações mais precisas, pois a avaliação dos programas citados não era o objetivo daquele trabalho.

O conhecimento do Programa Agente por jovens que participavam e que não participavam do programa, a abrangência do mesmo na cidade do Natal e no estado do Rio Grande do Norte nos impulsionou para a realização de um trabalho de avaliação deste enquanto política pública para a juventude na cidade de Natal/RN.

Tendo como objeto de investigação o Programa Agente Jovem, o objetivo geral do trabalho é avaliar a efetividade das ações do programa Agente Jovem para o Desenvolvimento Humano na cidade de Natal-RN. Especificamente objetiva avaliar a efetividade do Programa Agente Jovem: a) enquanto potencializador da integração dos jovens nos espaços sociais da família, da escola e da comunidade; b) quanto à (re) inserção escolar e a incorporação dos temas relacionados à saúde na adolescência; e c) quanto à atuação dos jovens enquanto multiplicadores das ações do programa.

No que se refere à metodologia, mesmo existindo conforme Richardson (1999) uma grande confusão de ordem teórica em torno das concepções de método e de metodologia, adotamos o conceito de método científico em sua noção mais geral, que corresponde à maneira estratégica de se chegar a uma determinada finalidade ou um objetivo científico. Incluindo-se, também neste sentido, as escolhas de ordens teóricas e conceituais. Já a metodologia refere-se ao conjunto de procedimentos utilizados para realizar a investigação científica.

Dentre os dois principais métodos de pesquisa Richardson (1999) destaca o método quantitativo e o método qualitativo. A escolha entre um deles se dá conforme a apropriação deles ao tipo de estudo que se deseja realizar. Sendo assim, a natureza do problema ou seu nível de aprofundamento que, de fato, determina a escolha do método.

O método quantitativo se caracteriza, segundo Richardson (1999), pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas. Por essas características o método quantitativo é frequentemente aplicado em estudos descritivos que buscam descobrir e classificar a relação entre variáveis.

O método qualitativo não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise de um problema. Pois não possui a função de numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas. Segundo Richardson (1999, p.79) “o aspecto qualitativo de uma investigação pode estar presente até mesmo nas informações colhidas por estudos essencialmente quantitativos”. O autor afirma ainda, que análises qualitativas podem ser realizadas sobre pesquisas quantitativas, devendo-se estar atento para que estas não percam seu caráter ao serem transformadas, assegurando-se assim a exatidão no plano dos resultados.

Para realização deste trabalho de dissertação utilizamos prioritariamente o método qualitativo. No que se refere aos procedimentos metodológicos realizamos a revisão da literatura sobre os temas juventude, protagonismo juvenil e avaliação de políticas públicas, para a construção da abordagem teórico-analítica; coleta de dados documentais na Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS sobre o Programa Agente Jovem; realização de entrevista com a coordenação, os instrutores e/ou orientadores sociais do programa e familiares dos adolescentes atendidos e realização de grupos focais com os adolescentes e com os pais/ responsáveis.

O grupo focal é uma técnica de avaliação que oferece informações qualitativas. Um moderador/ facilitador conduz uma reunião que tem por objetivo revelar experiências e percepções dos participantes. Para Neto, Moreira e Sucena (2002) grupo focal consiste em:

Uma técnica de pesquisa na qual o pesquisador reúne, num mesmo local e durante certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico. (NETO, MOREIRA e SUCENA, 2002, p. 05).

Buscamos assim, através dos grupos focais percebermos a avaliação da efetividade do Programa Agente Jovem, na ótica dos jovens adolescentes que participaram do referido programa.

O trabalho que ora se apresenta traz o primeiro capítulo intitulado “Juventude e Políticas Públicas”. Nele se os conceitos de juventude como uma construção sócio-histórica, e sob os aspectos de multiplicidade e heterogeneidade. E faz também um resgate sobre as políticas públicas destinadas a juventude no Brasil desde as ações de ajustamento social apresentando a perspectiva do protagonismo juvenil.

O segundo capítulo discute a questão do desenvolvimento humano e do protagonismo juvenil como conceitos balizares do Programa Agente Jovem, faz uma breve caracterização da juventude natalense e apresenta o Programa Agente Jovem, suas propostas, objetivos e perfil dos adolescentes participantes.

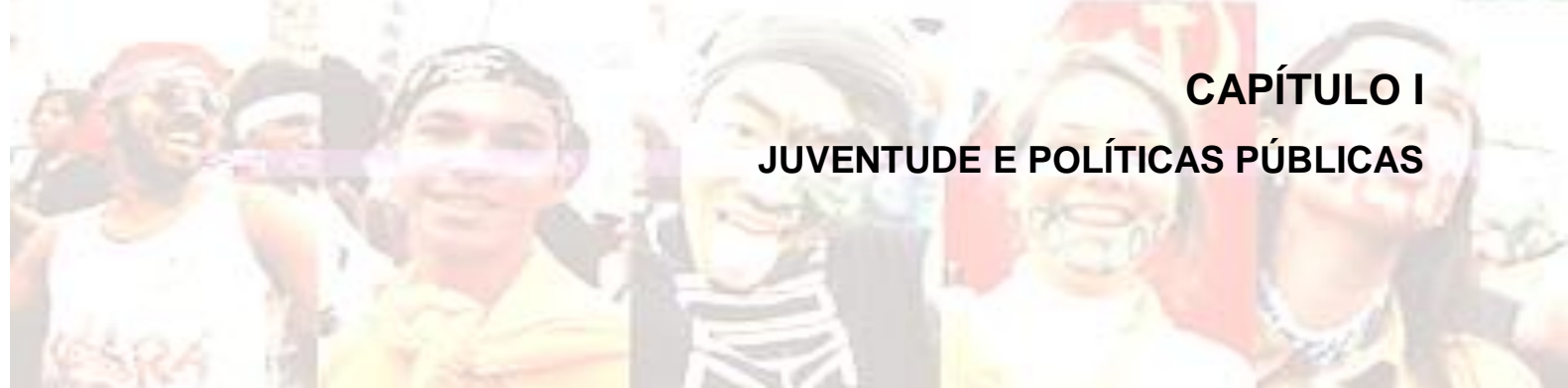
No terceiro capítulo discutimos questões de ordem teórico-metodológica sobre a avaliação de políticas públicas e apresenta-se a avaliação do Programa Agente Jovem sob os critérios de efetividade, respondendo assim, aquilo que foi

nossa instigação inicial: segundo suas propostas, que mudanças – efetividades - o programa Agente Jovem gerou na vida de seus participantes?

A resposta a esta questão, a avaliação da efetividade do referido programa, conta com um critério avaliativo: o participativo. Para os jovens participantes, se houve mudanças, o que o programa mudou em suas vidas, naquilo que se propunha?

Nas considerações finais, se aponta os destaques e impressões observados no processo de construção do trabalho e sobre os resultados observados, aquilo que os jovens adolescentes julgaram efetivos e aquilo que avaliaram que não

Destacando a participação juvenil, reconhece e agradece a participação dos mesmos neste exercício pensar/ avaliar políticas públicas de – para – com juventudes.



**CAPÍTULO I**  
**JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Juventude é, conforme assinala Helena Abramo (2005, p.37) um desses termos que parecem óbvios, dessas palavras que se explicam por elas mesmas e assunto a respeito do qual todo mundo tem algo a dizer. Entretanto, observamos que quando se busca precisar um pouco mais o próprio termo, as dificuldades aparecem, e todo o seu aspecto impreciso e escorregadio toma relevo.

Grande parte da literatura corrente apresenta o termo juventude a partir do enfoque etário considerando-a como o período de vida entre 15 e 24 anos. Novas produções sobre o fenômeno, dentre elas os trabalhos da antropóloga Regina Novaes (2008) apresenta este recorte etário entre os 15 e 29 anos. Segundo Novaes, a extensão etária desta categoria é uma tendência mundial, por duas razões: o aumento geral da expectativa de vida da população e o aumento da dificuldade de se conseguir uma efetiva emancipação. Assim, para a autora, a juventude inclui três fases. Dos 15 aos 18 anos, jovens adolescentes; dos 19 aos 24 anos, jovens; e dos 25 aos 29, jovens adultos. A exemplo da primeira distinção etária de juventude se inclui o Programa Agente Jovem, cujo as ações eram direcionadas a jovens adolescentes entre 15 e 17 anos.

Somados a este conceito etário incluem-se duas idéias básicas. A primeira seria enxergar a juventude como um período de transição da infância para a fase adulta. A outra seria que nessa chamada 'fase transitória', o indivíduo teria uma tendência natural para apresentar atitudes comportamentais questionadoras dos padrões sociais instituídos.

Não obstante a faixa etária se constituir em um dos elementos da representação sobre juventude, os estudos mais recentes (RIFIOTIS, 1995; ABRAMO, 2005; ABRAMOVAY, 2002; CARNEIRO, 2002; NOVAES, 2004) sinalizam para a necessidade de se incorporar na análise sobre juventude dois elementos fundamentais: primeiro, a representação social do lugar e do papel da juventude como uma construção sócio-histórica. Segundo, que a categoria '*juventude*' (no singular) é insuficiente para contemplar a multiplicidade e heterogeneidade dos segmentos jovens nas sociedades contemporâneas.

A dimensão sócio-histórica aponta para o fato de que cada sociedade, e em um dado momento histórico constrói uma visão do que é, e qual o papel do 'jovem'. Enquanto que em relação à multiplicidade e à heterogeneidade aponta para o fato de não existir apenas uma 'juventude', mas, várias 'juventudes' na sociedade moderna/ contemporânea.

Reconhecer a juventude como uma construção sócio-histórica e enquanto uma categoria plural e heterogênea é fundamental para a elaboração, implementação e especialmente a efetividade de políticas públicas destinadas a estes segmentos sócio-etários.

Como ação do poder público, as políticas públicas para a juventude tem se caracterizado por programas e projetos destinados a promoverem a inclusão social, a profissionalização e efetivarem o protagonismo juvenil.

Este capítulo é composto de dois subtópicos: o primeiro deles, *“Juventudes: expressões sócio-históricas de um período transitório”*, apresenta um resgate sobre o termo juventude sob a perspectiva histórica e plural; o segundo tópico, *“Políticas públicas para a juventude no Brasil”*, apresenta a concepção de política pública como ação do poder público, regata as formas de políticas públicas destinadas a juventude no Brasil apresentando um levantamento das políticas públicas destinadas à juventude nos últimos anos. Tem-se assim a construção de um quadro teórico-analítico que permita a avaliação do Programa Agente Jovem no município de Natal.

### **1.1 Juventudes: expressões sócio-históricas de um período transitório**

O termo juventude pode possuir diferentes definições a partir das diferentes áreas do conhecimento da qual se torna objeto de análise. A psicologia procura entender os aspectos comportamentais; a demografia preocupa-se em localizar o segmento jovem no conjunto populacional a partir de cortes de idades precisos; a sociologia e a antropologia com estudos voltados para a atuação do jovem na dinâmica social analisam significados e linguagens simbólicas, assim como trânsitos institucionais; a ciência política procurando descrever afirmação juvenil nos fenômenos políticos contemporâneos, entre outras.

Ainda que, contemporaneamente, de forma mais geral, a sociedade brasileira perceba o termo juventude como transição e preparação para a fase adulta da vida, essa definição clássica, por sua vez parece preocupar-se mais, segundo COSTA (1999) com o que a juventude não é (infância e idade adulta) do que com aquilo que ela realmente possa ser. Tendo então, uma preocupação mais voltada para a delimitação do fenômeno do que para as explicações das singularidades que ocorrem durante a existência do mesmo.

Estas singularidades por sua vez são caracterizadas social e temporalmente. Ou seja, cada sociedade humana pode em seu tempo interpretar de forma particular as fases ou etapas da vida.

Na cultura grega, por exemplo, CARNEIRO (2002) destaca que o ingresso na idade adulta era confirmado por ritos de iniciação. Não havendo propriamente um período transitório ou de preparo que separe o indivíduo da infância e da fase adulta.

Na Roma antiga, também não existia, até o século II a.C, o período que chamamos de juventude ou adolescência. Tendo o indivíduo atingido à puberdade fisiológica, o grupo celebrava uma cerimônia na qual este tirava a toga da infância para vestir a toga viril, passando assim, da infância para a 'fase' adulta. Após a referida cerimônia era permitido ao indivíduo exercer politicamente direitos e deveres da cidadania romana.

O historiador Philippe Aires (1981, p.142) ressalva ainda, que a menção de juventude teria por referencia, neste período romano, qualidades tidas como próprias dos homens e dos aristocratas, como a virilidade guerreira, por exemplo, e não a idade precisamente estabelecida. Ou seja, o indivíduo era considerado jovem enquanto dispusesse de força e forma físicas para guerrear, independentemente da idade que possuía.

Mas, a partir das transformações econômicas e sociais ocorridas no século II a.C. os romanos adotaram uma fase intermediária entre a infância e a fase adulta e os jovens se organizavam em instituições privadas para a prática de esportes e, muitas vezes, segundo Carneiro (2002, p.19), para se protegerem de punições mais severas pelos atos que praticavam em desacordo com as normas daquela sociedade.

Na Idade Média Ocidental, o controle absoluto dos pais sobre os filhos punha estes à disposição total daqueles até que atingissem a idade adulta e pudessem se prover. No ambiente renascentista Carneiro (2002) afirma que:

A dependência total dos pais continua para os jovens e filhos em geral. Houve também neste período, o acréscimo da disciplina severa imposta pelos colégios religiosos, onde os jovens recebiam orientação moral, religiosa e intelectual que os preparava para a chamada idade adulta. (CARNEIRO, 2002, p.20).

No século XVIII, parte da educação e formação dos jovens que era feita basicamente pela família transferida para a escola. Elas transmitem as regras que



gostariam que fossem utilizadas para a preparação e manutenção da disciplina em seus filhos. Neste período, Carneiro (2002, p.23) afirma que o castigo corporal era usado na educação escolar, como forma de estabelecer uma relação de dependência entre o jovem e o mestre.

No século XIX surgem diversos estudos em diversas áreas profissionais, principalmente na área médica, sobre juventude e adolescência. Ademais então, a adolescência passa a ser considerada, conforme Carneiro (2002, p.23) uma fase crítica e passa a ser objeto de preocupações para médicos que prescrevem, inclusive, remédios para que os jovens se mantenham serenos e mais obedientes.

Sendo a juventude do século XIX, encarada como período de grandes riscos para o indivíduo e para a sociedade, surge e multiplica-se, segundo Carneiro (2002, p.20) os internatos para moças e rapazes com a incumbência de ensinar aos jovens não só as ciências necessárias, mas também, a arte de conviver em sociedade e preparando-os para tal inserção.

Já no século XX, o posicionamento dos jovens quanto à vivência da juventude concebida como fase preparatória e quanto à escola como instituição preparadora, é apresentado por Carneiro (2002) quando este faz a seguinte assertiva:

Como necessidade social, aceitam a escola, mas não admitem perder espaços de autonomia. Com a relevância da escolaridade e com a progressiva entrada da mulher no mercado de trabalho vai se reduzindo significativamente, o chamado 'pátrio poder'. (CARNEIRO, 2002, p. 21)

Esse período preparatório e de aprendizado na escola, possibilita ao jovem, outras formas de inserção pública. Aos poucos se retira da paternidade, o poder de fundar a organização social do ponto de vista político, religioso e familiar. A juventude passa então a ter um enfoque valorativo. Segundo Carneiro (2002), os próprios adolescentes aceitam cada vez menos esquemas institucionais que lhes restrinjam o modo de vida e as condições de lazer e uso do tempo livre. Passando, assim a questionar e a aceitar, cada vez menos os esquemas institucionais que lhes restrinjam o modo de vida.

A discussão até aqui traçada mostra distintas faixas etárias produzidas e percebida por suas sociedades como juventude. Tal fato nos leva a pensar que as divisões etárias não devem ser percebidas apenas como um aspecto natural, mas também como uma construção sócio-histórica e, no sentido de que suas

características podem se distinguir conforme cada sociedade e cada período histórico da mesma.

Apontando o estudo de grupos etários e conflitos de gerações Rifiotis (1995) traz reflexões acerca da construção cultural da idéia de juventude. O autor faz a seguinte assertiva sobre a construção imaginária da idade e, por conseguinte, da juventude:

Presente em todas as dimensões do desenvolvimento individual e social, a idade não pode ser considerada um fenômeno natural: ela é uma construção imaginária. Cada cultura produz sua própria interpretação das 'idades da vida' e a escreve em instituições e comportamentos sociais determinados dando-lhes expressão através das categorizações da língua, dos mitos e etc. (RIFIOTIS, 1995, p. 107).

Percebe-se, a partir das reflexões do autor, que as ações e caracterizações dos 'jovens' podem variar segundo a sociedade e o tempo histórico que o mesmo estar inserido. Suas referências de família, religião e até de participação, por exemplo, são variáveis em relação a como estes aspectos são produzidos e interpretados na cultura da qual ele faz parte.

Observa-se então que a partir de suas culturas e dinâmicas sociais, as sociedades formam suas construções imaginárias sobre os períodos etários da vida. Onde as 'passagens' de um período para o outro podem ocorrer a partir de um sinal biológico, da participação de um ritual cultural específico, ou somente após o alcance de metas sociais e econômicas também culturalmente pré-estabelecidas, como emprego e formação profissional, por exemplo, na sociedade contemporânea

Assim como o período romano pós II a.C. no qual, construiu-se socialmente uma fase entre a infância e fase adulta, também está presente no imaginário das sociedades modernas esta construção de período transitório entre as 'distintas fases' da vida, tendo, no entanto, diferentes aspectos culturais.

Na modernidade, a representação social de juventude a descreve de forma geral como uma fase de preparo, de acúmulos de informações iniciais sobre a fase adulta. Ou seja, um período em que os indivíduos devem se preparar intelectual e economicamente para uma eficiente inserção no mercado de trabalho ou em outras inserções tida como próprias da fase adulta. Para isso são necessários ao jovem moderno requisitos como escolaridade, capacitação, emprego e renda para ser capaz, principalmente, de prover a si e a outros.

Mas, esse período preparatório pode ser semelhante ou diferente, necessário ou desnecessário, e até não ocorrer para alguns jovens. Sua duração pode ser mais curta ou mais prolongada, dependendo do tempo que o indivíduo leva para tal 'preparação', bem como, dos recursos que dispõe para sua auto-afirmação como adulto na sociedade. Neste sentido, lembramos que esta fase de preparação traz ainda conotações de direitos (ou de negação de direitos) principalmente o de participação na esfera pública. Poderíamos citar, por exemplo, a juventude de um indivíduo que fica inserido por mais tempo na formação escolar, com a de um outro jovem que por questões econômicas precisa reduzir, ou muitas vezes sequer tem esse período de formação, para de forma precarizada se inserir na esfera do trabalho, ainda que de maneira informal.

Carneiro (2002, P.25) mapea algumas das características atribuídas ao fenômeno da juventude na sociedade contemporânea. A primeira característica é a já muito citada 'fase de transição', na qual, segundo o autor, o jovem vai se deslocando do circuito familiar, e, embora não assuma, ainda, inteiramente, os papéis que a sociedade confia aos adultos, ele já não aceita os padrões de conformidade que lhes foram ensinados. A segunda característica é para Carneiro(2002), a 'fase de espaço centrado na preparação para o trabalho', na qual além de um conjunto de competências e habilidades o jovem supervaloriza também sua competência social. Esta para o autor é entendida como:

A capacidade individual de exibir um desempenho que assegure, concomitantemente: i) o alcance dos objetivos no âmbito de situações interpessoais; ii) a manutenção e gradual elevação do relacionamento com seus pares; iii) a manutenção e gradual elevação da auto-estima; iv) o envolvimento de mecanismos de autonomia capazes de responder adequadamente às demandas interpessoais de situação. (CARNEIRO, 2002, P.26).

As competências e habilidades sociais destacadas pelo autor podem estar intrínsecas a outras. No entanto, estas trazem o jovem na centralidade, na sua autopercepção, na autoconstrução de um projeto de vida e na capacidade de traçar estrategicamente o percurso para o alcance dos seus objetivos.

Helena Wendell Abramo (2005), trabalha parte destes aspectos de preparação a partir dos dados da Pesquisa da Fundação Perseu Abramo no que tange a situação dos jovens com a educação e com o trabalho. Segundo os dados apresentados pela pesquisa os jovens têm demonstrado, com algumas variações, as

capacidades individuais destacadas por Carneiro (2002). Sobre a preparação enquanto estudante, esta é válida para 64% dos jovens, sendo de 90% entre os jovens que possuem entre quinze e dezessete anos e de 43% por cento entre os jovens que têm entre vinte e um e vinte quatro anos.

A relação com o mundo do trabalho supera, conforme a autora, até mesmo a relação com a escola. Abramo (2005) constata que três quartos dos jovens da mostra estão na População Economicamente Ativa – PEA. Trinta e seis por cento dos jovens estão trabalhando; oito por cento estão procurando o primeiro emprego; e trinta e dois por cento já trabalharam e estão procurando emprego.

Voltando às características trabalhadas por Carneiro (2002), a terceira e última delas é a ‘fase de intencionalidades difusas’, sobre a qual o autor afirma que:

O jovem pauta seu comportamento por critérios de assimetria no modo de ser. Ora há o predomínio da dimensão formal, séria, normatizada, ora deixa-se levar pela dimensão descontraída, lúdica, despadronizada e emotiva. (CARNEIRO, 2002, p.27).

Esses dois tipos de comportamento juvenil mostram jovens dispostos a uma inserção mais rápida na esfera adulta, considerando-a como uma fase séria e difícil da vida. Enquanto que o segundo tipo de comportamento descreve um jovem que deseja prolongar o período no qual não está disposto a assumir tantas responsabilidades.

As três características destacadas por Carneiro (2005) reafirmam o termo juventude como um período dito para formação intelectual, emocional e profissional, onde por muitas vezes ainda ser dependente economicamente dos pais ou de outros. O jovem geralmente não recebia respaldo nem incentivo para sua participação na sociedade. Principalmente se esta participação objetivasse transpor as linhas da observação e do aprendizado, levantando cunhos de reivindicação e mudanças.

No entanto, a percepção do jovem sobre si e sobre a comunidade que está inserido, além do auto reconhecimento quanto à capacidade para participação/intervenção os leva a tentar mostrar que não são exatamente como os adultos lhes descrevem. Nem totalmente, nem homoganeamente. Confrontam a ideia que os jovens (todos) passam por um período de preparação, que não podem/ não possuem qualificações para contribuir/ participarem/ decidirem questões relativas a si e a sociedade que vivem; e que são apenas questionadores, transgressores ou

delinquentes. Que o período de formação e aprendizado não é, necessariamente, incompatível com a sua participação/atuação nos assuntos que lhe digam respeito e as sociedades em que vivem.

Estudo da professora Norma Takeuti (2002) da análise das experiências sociais de jovens e adolescentes de periferias urbanas questiona definições rotulatórias que mais estigmatizam que definem jovens e adolescentes, sobretudo os pobres.

A exemplo da situação dos chamados ‘meninos de rua’ a autora destaca:

Os jovens defendem-se das representações comumente enraizadas na sociedade que visam transformar todos os “meninos pobres” das periferias urbanas em “meninos de rua” e tentam à sua maneira, demonstrar que uma expressiva parcela de crianças e adolescentes, de bairros pobres, fazem da rua a fonte de *suprimentos* necessários à regulação dos seus problemas diários, que não se reduzem à questão de sua sobrevivência material. Se ela é o espaço de socialização e entretenimento quotidianos, isto não significa, necessariamente, ser um espaço de *delinqüentização*. (TAKEUTI, 2002, p. 131).

Observa-se que traçar um conceito de juventude sob óticas isoladas ou a partir de uma ou outra área do conhecimento é insuficiente. O conceito em recorte exclui a multiplicidade que forma a juventude contemporânea, como ainda, a importância de observar a percepção que os jovens têm de si, conforme destaca Takeuti (2002).

Como ‘fase de transição’, por exemplo, os psicólogos afirmam que este fenômeno pode variar de indivíduo para indivíduo; considerá-la apenas sob a delimitação de um corte etário<sup>1</sup> parece útil do ponto de vista etário, mas como alerta Costa (1999, p.62) torna-se bastante complicado do ponto de vista jurídico. O corte etário de quinze a vinte e quatro anos compreende pessoas que estão na ‘maioridade’ e na ‘adolescência’, sendo por lei detentoras de status legais inteiramente distintos. Havendo inclusive leis específicas de provimento, de trabalho e de sanção. No Brasil, temos através da Lei 8.069/90, O Estatuto da Criança e do

---

<sup>1</sup> O recorte etário de 15 a 24 anos é utilizado pelas NAÇÕES Unidas para delimitar o conceito de juventude.

A antropóloga Regina Novaes, ex-presidente do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, trabalha o conceito etário de juventude abrangendo dos 15 aos 29 anos, subdividindo-a em três partes dos 15 aos 18 anos, jovens adolescentes; dos 19 aos 24 anos jovens; e dos 25 aos 29 anos, jovens adultos.

Adolescente – ECA, que no que tange ao tema, normatiza sobre a prioridade de atenção destinada aos jovens adolescentes no provimento de políticas.

Entende-se que cada sociedade em dado momento histórico constrói uma noção e representação de juventude, tornando-se necessário, principalmente quando se trata diversificação da sociedade brasileira, considerar a noção de juventude plural.

Pensar o termo juventude como um fenômeno plural é admitir a heterogeneidade que esta parcela social pode se apresentar no mesmo recorte histórico

Segundo Paul Singer (2005, P.27) a juventude é composta por pessoas que estão na mesma faixa etária, para ele, dos 16 aos 24 anos. E por terem nascido aproximadamente em uma mesma época fazem parte, segundo o autor, de uma coorte que os torna semelhantes pela igualdade histórica que vivenciaram.

No caso do Brasil, por exemplo, Paul Singer aponta que:

É de se esperar que a maioria vivencie a realidade em estágios vitais semelhantes; juntas terminarão os estudos, casarão e terão filhos, farão carreira, se engajarão em movimentos políticos, sociais, culturais, etc. (SINGER, 2005, p. 27).

As afirmações de Singer apontam para uma visão homogeneizada de juventude, com realizações semelhantes e previsíveis conforme a coorte histórica a qual pertencem. Acrescenta ainda, que o mundo em que vive a atual coorte de jovens é o resultado de uma evolução histórica cujas coortes de seus pais e avós construíram, já que são estes que, segundo o autor, possuem o poder político e/ou econômico.

No entanto, no que se refere às mudanças geracionais, Singer (2005) aponta que a coorte dos ‘adultos’ é comumente desafiada e denunciada por coortes de jovens que deles dependem, engajando-se dessa forma em movimentos e revoluções. São estes fatos questionadores que, como já afirmado anteriormente, representam para os adultos, rebeldia por parte dos jovens.

A forma homogênea e aparentemente totalitária com que Singer parece perceber a juventude mostra assimetrias apenas geracionais e tratando o termo como uma categoria que possui características semelhantes para todos os indivíduos que o perpassam contemporaneamente.

Mas, como considerar a juventude como um grupo com realizações semelhantes e previsíveis, conforme a coorte histórica trabalhada por Singer? Pois temos, no caso da sociedade contemporânea brasileira, um conjunto diversificado de jovens, a saber, jovens afro-descendentes, jovens indígenas, jovens de comunidades rurais, de comunidades urbanas periféricas, que por aspectos sócio-econômicos e culturais não vivenciam no mesmo período histórico um período assimétrico de juventude.

Carneiro (2002) trabalha as características postas por Paul Singer como 'Coorte Histórica' como 'Identidade Geracional', no qual o termo geração aponta também para as semelhanças entre indivíduos contemporâneos em uma determinada época. Mas, é importante destacar que a discussão apontada por Carneiro (2002) possui alguns pontos não contemplados por Singer, como, por exemplo, considerar as semelhanças geracionais a partir de um ângulo diversificado, se debruçando também sobre aspectos como localização e regionalidade e vendo ainda, aspectos histórico-sociais.

Em contraponto às afirmações de Singer, chamamos a atenção para o fato de que esse tipo de representação social do termo juventude (homogeneizada a partir de um recorte etário) não apreende as diversas particularidades dessa condição. Especialmente, se tratando da sociedade brasileira contemporânea, repleta de diversidades regionais, sociais, culturais e outras. Compreender tais representações de forma generalista é incorrer em totalizar um universo diversificado. A exemplo, como cita Miriam Abramovay (2002) a maioria das análises apreendem apenas os jovens das classes médias e altas caracterizados principalmente por sua condição de estudante.

Neste sentido, e para um melhor conhecimento do termo Costa (1999, p.66) alerta para a importância de se considerar a conceituação e caracterização que de si mesmos fazem os próprios jovens. Ou seja, além da pluralidade de situações e lugares sociais que podem diversificar a noção e representação de juventude para uma sociedade, em um determinado período histórico, também se deve observar a auto-representação que os segmentos jovens têm de si.

Sobre este aspecto da juventude, a publicação da pesquisa sobre juventude realizada pelo Instituto Cidadania traz um artigo do cientista político Antonio Lassance (2005) que tenta caracterizar o jovem brasileiro. O autor objetiva constatar, a partir dos dados da pesquisa, como é a auto caracterização dos jovens

brasileiros e até que ponto vai sua homogeneidade considerando as dimensões do nosso território, bem como as diversidades regionais do mesmo.

A autocaracterização ou o autoconceito nada mais é do que a forma como o indivíduo define a si mesmo. Tratando-se desta forma, de algo vinculado a experiência pessoal dos mesmos. Sobre a construção deste autoconceito Carneiro afirma que:

Cada pessoa utiliza dois processos cognitivo-afetivos intercomplementares: a auto-imagem e a auto-estima. A primeira diz respeito à modalidade de avaliação através de valores dicotômicos (...) A segunda indica o sentimento decorrente destas avaliações e preponderante ao longo da seqüência de aspectos do tipo positivo/negativo. (CARNEIRO, 2002, P.33)

Através do processo cognitivo referente a auto imagem, o jovem adjetiva seus aspectos pessoais como beleza (bonito, feio); situação econômica (rico, pobre); sociabilidade (aceito, rejeitado) entre outros. E no que se refere a auto-estima, segundo o autor, o jovem reproduz sentimentos e situações decorrentes dos processos de avaliação da auto-imagem, caracterizando-os assim como positivos ou negativos, a partir desta relação.

Para realizar as análises de autocaracterização da juventude, Lassance (2005) toma parte primeiramente de alguns dados do Instituto Nacional de Geografia e Estatística – IBGE, a partir dos quais afirma que o jovem brasileiro corresponde acerca de 20,13% da população do país, sendo uma população de aproximadamente 34,18 milhões de indivíduos. Dos quais 50,2% são homens e 49,8% são mulheres. Afirma ainda que as regiões nordeste e sudeste possuem um peso extraordinário na composição do contingente da juventude. Em análise sobre a proporção de jovens em relação de cada região, Lassance verifica que o nordeste possui 22,5% de jovens em sua população; o norte, 22%; o centro-oeste, 19,5%; o sudeste, 19% e por fim o sul, 18,5%.

Segundo o autor, os dados trazem duas indicações:

A primeira é que há uma constatação demográfica que mostra a existência de uma maior proporção de jovens em regiões de menor Produto Interno Bruto – PIB, uma menor renda *per capita* e um maior crescimento demográfico. E a segunda é que as regiões com maior grau de desenvolvimento demandam maior volume de mão-de-obra e atraem sobre tudo os trabalhadores mais jovens. (Lassance, 2005, p.75).



Tem-se então, segundo o autor, nas localidades de menor PIB uma maior parcela de jovens que não dispõe da chamada fase preparatória, precisando, os de baixa renda, reduzir seu tempo de capacitação escolar e profissional para entrarem antecipadamente e por necessidade, no mercado de trabalho, ainda que de forma precarizada. Influenciando ainda, na migração dos jovens para localidades com maiores possibilidades de emprego e melhores perspectivas de vida. Apontamentos semelhantes foram realizados no Relatório das Nações Unidas – ONU sobre a adolescência brasileira. Dentre outros aspectos destacamos o trecho que aduz que:

Se por um lado encontramos no Brasil o fenômeno da adolescência prolongada – comum às classes média e alta em que a condição de adolescente tende a prolongar-se em função das expectativas de uma formação profissional cada vez mais exigente e especializada – temos igualmente a realidade de um significativo contingente populacional de adolescentes que, pelas condições de pobreza de suas famílias, fica impedido de viver essa etapa preparatória, sendo obrigado a uma inserção precoce no mercado de trabalho, formal ou informalmente. (ONU/ 2001).

O trecho do relatório da ONU, assim como a análise sobre autocaracterização da juventude realizada por Lassance (2005) reafirma o nosso posicionamento, ao afirmarmos que há no Brasil um conjunto de fatores que torna heterogênea as características dos nossos jovens.

Essa heterogeneidade é trabalhada por Pochmann (2004, p.321) inclusive sob a perspectiva de classes:

Ainda que a fase juvenil esteja presente em todas as classes, nota-se que ela não ocorre de forma homogênea a todos. O modo de ser jovem, defere muito, principalmente quando há diferenças significativas entre estratos de renda no conjunto da população. (POCHMANN, 2004, P.321)

Para trabalhar o paradigma de homogeneidade versus heterogeneidade ou pluralidade da juventude brasileira a partir de sua autocaracterização, Lassance (2005) analisa os dados da pesquisa do Instituto Cidadania, onde os maiores desvios indicam a distancia e os menores desvios indicam as semelhanças nacionais dos jovens.

No que se refere à proximidade, o autor observou que os jovens brasileiros mostram características semelhantes à juventude como uma época em que se vive intensamente a sexualidade e a saúde física. São tangentes também em todo o

país, ainda segundo Lassance (2005) na positividade que a vida pessoal vai melhorar, como também na satisfação e importância que atribuem à família. E, em contraponto ao que se naturalizou acerca da juventude como sendo uma fase 'preparatória' e supervisionada, a auto-imagem dos jovens mostra que, segundo o autor, eles se vêem 'encarando riscos' e portando preocupações e responsabilidades suficientes ou até em excesso.

Observa-se então, a partir dos dados da pesquisa, que as características da auto-imagem dos jovens mais próximas em todo o país é que estes estão em um período do ápice da saúde física e que se consideram tão responsáveis quanto os indivíduos da fase adulta. Estão desencantados com a política, preocupados com a questão do emprego, mas apesar disso, esperançosos com seu futuro pessoal.

Sobre as distâncias ou diferenças entre os jovens brasileiros Antonio Lassance (2005, p.83) aponta que as principais delas são a distância dos jovens em termos de expectativas, estratégias e canais de atuação dos mesmos. Afinal, existem diferentes tipos/ possibilidades de oportunidades para educação, capacitação, trabalho e outros canais de inserção social. Mas, até no que aparentam semelhanças, adverte o autor, existem variações. Neste sentido, as principais variações são quanto à expectativa de vida, de melhorias externas, de possibilidade de alteração do quadro de pobreza e miséria, onde os desvios entre as respostas alcançaram os índices mais altos.

É importante sublinhar que, características comuns a um cenário juvenil não deve ser utilizado para homogeneizar esta parcela a categoria juventudes 'desconsiderando' suas distâncias e particularidades, que precisam ser consideradas tanto para o entendimento do conceito de juventudes, como para promoção das políticas de atendimento desenvolvidas e implementadas em âmbito local. Pois mesmo semelhantes em alguns aspectos, advertimos para o fato de que a pluralidade juvenil vai além das diversidades regionais. São diferentes contextos sociais presentes de norte a sul do Brasil onde jovens camponeses, jovens afro-descendentes, jovens trabalhadores urbanos e até jovens indígenas vivenciam diferentes espaços e diferentes formas de sociabilidade, bem como vivenciam situações sócio-econômicas e culturais específicas.

Considerando que, se os diferentes espaços sociais, as diferentes formas de sociabilidade, a situação econômica, o acesso ou não às políticas de inclusão influencia na (auto)caracterização do indivíduo jovem, a discussão até aqui traçada,

nos leva a compreender que não se deve adotar um paradigma hegemônico para se definir juventude. Segundo Costa (1999, p.67), isso impõe ainda a necessidade de conceituar esse sujeito social a partir da consideração desses conjuntos de fatores, ou seja, não definindo a juventude por ela mesma sem suas plurais características. Concordamos que ela não deve ser considerada apenas como uma fase preparatória, um período de transição ou um delimitado período etário. Assim, concordamos com Costa (1999), quando este aduz a seguinte assertiva:

Fenômeno multidimensional, a juventude deve ser considerada a partir de sua significação específica nos diversos contextos da vida social: gerações, educação, trabalho, comunicação, participação ou exclusão no consumo e outros (COSTA, 1999, p. 68).

Logo, a partir das percepções do citado autor, se os diferentes tipos de situações produzem diferentes tipos de juventudes com problemas e demandas específicas, estes nos possibilitam trabalhar ao invés de 'juventude', o termo 'juventudes brasileiras. Ademais, a nosso ver, todo debate em torno da polemica conceitual será frutífero à medida que for possível avançar no conhecimento e na articulação entre tantos fatores em questão. Fatores estes que Influenciam nas suas formas de participação política e nas respostas governamentais às mesmas. Verifica-se, então, a necessidade de localizar os jovens dos quais, a cada momento e em cada circunstância estamos falando para que, se possa assim entender suas necessidades, organização e participação social.

Desta forma, destacam-se dois aspectos imprescindíveis para se pensar políticas públicas para este segmento social. O primeiro deles é a importância em compreender a representação social do lugar e do papel da juventude como uma construção sócio-histórica. E o segundo é que a compreensão da categoria '*juventude*' (no singular) é insuficiente para contemplar a multiplicidade e heterogeneidade dos segmentos jovens nas sociedades contemporâneas.

## **1.2 Políticas Públicas para a Juventude no Brasil**

Trabalharemos o conceito de política pública como ação do poder público. Política pública é, conforme afirma Guareschi (2006), "um conceito de política e de

administração que designa certo tipo de orientação para a tomada de decisões em assuntos públicos, políticos e coletivos”.(GUARESCHI, Et. Al., 2006, p. 180). Esses por sua vez, devem, ainda conforme o autor, se constituírem como um conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinadas demandas em diversas áreas.

Almejando formalmente o interesse público, embora, segundo Guareschi, (2006), em algumas reflexões apontem também para a representação de interesses de oligarquias ou ditaduras, os formuladores de políticas públicas buscam o apoio dos cidadãos para dar legitimidade às ações que implementam ou visam implementar. Destacamos que embora as políticas públicas possam ser utilizadas para interesses que não efetivem o atendimento das reais demandas de um determinado público, são as referidas demandas que as justificam. Para isso, como continuidade ou como nova proposta governamental, a política pública tem então, um cunho de resposta a problemas da sociedade podendo a conduta ou ação ser implementada de forma continuada.

Guareschi (2004, p.187) ainda destaca em suas análises alguns pontos da seqüência de decisões que envolvem o comprometimento do Estado e a implementação de políticas públicas. Dentre tais pontos estão segundo o autor, reconhecer que existe um problema, ou seja, assumir que existe uma demanda que precisa ser atendida; decidir que se deve tentar resolver o problema, colocando o tema ou demanda nas discussões da agenda política local, regional ou nacional; decidir a melhor maneira de enfrentá-lo, determinando tempo e recursos necessários; legislar sobre o tema, pois depois de formulada uma política pública há a necessidade de institucionalizar as mudanças necessárias para que se efetue sua operacionalização.

Além dos apontamentos realizados acima, encontramos em Maria das Graças Rua (1996) uma discussão que enfatiza a dimensão ‘pública’ das políticas públicas. Essa dimensão é dada segundo a autora, “não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo caráter ‘imperativo’ que possuem”.(RUA, 1996, p.02). O que significa que, segundo a autora, uma das suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder político. Sobre este aspecto a autora afirma que:

É necessário distinguir entre política pública e decisão política. Uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos valores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. (RUA, 1996, p.01).

Observa-se que as reflexões de Guareshi (2004) se aproximam das reflexões de Rua (1996). Esta acrescenta que embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a se constituir uma política pública. No que se refere ao público infante-juvenil, por exemplo, tivemos durante muito tempo posicionamentos e decisões políticas que demoraram anos para se efetivar enquanto política pública.

As primeiras intervenções do Estado Brasileiro destinadas à infância e à juventude no Brasil ocorreram no século XX. As crianças eram atendidas pela sociedade civil e por entidades religiosas, especialmente, os órfãos e os portadores de necessidades especiais.

Conforme destacam Castro e Abramovay (2002, p.17) as ações do Estado priorizavam o ciclo da adolescência/ juventude, atendendo indivíduos de até 21 anos de idade, quando se dava a maioridade civil.

As ações do Estado eram baseadas no código Mello Matos, também conhecido como código de menores, criado em 1927. Para as autoras, o referido código baseava-se na moralização do indivíduo e na manutenção da ordem social, propondo para sua concretização a criação de mecanismos que protegessem a criança e o adolescente dos perigos que os desviassem do trabalho e da ordem, devendo estes, portanto, se dedicar aos estudos, à família e quando maiores, ao trabalho. Os indivíduos que destoassem das normas deveriam ser reconduzidos a tal dinâmica social.

No entanto, outros setores da sociedade, categorias profissionais, incluindo as autoridades judiciárias que trabalhavam com o referido público criticavam tal proposta. Juristas, por exemplo, alegavam que o referido código não poderia ser exclusivamente jurídico, mas ter também um caráter social (preventivo, 'curativo' e assistencial).

A partir dessas discussões é criado em 1941 O Serviço de Assistência ao menor – SAM. Para Castro e Abramovay (1998) a instituição deste serviço significa que:

A infância torna-se, então, lugar de intervenção do Estado Moderno para a construção deste projeto de sociedade. É o lugar onde se assegura a viabilidade do projeto de sociedade através de políticas propedêuticas: as práticas compulsórias de educação, as práticas sociais de segregação por idade, as práticas sócio-culturais de intervenção dos especialistas que atuam no controle dos desvios relativos ao curso estipulado do desenvolvimento. (CASTRO; ABRAMOVAY, 1998, p.42).

Mesmo avançando em relação ao Código Melo Matos, a criação do Serviço de Assistência ao Menor ilustra ainda uma estratégia do Estado brasileiro de adequação das crianças e adolescentes à sociedade, desconsiderando as demandas e particularidades etárias e sociais.

Considerando a conjuntura desenvolvimentista do final da década de 1940 e da década de 1950, as ações do Estado destinadas à juventude também assumiram o caráter desenvolvimentista de formar adultos para o mundo do trabalho.

Sobre essas ações desenvolvimentistas, Castro e Abramovay (2002) fazem a seguinte assertiva:

As políticas dos anos 50 eram voltadas para a profissionalização, ocupação produtiva do tempo livre e educação, atendendo a lógica desenvolvimentista expressa em slogans de gestão governamental do tipo “50 anos em 5”. Nesse sentido, o jovem deveria ser preparado para tornar-se o adulto produtivo e responsável pelo progresso nacional. (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002, p. 12).

Nota-se a construção da idéia de adolescência e juventude como geração a ser integrada à sociedade para servir a esta. Desta forma, as políticas públicas destinadas a esse público priorizavam, segundo as citadas autoras, a interação do indivíduo com o modelo e as normas da sociedade produtiva.

Não havia perspectivas de intervenção que contemplassem os multifatores presentes nas demandas da infância e da juventude. Saúde, educação, cultura, lazer eram condicionados à perspectiva de ajustamento social.

Em 1964, durante o período ditatorial, o Serviço de Assistência ao Menor é extinto e substituído pela Política Nacional de Bem-Estar do Menor - PNBEM, sendo implementada pelo Estado através da Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor - FUNABEM.

Sobre as ações realizadas nesse período, Castro e Abramovay (2002, p.11) afirmam que a ação da FUNABEM estava em consonância com a Lei de Segurança Nacional e representou a perpetuação da lógica do Serviço de Assistência ao Menor e, por conseguinte, também do código de menores, segundo o qual, o jovem era potencialmente um infrator, que devia ser reconduzido às malhas do sistema.

Dentre as ações realizadas neste período as autoras apontam que:

Nos anos 60, o Estado voltou-se para a relação entre juventude e segurança nacional, no plano da ideologia e do controle político (período das ditaduras militares, da revolução cubana e da efervescência política ampliada no continente) atingindo também especialmente outra juventude, os jovens de classe média, do movimento estudantil e os jovens militantes. (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002, p. 13).

Observa-se que a ação do Estado era direcionada no sentido de reajustar as ações dos jovens e coagir a inserção da participação destes em mobilizações juvenis que eram, conforme apontadas anteriormente, tidas como transgressoras e passivas de repressão.

Sobre a década de 1970 para a adolescência, Souza (2007) aponta que esta:

Reproduziu a continuidade dos embates em torno da legislação, acirrando posições divergentes a respeito da oficialização de um Direito Menorista (posição liderada por um grupo de juristas do Rio de Janeiro, ligado à Associação de Juízes de Menores) versus uma legislação que contemplasse a garantia dos direitos dos menores (posição encabeçada pelo Ministério Público de São Paulo). Vence a Associação de Juízes de menores; em 1979, Ano Internacional da Criança, o país promulga a Lei Nº. 6.697/79, que institui o novo Código de Menores, introduzindo o conceito de "menor em situação irregular". Incluindo-se principalmente nesse conceito os jovens em conflito com a lei. (SOUZA, 2007, p.05).

Mesmo buscando-se ações mais inclusivas e de cunho capacitivo, na década de 1970 a permanência das políticas de ajustamento se acentuam, principalmente em função das participações reivindicativas dos jovens, da visibilidade das representações juvenis em setores populares, como dos movimentos camponeses e das formações de agrupamentos políticos de esquerda, provocando forte reação de controle por parte dos Estados.

Assim, tínhamos a aceitação de uma cultura que em seus aspectos públicos (políticos) e privados (familiares) que se caracterizavam, uma pela centralização, coação e não reconhecimento dos indivíduos infante-juvenis como cidadãos; e outra,

pela ênfase adultocêntrica. Em ambas, o olhar subjetivo para a criança e o adolescente e a participação nestes espaços não eram aceitas.

Permissiva com as ações de violência familiar e passiva frente às situações de rua e abandono que crianças e adolescentes viviam no Brasil, a sociedade brasileira construiu um cenário que negligenciou a infância e a adolescência.

Nos anos 80, o controle estatal se expande para a atenção aos jovens de setores populares, classificados pelo Estado e pela sociedade, segundo Abramovay (2002) como “marginais organizados ou grupos violentos” (ABRAMOVAY, 2002, p. 28).

Também nesta década passam a estar presente na agenda política nacional, a relação entre juventude, violência e drogas. Estes aspectos fazem crescer as proposições normativas no sentido de disciplinar os indivíduos que pratiquem tais ações. Sobre estes aspectos, as autoras apontam que, ao se priorizar os setores de segurança pública e das drogas como as áreas prioritárias de políticas, estar-se-ia de alguma forma se referindo a pontas do ‘iceberg’ da problemática social, mencionando também, por exemplo, a importância da questão da educação.

A discussão dos direitos como segurança, saúde e educação e da disponibilização destes através das políticas públicas se torna intensa em meados da década de 1980 no cenário político mundial e no Brasil, o tema é abordado nas campanhas de redemocratização do Brasil e legitimado com a promulgação da constituição de 1988.

Nesta década as questões sociais que atingem a juventude, especialmente o recorte etário até 18 anos, foram mundialmente discutidas nos organismos internacionais, entre eles, na Convenção sobre os Direitos da Criança<sup>2</sup>, da Organização das Nações Unidas – ONU em 1989.

Em 1990 é promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, inovando, ampliando e legitimando direitos ao público infante-juvenil. Insere-se a participação da sociedade civil organizada, via Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares, como também instâncias de articulação e integração entre setores e políticas. A promulgação do ECA, no que tange ao perfil jovem adolescente, reafirma ainda, na perspectiva dos direitos humanos e da participação democrática questões que tangenciam a temática do desenvolvimento humano e do

---

<sup>2</sup> A convenção sobre os direitos da criança, contempla neste termo os indivíduos até 18 anos.



protagonismo juvenil. Estas perspectivas se estenderam às demais faixas etárias das juventudes através das deliberações do Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE, que pauta e estimula a participação política juvenil nos espaços de proposição, avaliação e controle social de políticas públicas.

O próximo capítulo discute questões relativas às temáticas do Desenvolvimento Humano e do Protagonismo Juvenil, categorias norteadoras do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Humano.



**CAPÍTULO II**  
**O PROGRAMA AGENTE JOVEM DE DESENVOLVIMENTO**  
**HUMANO NA CIDADE DE NATAL**

Este capítulo que trata do Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Humano na cidade de Natal está dividido em três subtópicos. O primeiro deles, “Desenvolvimento humano e protagonismo juvenil”, resgata as concepções do termo desenvolvimento humano e as características do termo protagonismo juvenil.

O segundo ponto deste capítulo situa algumas características sobre o estado do Rio Grande do Norte; sobre a cidade de Nata, capital do estado; e apresenta o perfil da juventude natalense destacando as principais características e indicadores desta parcela da sociedade.

O terceiro e último subtópico apresenta o programa Agente Jovem de Desenvolvimento Humano na cidade de Natal; os objetivos do programa, a caracterização dos usuários atendidos pelo programa e as principais ações desenvolvidas durante o acompanhamento ao jovem adolescente.

Este capítulo está assim estruturado por que antes de procedermos à apresentação do referido programa, consideramos imprescindível a realização de um resgate sobre as concepções de desenvolvimento humano e de protagonismo juvenil, como conceitos alicerçantes do Programa Agente Jovem, para então adentrarmos na caracterização do mesmo.

## **2.1 Desenvolvimento Humano e Protagonismo Juvenil.**

Este tópico traz um resgate sob as concepções de desenvolvimento humano e o protagonismo juvenil como a forma de participação juvenil efetivadora do desenvolvimento humano.

O Programa das Nações Unidas define desenvolvimento sob uma perspectiva que é capaz de integrar diversas dimensões. A produtividade, voltada para os aspectos econômicos; a equidade como aspecto social; a sustentabilidade, sobretudo na questão ambiental; a segurança para a garantia de direitos fundamentais; os pilares educacionais no campo da educação; e a participação nas decisões como uma dimensão fundamental para o desenvolvimento humano.

Haddad e Bonelli (1998) afirmam que:

O desenvolvimento humano pode ser definido como um processo abrangente de expansão do exercício do direito de escolhas individuais em diversas áreas: econômica, política, social e cultural. Algumas dessas escolhas são básicas para a vida humana (...) por

que a medida que são alcançadas, abrem caminho para as demais. (HADDADE e BONELLI, 1998, P. 35).

Os referidos autores consideram o conceito de desenvolvimento como um conceito holístico. Pois, embora o termo contemporaneamente apresentado na década de noventa, no primeiro relatório do desenvolvimento humano internacional, o mesmo perpassa pensamentos de filósofos e pensadores da antiguidade. O reaparecimento do termo, para os autores, tenta resgatar as características do ser humano como força motriz e como beneficiário de suas ações.

Para Amartya Sen (1993) esta perspectiva de desenvolvimento também possui precedentes filosóficos. O autor afirma que o enfoque da capacidade pode ser utilizado para fundamentar os esforços de avaliação do desenvolvimento humano. Para sustentar esta afirmação o autor resgata conceitos e posicionamentos que vão desde Kant, passando por Karl Marx e Adam Smith. Sobre o pensamento de Kant o autor afirma que:

Em sua fundamentação da Metafísica dos Costumes Immanuel Kant sustentou a necessidade de considerar os seres humanos como fins em si mesmos, e não como meios para outros fins. (SEN, 1993, p. 17).

Para Sen (1993), esse princípio é importante em muitos contextos, como na análise do progresso e do planejamento. No entanto, destaca que, como os seres humanos são juízes agentes beneficiários do progresso, e também são direta ou indiretamente, os meios primários de toda a produção. Esse duplo papel dos seres humanos dá origem à confusão entre fins e meios no planejamento e na elaboração de políticas. Sen (1993) afirma que o progresso econômico pode não significar desenvolvimento humano.

Para o autor, esta questão é particularmente importante no que tange a avaliação das políticas. Não afirma que o desenvolvimento econômico não deva ser objetivado, mas o sendo, o questiona se o mesmo possibilita o enriquecimento da vida humana.

Como a qualidade de vida é também uma categoria muito complexa, Sen (1993) a utiliza sob o enfoque da *capacidade*. Este enfoque para Sen:

Concebe a vida humana como um conjunto de “atividades” e de “modos de ser” que poderemos denominar “efetivações” (functionings) – e relaciona o julgamento sobre a qualidade da vida à

avaliação da capacidade de funcionar ou desempenhar funções. (Sen, 1993, p. 19).

Detalhando melhor este enfoque, remonta às raízes do mesmo também em Adam Smith e Karl Marx afirmando que os autores clássicos da economia política discutem explicitamente a importância da efetivação e a capacidade para tanto como determinantes do bem-estar. Destaca que:

Com efeito, uma parte importante do programa marxista de reformulação dos fundamentos da economia política claramente diz respeito à concepção do sucesso da vida humana em termos de cumprimento das atividades humanas necessárias. (SEN, 1993, p. 20).

Logo, a partir destas reflexões Amartya Sen (1993), ao conceber a vida como um conjunto de “atividades e modos de ser” que são valiosos, considera a avaliação da qualidade de vida como forma de avaliação dessas efetivações e da capacidade de efetua-las. A *capacidade* reflete ainda para o autor, a liberdade pessoal de escolher entre vários modos de viver, havendo modos para escolher.

Estas questões são sintetizadas por Sen (1993) quando o mesmo afirma que:

O desafio do desenvolvimento humano não pode ser plenamente compreendido sem que nós enfrentemos conscientemente essa questão e prestemos atenção deliberada ao aumento das liberdades e capacidades de realização que são mais importantes nas vidas que podemos viver. Ampliar as vidas limitadas das quais, queiram ou não a maioria dos seres humanos são prisioneiros por força das circunstâncias, é o maior desafio do desenvolvimento humano no mundo contemporâneo. (SEN, 1993, p. 37).

A dimensão da equidade neste processo nos remete à idéia de igualdade no acesso a iguais oportunidades. Desta forma, as pessoas poderão participar do desenvolvimento econômico, por exemplo, usufruindo dos bens e demais condições que ele possa oferecer como ainda, contribuirão para sua manutenção e usufruto de futuras gerações.

No Brasil, os estudos mais próximos ao pensamento *de* Amartya Sen (1993) são postos por André e Costa (2004). O duplo processo da gestação, biológico e social, chamado inicialmente na psicologia como Desenvolvimento Humano, tem seu paralelo mais próximo no campo social correspondente à expressão

desenvolvimento pessoal e social. Anos mais tarde, o feliz encontro destas discussões gera o Paradigma de Desenvolvimento Humano (PDH).

O PDH parte da visão que cada ser humano pode nascer com um potencial e tem direito a desenvolvê-lo. Propõe também, que o conceito de desenvolvimento de uma nação não esteja mais restrito à ideia de crescimento econômico, mas passe a ser analisado como processo de ampliação da liberdade das pessoas de desenvolver seus potenciais e de, assim, poder fazer suas escolhas. (ANDRÉ e COSTA, 2004, p. 28).

A garantia equitativa de oportunidades, voltadas também para satisfazer as futuras gerações são para ANDRÉ e COSTA (2004, p. 14) os principais aspectos da dimensão relacionada à sustentabilidade deste tipo de desenvolvimento. Para isso, destaca ainda a necessidade do desenvolvimento de uma postura mundial de uso racional dos recursos naturais e preservação ambiental.

Na questão da segurança, os referidos autores destacam fundamentalmente a garantia dos direitos à vida e à liberdade, ou seja, os direitos civis. Para os autores:

Tanto o desenvolvimento quanto os direitos humanos estão diretamente relacionados aos princípios de liberdade. Trata-se de garantir que o indivíduo esteja **livre de** necessidades, violências, discriminações e livre para organizar-se, colocar-se, tomar decisões nos níveis social, político e pessoal (dentro das expectativas dos direitos). Na esfera do desenvolvimento, a liberdade está expressa no processo de ampliação de oportunidades e opções dadas e esse indivíduo para que ele possa, de fato, desenvolver seus **potenciais**. (grifo nosso) (ANDRÉ e COSTA, 2004, p. 15)

Observa-se que os citados autores relacionam seus posicionamentos aos trabalhos por Sen (1993), quando trazem a liberdade para o desenvolvimento de potenciais. No que se referem ao campo educacional, André e Costa (2004) destacam como balizadores para o desenvolvimento de tais potenciais, os quatro pilares da educação para o século 21, saber, o desenvolvimento de competências, atitudes, habilidades e indicadores de mensuração destes.

A participação nas decisões é uma dimensão indispensável no processo de desenvolvimento humano. Para isso é fundamental que, além garantir a ampliação de oportunidades, é fundamental oferecer caminhos para que se possa fazer escolhas, e escolhas fundamentadas.

É nessa esfera que o desenvolvimento humano perpassa o processo de desenvolvimento de pessoas e para pessoas, atingindo outro nível, o do levado a efeito pelas pessoas. (ANDRÉ e COSTA, 2004, p. 14).

É exatamente na dimensão participativa das políticas públicas que se insere a proposta do *protagonismo juvenil*. Segundo Gomes da Costa (1999) o protagonismo juvenil procura preparar os jovens para a tomada de decisões, com base em valores não apenas lidos e escutados, mas incorporados em seu ser. Contribui para que o jovem possa tomar decisões simples e diárias que efetivem realizações em sua vida, como ainda, contribua para a tomada de decisões, políticas, por exemplo, que possibilitem efetivações na vida de muitas outras pessoas. Sobre esse tipo de preparação o autor aduz que:

(...) os jovens estarão certamente mais bem preparados para enfrentar os dilemas da ação coletiva que caracterizam a sociedade, onde a pluralidade e o conflito de pontos de vistas e de interesses entre pessoas, grupos e instituições, longe de ser uma patologia, são parte integrante de um tecido social. (COSTA, 1999, p.142).

Através do estímulo à observação, reflexão e intervenção. Este relacionamento preparatório baseia-se na não-imposição a priori aos jovens de um ideário em função do qual devam atuar no contexto social. A partir das regras básicas de convívio democrático, o jovem vai atuar, para, em algum momento de seu futuro, posicionar-se politicamente de forma mais amadurecida e lúcida, com base não em idéias, mas, principalmente em suas experiências concretas (práticas e vivências).

Ou seja, Costa (1999) dispõe sobre a atuação de adolescentes e jovens, através de uma participação construtiva. Envolvendo-se com as questões da própria adolescência/ juventude, assim como as questões sociais do mundo e da comunidade. Pensando o global (o planeja) e atuando no local (em casa, na escola, no bairro) o adolescente e o jovem podem contribuir para assegurar os seus direitos e para contribuir para a resolução de problemas na localidade em que está inserido.

Regina Magalhães de Souza (2006) aponta algumas críticas à concepção de protagonismo juvenil. Para a autora, “a expressão *protagonismo juvenil* não conseguiu força suficiente para identificar o discurso que, apesar disso, já está bastante consolidado” (SOUZA, 2006, p. 105).

A autora aponta para o risco de, no discurso do protagonismo, o jovem ser considerado como um *ator* e não como o *autor* das decisões dos conjuntos de processos que perpassam sua vida. Destaca o risco de manipulação ideológica sobre os jovens, fortalecendo a tese de encenação.

No entanto, esta perspectiva a participação do jovem como protagonista deve ir além do âmbito dos seus interesses particulares, de familiares, como ainda de outros atores. Esta pode ir desde espaços como a escola e a vida comunitária em igrejas, clubes e associações, até mesmo, a participações mais amplas, através de campanhas, movimentos e outras formas de mobilização que transcendem os limites de seu entorno sócio-comunitário.

Costa (1999) acrescenta que dependendo do contexto que ocorra, o protagonismo juvenil poderá deparar-se com atitudes de receptividade, incentivo, apoio e envolvimento por parte dos adultos ou atitudes de indiferença, suspeita, censura e hostilidade. Essas reações, por sua vez despertam contra-reações nos jovens, que vão da motivação e da adesão entusiástica à desmotivação, à divergência e ao antagonismo aberto.

No que tange à participação juvenil, Costa (1999) a descreve em dez degraus de atuação. A saber: manipulada; decorativa; simbólica; operacional; planejadora; decisória, planejadora e operacional; decisória, planejadora, operacional e avaliadora; colaborativa plena; plenamente autônoma; e condutora. As mesmas podem ser observadas no quadro a seguir:

	Tipo de Participação	Características da Participação
01	Manipulada	Os adultos determinam e controlam o que os jovens deverão fazer numa determinada situação.
02	Decorativa	Adolescentes e jovens apenas marcam presença em uma ação, sem influir em seu curso e sem transmitir qualquer mensagem.
03	Simbólica	A presença de jovens em uma atividade ou evento serve apenas para mostrar e lembrar aos adultos que eles existem e que são considerados importantes. Neste caso, a participação é, ela mesma uma mensagem.
04	Operacional	Os jovens participam apenas da execução de uma ação.
05	Planejadora	Participam do planejamento e da execução de uma ação.
06	Decisória, planejadora e operacional	Participam da decisão de se fazer algo ou não, do planejamento e da execução de uma ação.
07	Decisória, planejadora e operacional e avaliadora	Os jovens participam da decisão de se fazer algo ou não, do planejamento, da execução e da avaliação de uma ação.
08	Colaborativa Plena	Participam da decisão, do planejamento, da execução, da avaliação e da apropriação dos resultados.
09	Plenamente autônoma	Realizam todas as etapas da ação.
10	Condutora	Além de realizar todas as etapas, orientam a participação dos adultos.



Quadro 01: Tipos de Participação Juvenil.  
Fonte: Costa (1999).

Na participação manipulada os adultos determinam e controlam o que jovens deverão fazer numa determinada situação. Os mesmos participam quando os adultos permitem. Fazem e falam apenas o que os adultos solicitam ou permitem.

No segundo tipo de participação, a participação decorativa, os jovens apenas '*marcam presença*' em uma ação, sem influir em seu curso e sem transmitir qualquer mensagem especial aos adultos. São os mais diversos eventos, nos quais jovens adolescentes são convidados e sua presença é registrada como de uma participação efetiva. No entanto, os mesmos nada fizeram além de comparecerem ao evento.

Na participação simbólica, A presença de juvenis em uma atividade ou evento serve apenas para mostrar e lembrar aos adultos, que eles existem e que são considerados importantes. Neste caso, a participação é ela mesma uma mensagem. Este tipo se dá geralmente em datas alusivas aos direitos de crianças e adolescentes ou à participação juvenil.

O quarto tipo de participação é a participação operacional. Esta permite apenas que os jovens participem da execução de uma ação. São situações como algumas presenciadas em passeatas e outras mobilizações sem contato ou discussões anteriores a atividade.

No tipo de participação planejadora, jovens participam do planejamento e da execução de uma ação. São convidados a opinar, sugerir e ajudam na execução de algumas fases do projeto.

A participação decisória, planejadora e operacional permite a decisão de se fazer algo ou não, discutir e opinar sobre sua do planejamento e da execução de uma ação.

No tipo de participação decisória, planejadora, operacional e avaliadora, participam-se das decisões, do planejamento, da execução e nesta se acrescentada a participação na avaliação de uma determinada atividade.

Na participação colaborativa plena participam da decisão, do planejamento, da execução, da avaliação e da apropriação dos resultados. Na participação plenamente autônoma, os participantes realizam todas as etapas da ação.

Há ainda ao tipo de participação condutora onde, conforme o autor, além de realizar todas as etapas, os jovens orientam a participação dos adultos. Este tipo de participação recebe algumas críticas ao se considerar que uma parcela da juventude, como já afirmado anteriormente encontra-se na adolescência, situação peculiar de desenvolvimento e aprendizagem. No entanto, o estímulo e exercício gradual de formas efetivas de participação contribuem para incidências efetivas no que tange situações que sejam necessárias, ou de direitos participativos dos jovens.

## **2.2 Ser Jovem em Natal: os contornos deste perfil.**

A cidade de Natal é a capital do estado do Rio Grande do Norte. Segundo o *site* oficial do Governo do Estado, a partir de dados do IDEMA (2006), a população do RN é de 3.043.760 habitantes em cento e sessenta e sete municípios. O governo do estado divulga, que de acordo com o último censo do IBGE, três municípios no Rio Grande do Norte têm mais de 150 mil habitantes, são eles: Natal (*capital, com 778.040 habitantes*), Mossoró (*234.390 habitantes*) e Parnamirim (*172.751 habitantes*).

No que tange a renda domiciliar, ainda segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 2001 a 2006 a renda mensal das famílias potiguares cresceu 71% e é considerada a mais alta do Nordeste com valor médio de R\$ 1.203.

De acordo com o último levantamento das Nações Unidas (2008), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apontou o Rio Grande do Norte como o segundo melhor Estado do Nordeste com 0,705 de IDH. No entanto, ainda tem uma taxa de analfabetismo de vinte e três por cento, e uma expectativa de vida de 69,8 anos.

A cidade de Natal possui, conforme o censo de 2004, uma população estimada em 778.040 habitantes. Com um território de 170km<sup>2</sup> possui 36 bairros distribuídos em quatro regiões administrativas que compõe a cidade, as zonas norte, sul, leste e oeste. A capital é também a maior cidade do estado, e por estar localizada em uma região litorânea tem como uma das suas principais atividades econômicas o turismo, que somado à agropecuária, a indústria e ao setor de serviços gera um PIB de R\$ 4.016.320.

Não obstante ao aumento dos rendimentos apontados no estado, como ainda aos rendimentos brutos da cidade, a situação econômica dos 318.820 habitantes

que constituem a População Economicamente Ativa – PEA do município se constitui de forma bastante assimétrica.

Conforme o IBGE (censo 2000), dispomos o seguinte gráfico:

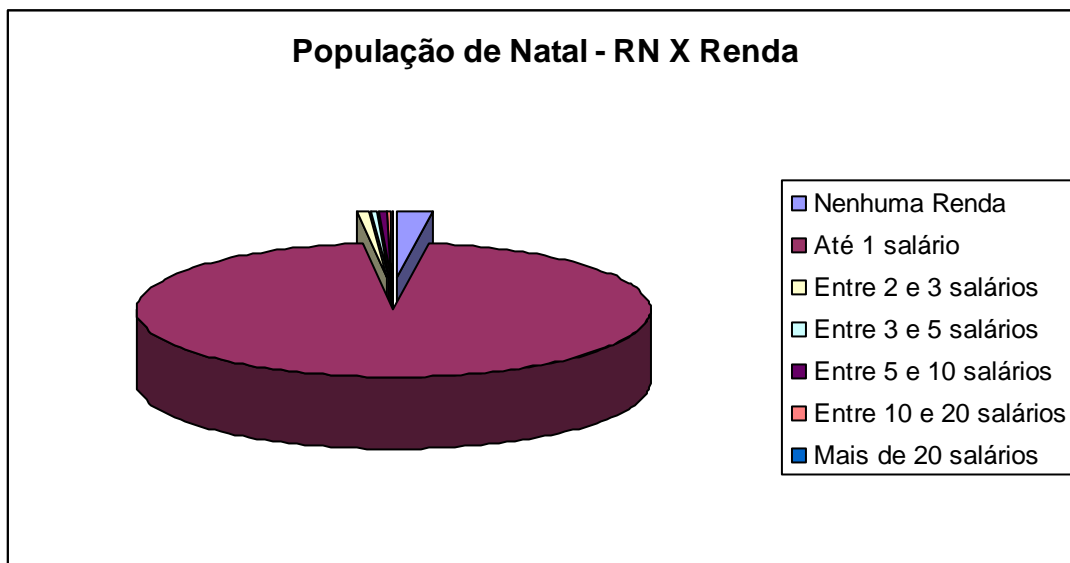


Gráfico 01: População de Natal – RN X Renda.  
Dados: IBGE(2000)

Conforme apresentado pelo gráfico, 41,62% da população da cidade de Natal afirmam não possuir nenhum tipo de renda; 17,08% recebem até um salário mínimo; 15,90% recebem entre um e dois salários mínimos; 6,25% possuem renda entre dois a três salários mínimos; 6,60% entre três a cinco salários; 6,56% entre cinco a dez salários; 3,68% têm renda entre dez a vinte salários e apenas 2,30% da população possuem renda igual ou superior a vinte salários. Destaque-se que quase metade da população em idade economicamente ativa declarou não possuir ganhos próprios e somados aos que declararam ter renda de até um salário, temos 58,7%, ou seja, quase 60% da população natalense com renda de até um salário mínimo.

Apesar dessas assimetrias os indicadores sociais da cidade são os melhores do estado e ocupa o 859º no ranking brasileiro. Na escala de 0 a 1 que mede o Índice de Desenvolvimento Humano, Natal tem 0,730 no que se refere ao IDH Esperança de vida e 0,887 no IDH Educação.

Em sua diversidade, a cidade mostra e esconde aspectos que atingem sua população e evidenciam-se como demandas para seus gestores. A cidade turística cantada em versos e prosa, também esconde como aponta França (2000), um conjunto de questões escondidas em sua malha urbana, como condições precárias e a falta de moradia, por exemplo.

Participes da diversidade da cidade são os jovens que nela moram. A juventude natalense está dividida entre nossos mais belos espaços de prazer e os espaços precários para se sobreviver.

Dos 778.040 habitantes da cidade de Natal, 150.253 são jovens entre 15 e 24 anos. No quadro abaixo podemos ver sua distribuição por faixas etárias:

FAIXA ETÁRIA	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Jovens de 15 a 17 anos	46.535 habitantes
Jovens de 18 a 19 anos	32.284 habitantes
Jovens de 20 a 24 anos	71.434 habitantes
<b>TOTAL DE JOVENS</b>	<b>150.253 habitantes</b>

Quadro 02: Jovens por faixa etária na cidade de Natal.  
Fonte: IBGE, Censo 2002.

De acordo com o relatório de Desenvolvimento Juvenil (2003), o estado do Rio Grande do Norte aparece na 4ª posição no ranking nacional de jovens, entre 15 e 24 anos, sem atividades, ou seja, que não estão trabalhando e/ou estudando.

No que tange à educação, dados do IBGE (2004) apontam que quase cinquenta por cento da população jovem somente até sete anos de estudo. Vejamos o gráfico:

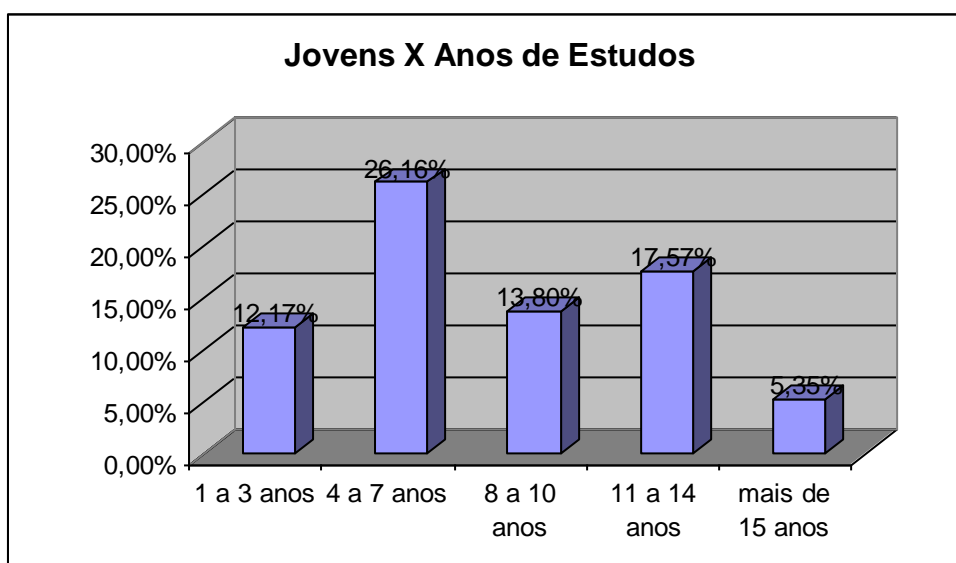


Gráfico 02: Jovens da Cidade de Natal X anos de Estudo.  
Fonte: Dados do IBGE (2004)

Conforme os dados, observamos que 12,17% dos jovens têm entre 1 e 3 anos de estudos; 26,16% têm entre 4 e 7 anos de estudo; 13,80% tem entre 8 a 10 anos; 17,57% dos jovens estudaram entre 11 a 14 anos; e, 5,35% possuem mais de 15 anos de estudo.

Como podemos visualizar no quadro que aponta os jovens por faixa etária na cidade, observamos que aproximadamente 47% possuem entre vinte e vinte e quatro anos e que a maioria da população jovem só possui até sete anos de estudo. podendo aferir que uma parcela significativa possui idade suficiente para terem cursados níveis mais elevados de estudo, no entanto, não o fizeram.

O IPEA (2008) revela que dentre as principais demandas citadas pelos jovens da capital do Rio Grande do Norte estão: a reinserção ao sistema educacional de ensino, a capacitação para o mercado de trabalho, o acesso a programas de esporte e cultura, impulso para o acesso deste jovem ao ensino superior e no que tange a saúde, medidas eficazes de enfrentamento à dependência química.

É neste contexto de realidades e demandas que se inserem as políticas públicas (programas e projetos) destinados a juventude. No próximo tópico passaremos a caracterização do Programa Agente Jovem na cidade de Natal/RN.

### **2.3 O Programa Agente Jovem em Natal/RN.**

O Programa Agente Jovem de Desenvolvimento Humano, programa do Governo Federal que foi implementado em 1999 na cidade de Natal estendendo-se até o ano de 2007, quando foi redimensionado para o atual PROJovem Adolescente.

O Programa era inicialmente vinculado ao Ministério da Assistência Social através da Gerência de Juventude, posteriormente ao Ministério de Desenvolvimento Social - MDS. Consistia em uma ação destinada a jovens entre 15 e 17 anos, que, prioritariamente, estivessem fora da escola; que fossem egressos de outros programas sociais (como medida que dá cobertura aos adolescentes e jovens oriundos de outros Programas, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil,); que estivessem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social;

que fossem egressos ou que estivessem sob medida protetiva<sup>3</sup> ou socioeducativa<sup>4</sup> ou que sejam oriundos de Programas de Atendimento à Exploração Sexual Comercial de crianças e adolescentes.

Visando o desenvolvimento pessoal, social e comunitário, o programa propunha a capacitação teórica e prática, por meio de atividades que não configuravam trabalho, mas que possibilitavam a permanência do jovem no sistema de ensino, preparando-o para futuras inserções no mercado de trabalho e ainda para atuarem em suas comunidades nas áreas de saúde, cultura, meio ambiente e cidadania.

O Ministério de Desenvolvimento Social - MDS concedia, também, diretamente ao jovem, uma bolsa de R\$ 65,00 durante os 12 meses em que ele estivesse inserido no programa e atuando em sua comunidade. Os objetivos do Programa Agente Jovem consistiam em: criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino; promover sua integração à família, à comunidade e à sociedade; preparar o jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade; contribuir para a diminuição dos índices de violência, do uso de drogas, de doenças sexualmente transmissíveis – DST's e gravidez não planejada; desenvolver ações que facilitem sua integração e interação, para quando estiver inserido no mercado de trabalho.

O Programa Agente Jovem foi executado na cidade de Natal, através da Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS, do ano de 1999 ao ano de 2007, quando foi redimensionado para o atual PROJOVEM ADOLESCENTE.

Os adolescentes realizavam uma pré-inscrição nos pontos estabelecidos pela SEMTAS, em geral, nas próprias bases da juventude ou nos Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, nas quatro regiões administrativas da cidade.

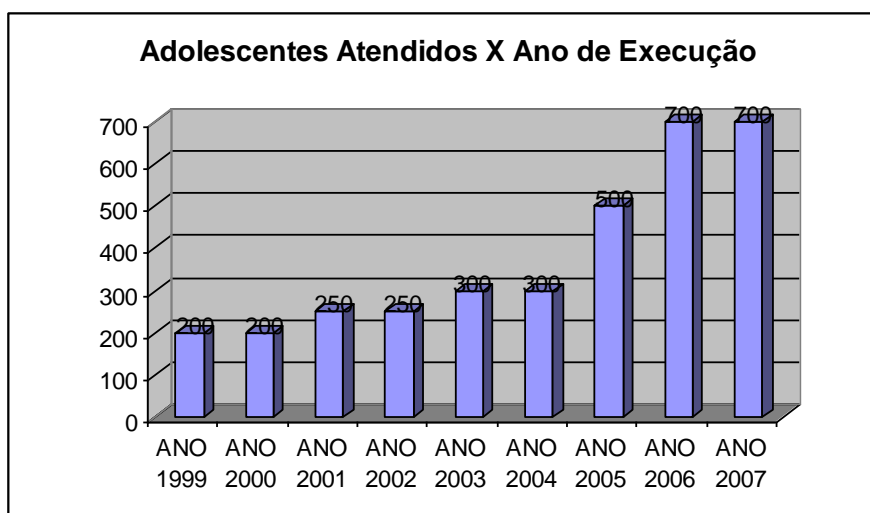
---

<sup>3</sup> As medidas de proteção são aplicadas conforme o ART. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, sempre que os direitos reconhecidos no próprio estatuto forem ameaçados ou violados. A medida de proteção que gera o encaminhamento ao Programa Agente Jovem está prevista no Art. 101 inciso IV: “Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente.

<sup>4</sup> As medidas sócioeducativas são aplicadas conforme o Art. 112 do ECA, quando verificada (com provas da materialidade e indícios da autoria) a prática de ato infracional pelo adolescente. A liberdade assistida consta como medida sócioeducativa no Art. 112 inciso IV e dentre as ações previstas para esta medida estão conforme o Art. 119, inciso I: “promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-se, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social”.

Após a pré-inscrição a *equipe técnica*<sup>5</sup> do programa realiza a seleção, sob os critérios de idade; um jovem adolescente por família; e renda *per capita* de meio salário mínimo na família, ser egressos de outros programas sociais ou estarem sob *medida protetiva*<sup>6</sup> ou em cumprimento de *medida sócioeducativa*<sup>7</sup>. Selecionados, os jovens adolescentes realizavam juntamente com seus responsáveis o cadastro único. Após o cadastro eram orientados a abrir uma conta corrente na *Caixa Econômica Federal* em nome do adolescente para o depósito mensal da bolsa de R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).

Segundo os dados disponibilizados pela Secretaria de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS, o Programa atendeu em 1999, duzentos adolescentes; no ano 2000, outros duzentos adolescentes; nos anos de 2001 e 2002, duzentos e cinquenta adolescentes em cada ano; nos anos de 2003 e 2004, trezentos adolescentes em cada ano; em 2005, quinhentos adolescentes; ampliado para setecentos adolescentes nos anos de 2006 e 2007. O gráfico abaixo descreve o número de adolescentes por ano de execução do programa.



<sup>5</sup> Além dos coordenadores, a equipe era composta por profissionais de serviço social, pedagogia e psicologia.

<sup>6</sup> As medidas de proteção são aplicadas conforme o ART. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, sempre que os direitos reconhecidos no próprio estatuto forem ameaçados ou violados. A medida de proteção que gera o encaminhamento ao Programa Agente Jovem está prevista no Art. 101 inciso IV: “Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente.

<sup>7</sup> As medidas sócioeducativas são aplicadas conforme o Art. 112 do ECA, quando verificada (com provas da materialidade e indícios da autoria) a prática de ato infracional pelo adolescente. A liberdade assistida consta como medida sócioeducativa no Art. 112 inciso IV e dentre as ações previstas para esta medida estão conforme o Art. 119, inciso I: “promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-se, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social”.

Gráfico 03: Adolescentes atendidos no Programa Agente Jovem por ano de execução.

FONTE: Dados disponibilizados pela SEMTAS(2008).

Considerando que cada jovem atendido passa apenas um ano no programa, podemos inferir que do ano de 1999 a 2007 o programa atendeu 3.400 jovens. Este número é muito inferior ao número de jovens da faixa etária de 15 a 17 anos dentro dos critérios de participação no programa.

No último ano de execução, as atividades do Agente Jovem ocorriam em 11 bases, distribuídas nas quatro regiões administrativas: Base Norte (200 adolescentes), Cidade da Esperança (150), Ponta Negra (50), Mãe Luiza (50), Tirol (100), Instituto Dom Bosco (25) e nos cinco CRAS, com vinte e cinco adolescentes cada.

Por região administrativa da cidade do Natal temos a distribuição, conforme o gráfico abaixo:

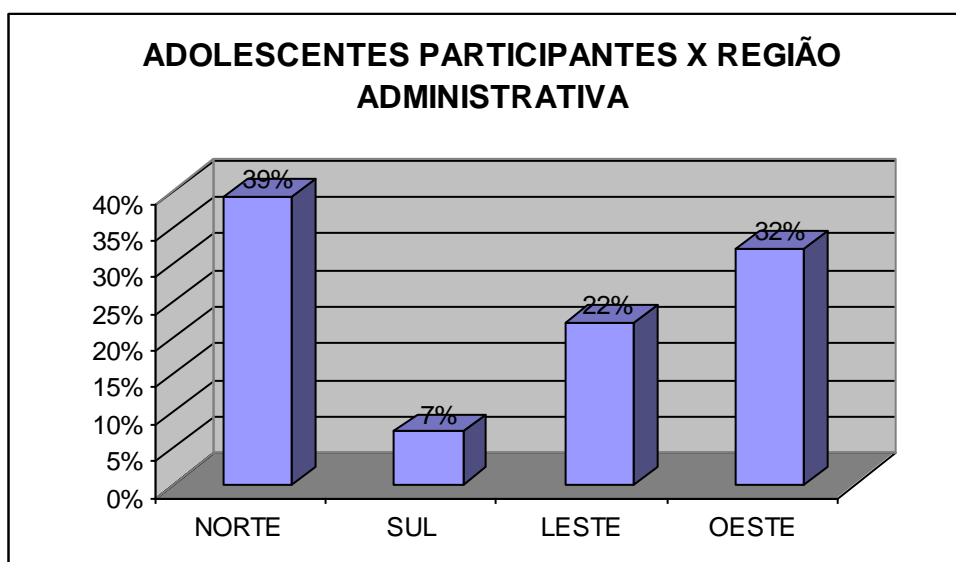


Gráfico 04: Adolescentes participantes X Região Administrativa

Fonte: dados disponibilizados pela SEMTAS.

No último ano de execução (2007), trinta e nove por cento das vagas estavam na zona norte, trinta e dois por cento na região oeste, vinte e dois por cento na zona leste e apenas sete por cento na região sul. Segundo a coordenação do programa, a distribuição de vagas por região administrativa não atende ainda toda a demanda de cada região, mas é proporcional afirmando que os índices de procura na inscrição em ordem decrescente são zona norte, oeste, leste e sul.



Quanto à família dos jovens atendidos pelo programa, segundo sua coordenação, tem-se a seguinte disposição:

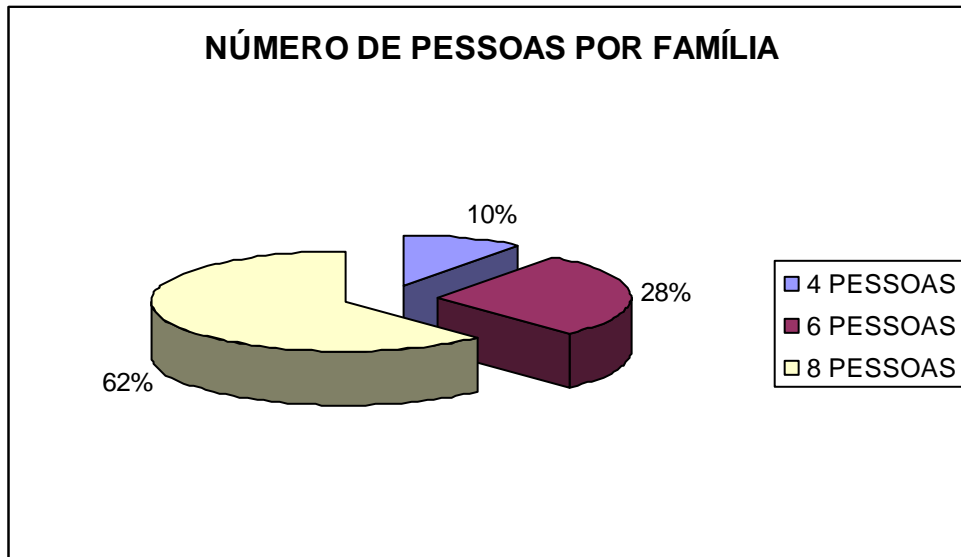


Gráfico 05: Número de pessoas por família.  
 FONTE: Dados disponibilizados pela SEMTAS

Dentre as famílias atendidas pelo programa em 2007 62% possuem até oito pessoas, 28% possuem entre cinco e seis pessoas e 10% possuem até quatro pessoas. Merece destaque os 62% que traduz ainda o dado referente às famílias numerosas na sociedade brasileira, sobretudo entre as pessoas de renda *per capita* mais baixa. Com relação ao número de adolescentes por família temos, conforme o gráfico abaixo a seguinte adução:

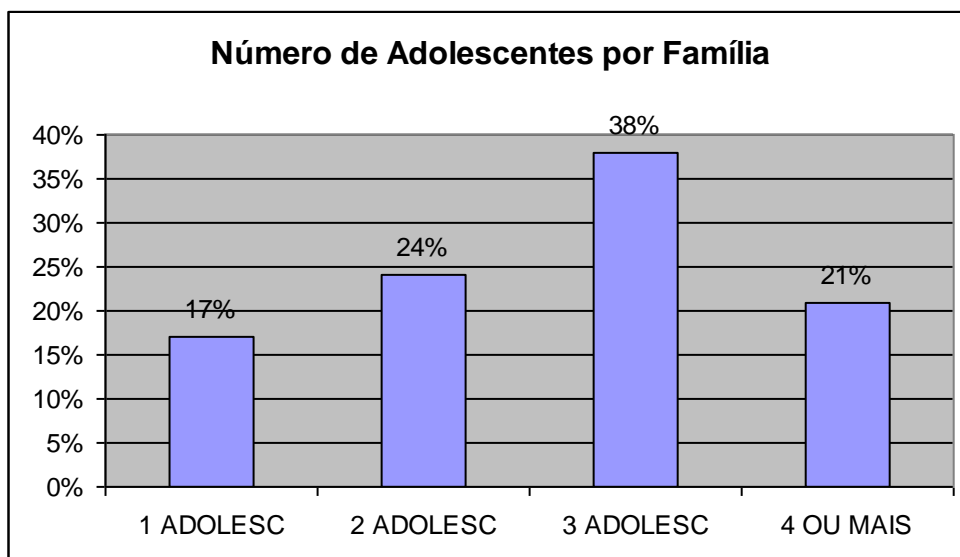


Gráfico 06: Número de pessoas por família.  
 FONTE: Dados disponibilizados pela SEMTAS

Dentre as famílias atendidas pelo programa, 17% tem apenas um adolescente; 24% possuem dois adolescentes, 38% tem três adolescentes; e 21% tem quatro adolescentes ou mais. É importante destacar que frente a um quadro social de famílias numerosas, onde sua maioria possui três adolescentes ou mais, o Programa Agente Jovem só atendia um jovem adolescente por família.

Dentre os adolescentes que participavam do programa 12% estavam em cumprimento de medida sócio-educativa, 37% foram inscritos por medida de proteção aplicada pelo Conselho Tutelar e os demais 51 por cento através das inscrições anuais.

No que se refere à escolaridade, 18% dos jovens inscritos no programa estavam fora da escola e receberam encaminhamentos para realizarem sua matrícula em uma escola próxima a respectiva residência. Abaixo, o gráfico aponta que 2% dos participantes não são alfabetizados; 7% estudaram até a quarta série; 48% estudaram entre a 5ª e a 8ª série; 43% cursavam o ensino médio e nenhum dos participantes cursava ensino superior.

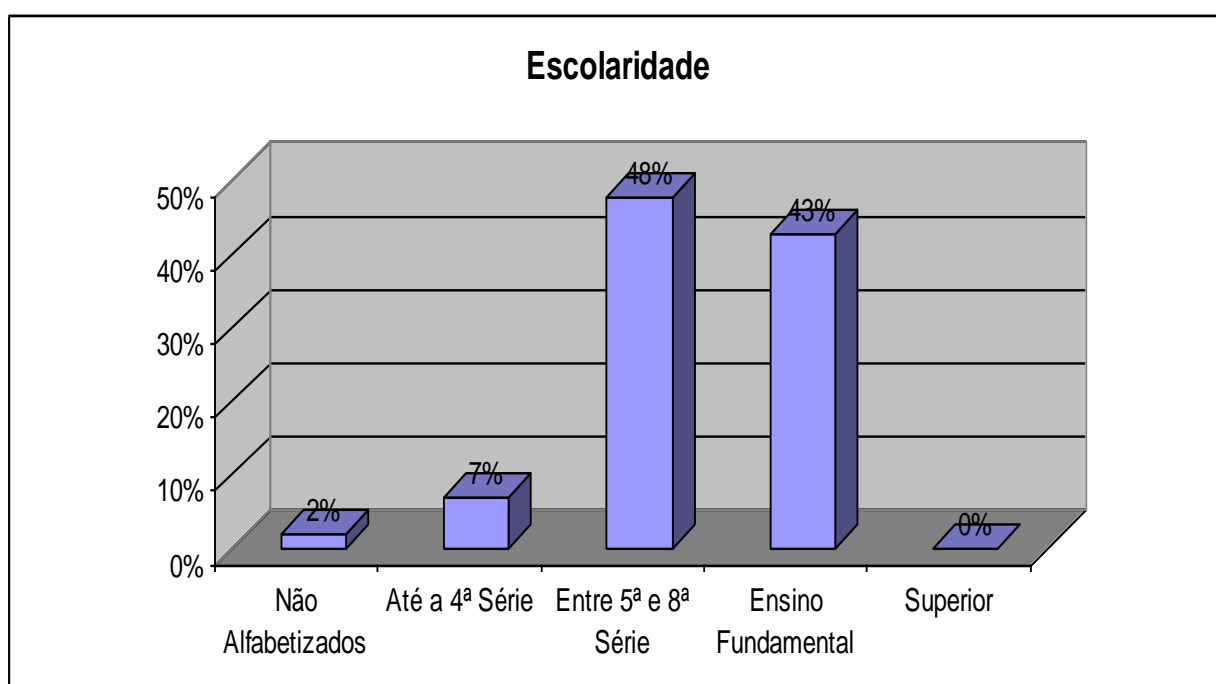


Gráfico 07: Escolaridade dos jovens adolescentes participantes.  
 FONTE: Dados disponibilizados pela SEMTAS

Como o desenho ainda presente da não permanência de parte da juventude natalense no sistema de ensino, observa-se a presença de jovens adolescentes que sequer são alfabetizados, no grupo de jovens que participam do programa. Os adolescentes que não estavam matriculados na escola eram encaminhados para realizarem a matrícula em escola próxima a sua residência. Para monitorar a frequência dos adolescentes os mesmos levavam ao programa declaração de frequência escolar a cada dois meses.

Outro dado importante por ser tema transversal na adolescência e objetivo de intervenção do programa é a situação de gravidez na adolescência. Neste sentido, no que se refere à gravidez ou ter engravidado alguém, os dados da coordenação só dispunham informações das adolescentes do sexo feminino. Observou que dos setecentos participantes, trezentos e noventa e dois eram do sexo feminino e trezentos e oito do sexo masculino.

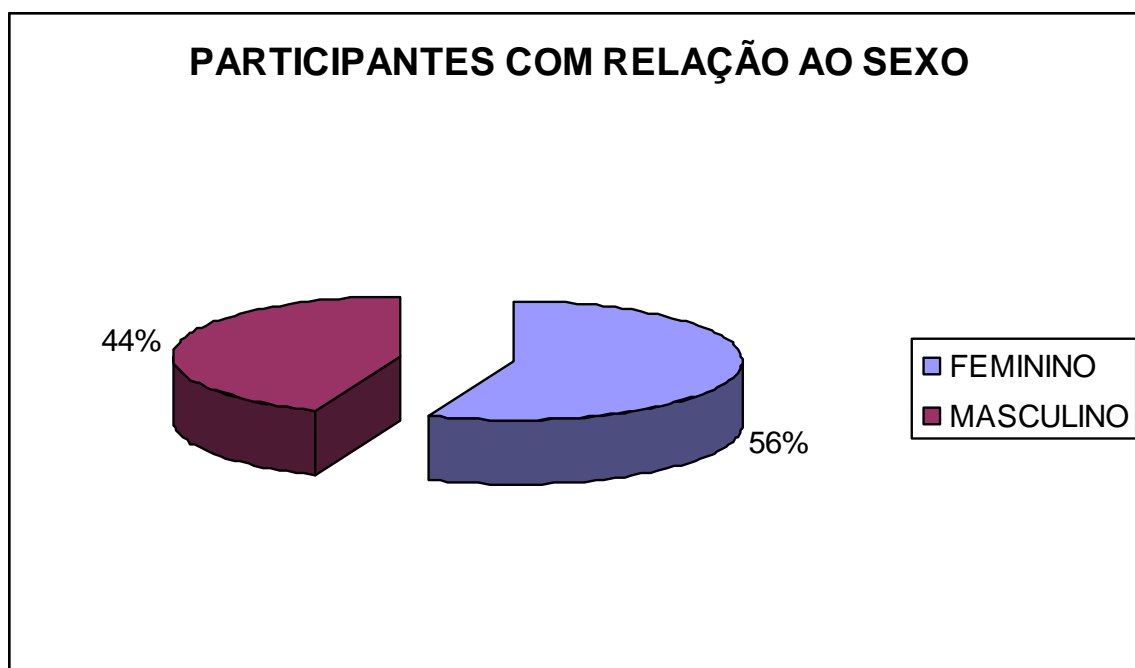


Gráfico 08: Participantes com relação ao sexo.  
FONTE: Dados disponibilizados pela SEMTAS

No que se refere a questão de gravidez na adolescência, das 392 adolescentes que participaram do programa em 2007, trinta e uma estiveram grávidas e vinte e sete declararam ter filhos. Embora não pareça um número muito

expressivo diante do universo pesquisado, o dado está acima da média nacional que é de 6,5 por cento das adolescentes.

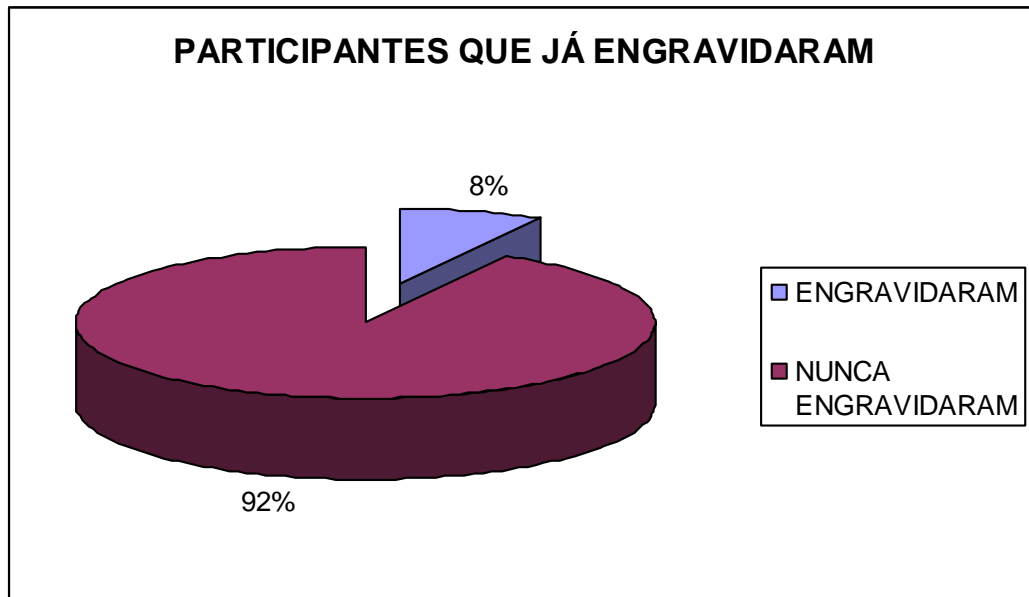


Gráfico 09: Participantes do sexo feminino que já engravidaram.  
 FONTE: Dados disponibilizados pela SEMTAS

Destacamos que nem todas as gestações foram concluídas com o nascimento de filhos. No entanto, o registro do programa não aponta histórico de abortamentos dentre as participantes. No gráfico abaixo, vemos que, em relação ao número de adolescentes que engravidaram, as que possuem filhos são um ponto percentual a menos. Temos 8% que já engravidaram e 7% que possuem filhos.

Esse dado aponta para outra realidade juvenil: por uma perversa ironia da modernidade, a sexualidade que estaria separada da reprodução tem ilustrado os debates juvenis como um tema ainda fortemente ligado a gravidez precoce e a contração de Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST's.

Um estudo realizado pela BEMFAM (1996) aponta que a proporção de mulheres de 15 anos que já tinham começado sua vida reprodutiva chegava a 55% entre as que não tinham nenhuma escolaridade; 19% entre as que tinham entre 5 a 8 anos de estudo; e menos de 10% entre as que tinham de 9 a 11 anos de estudo.

Segundo Castro, Abramovay e Silva (2004), “a fecundidade precoce preocupa demógrafos e especialistas do campo da saúde pela sua possível influência na vida reprodutiva futura”, afirmando que uma mulher que começa a sua vida reprodutiva mais cedo, maior é sua chance de terminá-la com uma fecundidade elevada.

Outra questão é que, ainda segundo as citadas autoras, tanto a mortalidade infantil, quanto a mortalidade materna são registradas como associadas a gravidez na adolescência. Destaca-se o seguinte dado:

A taxa de mortalidade dos filhos de mulheres de 15 a 19 anos era 24,5% mais elevada do que a dos filhos de mulheres situadas em grupo de idade posterior (CASTRO, ABRAMOVAY e SILVA, 2004, p. 133).

Além da observação da taxa de mortalidade dos filhos das jovens entre 15 e 19 anos, as autoras destacam ainda que o parto é o principal motivo de internação das jovens na referida idade.

O gráfico abaixo dispõe sobre as adolescentes acompanhadas pelo Agente Jovem que possuem filhos.

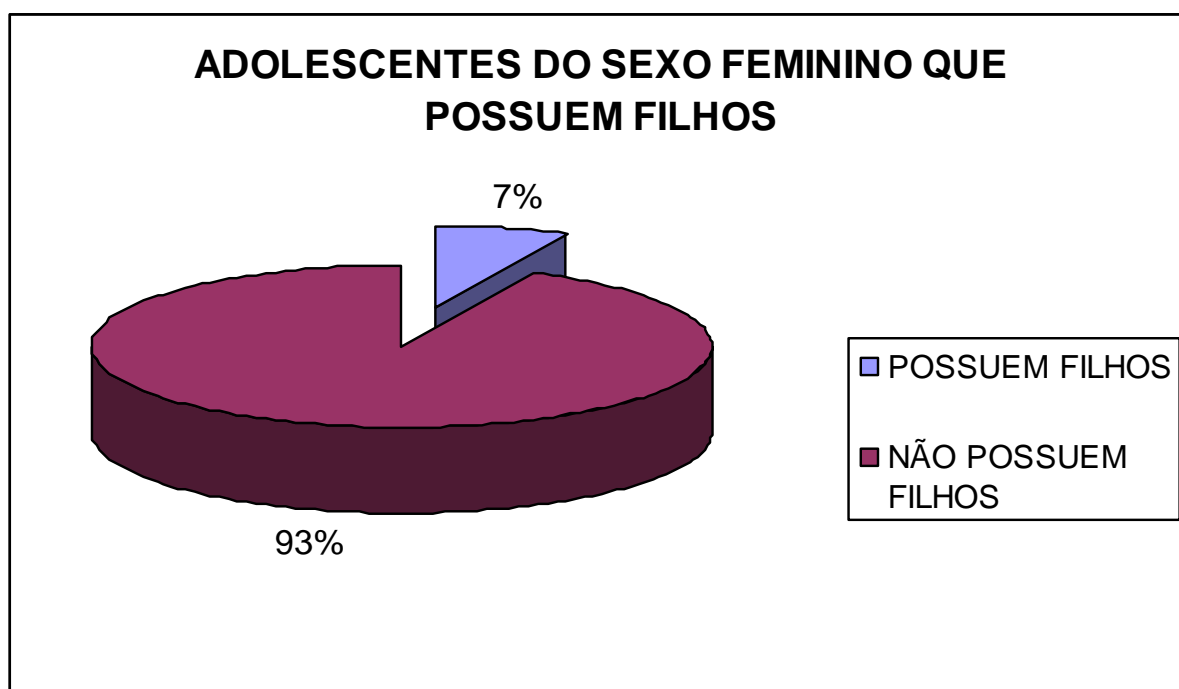


Gráfico 10: Jovens adolescentes do sexo feminino que possuem filhos  
FONTE: Dados disponibilizados pela SEMTAS

Dentre as participantes que possuem filhos, 92% possuem um filho e 8% possuem dois filhos. Não há registros de adolescentes com três filhos ou mais.

Assim, dentre todas as adolescentes do sexo feminino vemos no gráfico seguinte a distribuição quanto ao número de filhos:

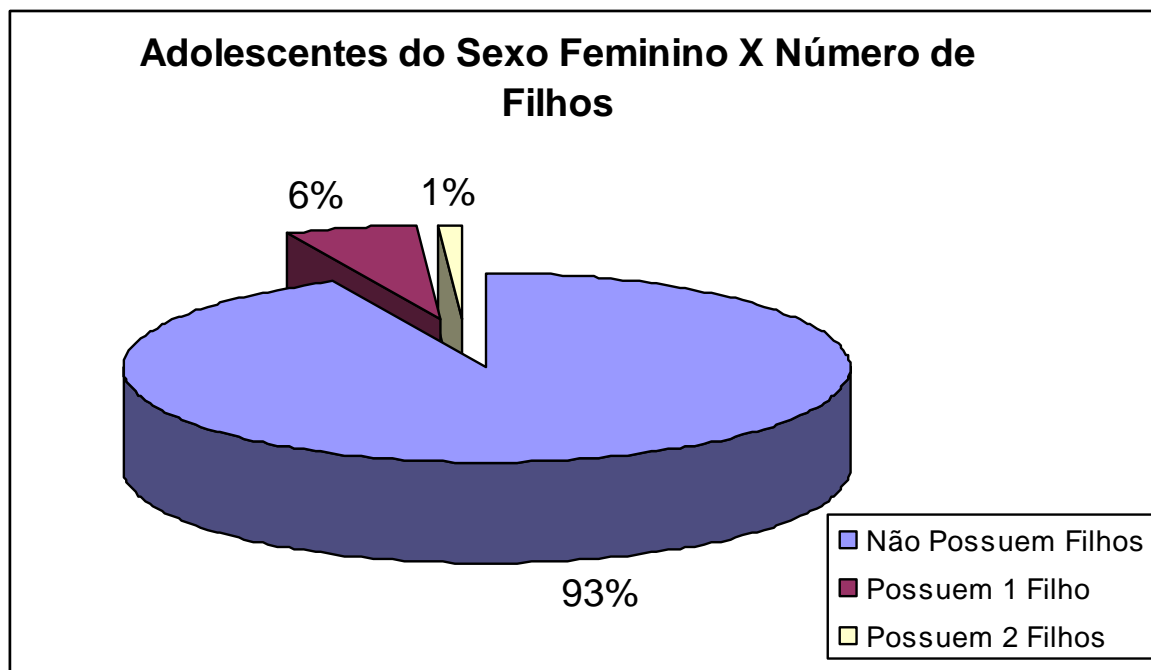


Gráfico 11: Jovens adolescentes do sexo feminino que possuem filhos  
 FONTE: Dados disponibilizados pela SEMTAS

Para a coordenação do programa, este é um número considerado alto. As ações são direcionadas a incentivar o uso de métodos contraceptivos e introduzir a discussão em relação ao planejamento familiar.

A entrevista inicial não contempla, no caso de adolescentes do sexo masculino, questões referentes a filhos ou terem engravidado alguém. Sobre este ponto, as informações foram coletadas no grupo focal. Neste sentido, não é um dado da totalidade e sim da amostra focal. Assim, dentre os adolescentes do sexo masculinos que participaram dos encontros focais, três declararam já ter engravidado alguém. Os adolescentes participam das atividades do programa de segunda a sexta-feira.

Feito esta caracterização geral abordaremos um pouco da dinâmica das atividades. Os Agentes Jovens eram monitorados por trinta e dois orientadores sociais (estudantes universitários), dez arte-educadores e cinco instrutores.


Durante o ano de participação no programa, os jovens adolescentes participavam de encontros de formação temática e oficinas lúdico-culturais. Os temas trabalhados nos encontros temáticos eram cidadania e ética; Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA; Família e escola; cultura e violência; gênero e sexualidade; meio ambiente; drogas; políticas públicas e protagonismo juvenil.

Com grupos de vinte e cinco adolescentes em média, os instrutores iniciavam a formação temática e o educador social dava seqüência, considerando a realidade do grupo de participantes. As oficinas lúdico-culturais de canto dança, flauta, teatro e violão acompanhavam transversalmente os temas trabalhados nos encontros de formação temática. Posteriormente, os jovens adolescentes relacionam os temas trabalhados á realidade que estão inseridos e pensam/ propõem projetos para o grupo intervir na comunidade a partir dos temas trabalhados durante as oficinas.

Assim, às segundas-feiras, quartas-feiras e sextas-feiras, os adolescentes participam das oficinas temáticas, e terças e quintas-feiras participam das aulas de arte-educação. E após o período das oficinas temáticas, usando os recursos arteculturais, os adolescentes preparam um projeto de intervenção que trabalhe um ou mais temas, como multiplicadores na comunidade.

Que efetivações essas atividades trazem aos jovens adolescentes que participam do programa? E de que forma eles se tornam protagonistas e multiplicadores do que conheceram? Inicialmente, tínhamos a hipótese que as ações de protagonismo dos jovens adolescentes não ultrapassavam as ações comunitárias já programadas pelo programa, não se configurando como mudanças efetivas em suas vidas.

No capítulo seguinte, trataremos sob a ótica do jovem participante, a avaliação da efetividade do Programa Agente Jovem em suas vidas.



**CAPITULO III**

**A AVALIAÇÃO DO PROGRAMA AGENTE JOVEM EM NATAL**



Este capítulo apresenta algumas reflexões sobre a sistemática de avaliação de políticas públicas. Trata acerca dos tipos de Avaliação e os conceitos principais para avaliação, a saber, a eficácia, a eficiência e a efetividade e apresenta a avaliação que os jovens que participaram do Programa Agente Jovem fazem do mesmo.

Neste primeiro momento, ao abordar a temática, destacamos a importância do processo de avaliação, como instrumento que possibilita conhecer, compreender, aperfeiçoar e reorientar as ações, com vistas ao aperfeiçoamento e realinhamento dos programas de governos, nos quais as políticas públicas são materializadas. Para isso, resgatamos as principais abordagens no que diz respeito às estratégias metodológicas que vêm sendo utilizadas como base para orientar os estudos e análises de programas públicos, destacando-se os tipos de avaliação mais comumente usados para avaliar políticas públicas.

No segundo momento, enfatizam-se os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade que foram incorporados na discussão teórica devido à sua importância nos estudos de avaliação de políticas públicas, tendo em vista sua relação direta com processos, resultados e impactos.

Por fim, sob o critério de avaliação da efetividade apresentaremos a avaliação do programa agente jovem sob a ótica dos adolescentes participantes.

### **3.1 Questões Teórico-Metodológicas sobre a Avaliação de Políticas Públicas.**

A avaliação consiste em estudar e analisar uma determinada política para lhe atribuir valor, aprovando-a, reprovando-a ou ainda, indicando possíveis necessidades de ajustes. Nesse sentido, a avaliação se mostra como um importante mecanismo de gestão, já que fornece informações e subsídios para tomada de decisão dos gestores, formuladores e implementadores de programas. Isto por que possibilita o conhecimento do que está acontecendo e as possibilidade de atuação sobre os fatos, de forma a realizar ajustes necessários, economizando-se dessa forma tempo e recursos, e ainda, elevando a credibilidade das ações públicas.

Entretanto, apesar de ser indiscutível a necessidade de avaliação, no âmbito do setor público brasileiro essa prática ainda é muito incipiente, especialmente

quando focaliza a avaliação de desempenho e de resultados de uma instituição pública ou de um programa governamental, no qual a política pública se materializa.

Citando Cohen e Franco (1993) Cavalcanti (2006, p.03) resgata, de forma precisa, a importância da avaliação em programas governamentais quando aduz que:

A avaliação de projetos sociais tem um papel central neste processo de racionalização e é um elemento básico de planejamento. Não é possível que estes sejam eficazes se não forem avaliados os resultados de sua aplicação. (COHEN e FRANCO apud CAVALCANTI, 2006, p. 03).

No entanto, o autor ressalva que a avaliação de políticas públicas não é apenas um instrumento de aperfeiçoamento ou de redirecionamento dos programas empreendidos pelo governo, mas, especialmente, uma ferramenta capaz de prestar contas à sociedade das ações governamentais.

Neste sentido, ele sugere ainda o diálogo público, ou seja, o controle social, pois a qualidade dos programas só aumenta quando a participação dos usuários é intensificada e efetivamente acontece.

Outro aspecto que merece destaque no que se refere à avaliação de políticas públicas é a concepção atual de política pública que perpassa os processos de formulação, implementação, resultados e impactos, constituindo o *policy cycle* (UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, 1999). Sendo necessário, portanto, avaliar não apenas os resultados finais de uma política, programa ou projeto, mas também, suas fases de execução.

A fase de formulação compreende o período no qual se define a estratégia geral de uma dada política pública (objetivos, metas, recursos, entre outros), ou seja, é a fase do desenho de um programa. Na visão clássica do *policy cycle*, a formulação é desenvolvida por uma autoridade, ou por um conjunto de autoridades que expressam suas escolhas, preferências que podem divergir daquelas que a sociedade considera relevante.

Porém, a superioridade dada à formulação torna a análise muito limitada, uma vez que considera problemas de implementação simples “desvios de rota” e não, contradição de objetivos entre formuladores e implementadores, que requer negociação, barganha.

A implementação que, inicialmente, é vista como a fase em que simplesmente se colocam em prática os objetivos e metas traçados pelos formuladores, passa

também a vincular-se às decisões e a definir quais as estratégias que serão adotadas para atingir os objetivos propostos no desenho dos programas ou os objetivos por ela priorizados ou formulados.

Neste sentido, o *policy cycle* não pode ser concebido como um processo simples e linear, mas sim como um processo dinâmico, que não tem ponto de partida ou de chegada definidos, e que envolve não só formuladores e implementadores, mas também os *stakeholders* – pessoas envolvidas numa política ou nela interessadas. Dessa forma, “[...] a implementação é entendida como um processo autônomo onde decisões cruciais são tomadas e não só implementadas” (UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, 1999, p. 6).

Os resultados e ‘impactos’ se referem ao alcance ou não, dos objetivos e metas propostos, considerando ainda referências de custos e tempo.

Logo, é de fundamental importância considerar os diferentes ciclos que compõem uma política pública - formulação, implementação e resultados e impactos - e ter a avaliação presente em cada um deles.

Evidencia-se a importância de se avaliar políticas públicas em todas as suas fases, pois o somatório desses resultados é que vai dar sentido ao redirecionamento dos programas. Lubambo e Araújo (2003, p. 4) apresentam uma síntese acerca das especificidades da avaliação nas diferentes fases do ciclo da política: A focalização na *formulação*, responde à preocupação de identificar a adequabilidade das ações/estratégias às demandas existentes. A avaliação de *implementação* permite compreender e analisar aspectos diversos da dinâmica institucional e organizacional, no tocante ao funcionamento do programa, incluindo sua formulação.

Por sua vez, a avaliação dos *resultados e impactos* objetiva compreender e analisar o que se obteve com o programa, qual o êxito, o sucesso alcançado a partir de sua implementação.

É reconhecido que grande parte dos problemas encontrados se situa na fase de implementação e na fase final dos programas ou projetos, quando são reveladas as necessidades de ajustes, aperfeiçoamento e mesmo de substituição do programa.

Entretanto, é também um consenso que esses problemas têm conexão direta com as demais fases que compõem a política, por ser ela um ciclo, que produz *feedback* e retroalimenta as demais fases, e não um sistema linear de via única.

Portanto, a opção de estudo adotada, além de focar a variável tempo, o momento em que se realiza a avaliação, focaliza também, o resultado do programa.

Neste sentido, apontamos cinco tipos de avaliação: Avaliação *ex-ante*, Avaliação *ex-post* ou Somativa, Avaliação Formativa ou de Processo, Monitoramento, e, avaliação de impacto.

A Avaliação *ex-ante* se refere à avaliação que é realizada antes do início do projeto, ou seja, trata-se de uma avaliação que procura medir a viabilidade do programa a ser implementado, no que diz respeito a sua relação “custo-benefício”. Geralmente é muito utilizada por órgãos financiadores de projetos e pode ter como objetivo a identificação de prioridades e metas.

Entretanto, Lubambo e Araújo (2003) mencionam que nem sempre essa relação pode ser restringida à viabilidade econômico-financeira, uma vez que a viabilidade política e institucional, bem como as expectativas dos beneficiários da ação, devem ser consideradas e incorporadas nessa “conta”.

A avaliação *ex-ante*, procura orientar sobre a realização de um dado programa, no que diz respeito a sua formulação e desenvolvimento, através do estudo de seus objetivos, dos beneficiários e suas necessidades e do seu campo de atuação. Desta forma, propõe-se ser um instrumento que permite escolher a melhor opção estratégica, como destaca Cohen e Franco (1993, p. 16): “[...] a avaliação *ex-ante* permite escolher a melhor opção dos programas e projetos nos quais se concretizam as políticas”.

A Avaliação *ex-post*, também conhecida como somativa, ou avaliação de desempenho é focada nos resultados e investiga em que medida o programa atinge os resultados esperados pelos formuladores. Segundo Draibe (2001), este tipo de avaliação consiste na observação estrita dos produtos do programa ou projeto, previstos em suas metas e derivados do seu processo particular de ‘produção’(DRAIBE, 2001, p. 21).

Entretanto, essa análise de resultados pode ser agrupada em duas modalidades: resultados esperados e resultados não-esperados. Referem-se, respectivamente, aos efeitos gerados e aos efeitos não-antecipados pelo programa no plano de implementação (UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, 1999).

Quando a variável “resultados”, independentemente de sua modalidade, ganha centralidade no processo de avaliação, é prudente reputar algumas indagações, que são tidas como essenciais: a) que tipos de serviços ou benefícios

os beneficiários do programa estão recebendo? b) em que medida os serviços ou benefícios realmente recebidos pelos beneficiários do programa estão de acordo com as intenções originais dos formuladores? c) os beneficiários estão satisfeitos com os resultados atingidos pelo programa? d) os resultados atingidos são compatíveis com os resultados esperados? e) como e porque os programas implementados geram resultados não esperados? (UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, 1999, p. 43).

Nesta categoria, em que os resultados de um programa ou política são focalizados, a avaliação assume um caráter somativo. Essa modalidade de avaliação que se realiza ao final da fase de implementação ou após a conclusão de um programa, consiste no exame e análise de efeitos, impactos e resultados. Focaliza a relação entre processo, resultados e impacto, comparando os diferentes programas, o que possibilita escolher o mais adequado e viável para atingir as metas no prazo pretendido. O objetivo principal da avaliação *somativa* é o de analisar a efetividade de um programa, compreendendo em que medida o mesmo atingiu os resultados esperados.

Além dessa modalidade de avaliação de resultado, que guarda no seu interior os resultados esperados e efeitos não-antecipados, o relatório do NEPP (UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, 1999) focaliza, também, a análise dos impactos gerados por um programa. *A avaliação de impacto* diz respeito à efetividade de uma política pública, pois possibilita verificar se os resultados obtidos junto à população-alvo são semelhantes ao que foi proposto, ou seja, se produziu os efeitos que se esperava. Conforme Draibe (2001), se refere às alterações ou mudanças efetivas na realidade sobre a qual o programa/ projeto intervém e que por ele são provocadas. A avaliação de impacto pode se constituir em um outro tipo de avaliação. No entanto a nível temporal, esta se constitui como uma avaliação *ex-post*.

Sob essa mesma análise se utiliza também a avaliação de efeitos que se refere a outros impactos, esperados ou não, que segundo Draibe (2001) afetam o meio social e institucional no qual se realizou o programa.

O terceiro tipo aqui apresentado é a avaliação de Processo ou formativa, focada no funcionamento do programa. Esta categoria procura investigar como o programa funciona (observação das etapas, mecanismos, processos e conexões), quais são as estratégias utilizadas para o alcance dos resultados, ou seja, procura

articular os meios com os fins, estabelecendo dessa forma sua consonância ou incompatibilidade (UNIVERSIDADE DE CAMPINAS, 1999).

Segundo Sônia Draibe (2001) tem como foco as características principais, o desenho dos programas e “age no sentido de identificar fatores que limitam ou que impedem que um determinado programa atinja seus resultados da melhor maneira possível” (DRAIBE, 2001, p. 21).

Nesta situação, se procura focar o funcionamento e a gestão do programa, a avaliação assume caráter formativo. Este tipo de avaliação se centraliza nos processos e não nos resultados, pois focaliza os aspectos que têm relação direta com a formação do programa, enquanto está em funcionamento, portanto, é desenvolvida durante o processo de implementação da ação avaliada. Sua função maior é a de observar em que medida o programa está sendo implementado como planejado.

Preocupa-se em responder, entre outras, as seguintes indagações: a) A população-alvo está sendo atendida, conforme as metas? b) O cronograma está sendo cumprido? c) Os recursos estão sendo alocados com eficiência?

Assim, a *avaliação de processos* se constitui, basicamente, em um instrumento que se preocupa em diagnosticar as possíveis falhas de um programa, no que diz respeito aos instrumentos, procedimentos, conteúdos e métodos, adequação ao público-alvo, visando o seu aperfeiçoamento, através da interferência direcionada para seus aspectos intrínsecos. Esta modalidade de avaliação tem por objetivo “fazer as coisas certas” (FARIA, 1999, p. 46).

O *monitoramento* é um processo sistemático e periódico de análise da gestão, funcionamento e desempenho de programas e projetos. Tem como objetivo identificar desvios na execução das ações, entre o programado e o executado, diagnosticando suas causas e propondo ajustes operacionais, com vistas à adequação entre o plano e sua implementação.

As atividades de monitoramento são desenvolvidas durante a execução do programa. Entretanto, para realizá-las é necessário ter conhecimento do projeto nas suas fases inicial e final, bem como na sua fase de desenvolvimento, pois isto permite verificar o seu andamento com relação a objetivos e metas, viabilizando, se necessário, redirecionar, ou mesmo, redesenhar algumas ações que se comportaram de forma não prevista. Trata-se, portanto, de um processo contínuo que retroalimenta o ciclo de ajustes de uma política. De forma resumida, “O

monitoramento é um processo sistemático e contínuo que, produzindo informações sintéticas e em tempo eficaz, permite rápida avaliação situacional e a intervenção oportuna que corrige ou confirma as ações monitoradas” (GARCIA, 2001, p. 32).

O monitoramento é a medida da eficiência e eficácia de um programa ou projeto. Sendo assim, para monitorar é imprescindível que o problema esteja bem definido, bem como as ações estejam bem desenhadas e programadas, identificadas por indicadores claros e objetivos, possíveis de serem trabalhados. Não se pode monitorar o que não pode ser medido, portanto, os indicadores são ferramentas fundamentais para tornar possível uma ação efetiva de monitoramento.

O *monitoramento* utiliza, geralmente, dados internos e busca analisar o cumprimento dos prazos das atividades; a quantidade, qualidade e preço dos insumos; a correspondência dos programas aos objetivos previstos. Faria (1999, p. 44-45) define bem essa atividade: “Trata-se de avaliar a eficiência. É o fazer certo as coisas, posto que as atividades de monitoramento permitem intervir no processo de execução, corrigindo os rumos cada vez que os desvios são detectados.” E acrescenta: “corrigir rumos” nas atividades de monitoramento, não quer dizer apenas intervir sobre os conteúdos de um programa, mas “[...] significa (ou pode significar) modificar cenários jurídico-administrativos, financeiros, organizacional, bem como requalificar os recursos humanos a cargo dos trabalhos”.

A avaliação do êxito de uma determinada política, pelo termo, sugere que seja a identificação dos seus resultados positivos. No entanto, avaliar, no sentido de atribuir valor não implica que este, necessariamente seja positivo. Avaliar o êxito desta forma implica mais na avaliação dos resultados, das conseqüências, ou seja, dos impactos, sejam estes positivos ou não.

Alguns autores classificam ainda a avaliação conforme a natureza do avaliador. Ernesto Cohen (1993) destaca a *avaliação externa*, realizada por avaliadores experientes e alheios a organização-agente; a *avaliação interna*, realizada na organização e pela organização gestora do projeto; a *avaliação mista*, que combina a avaliação interna e externa; e, a *avaliação participativa*, que é utilizada preferencialmente em pequenos projetos, busca resposta endógena do grupo e minimiza distância entre o avaliador e os beneficiários.

Os conceitos básicos para a avaliação de políticas públicas estão apresentados na literatura corrente como avaliação de *eficiência*, *eficácia* e *efetividade*. Os referidos conceitos são comumente usados quando se fala em

resultados de políticas públicas, pois procuram traduzir a avaliação do desenvolvimento e execução da política pública como um todo.

A *eficiência* de uma política pública refere-se à otimização dos recursos utilizados, ou seja, o melhor resultado possível com os recursos disponíveis. Cotta (1998, p.114) traduz o conceito de eficiência da seguinte forma: O conceito de eficiência diz respeito à relação entre os resultados e os custos envolvidos na execução de um projeto ou programa. Quando ambos podem ser traduzidos em unidades monetárias, recorre-se à Análise Custo-Benefício (ACB) que, grosso modo, pretende verificar se os benefícios líquidos do projeto excedem seus custos operacionais.

Entretanto, a autora enfatiza a dificuldade de adequar a técnica (ACB) à maioria dos programas governamentais, uma vez que tratam de questões sociais, onde os impactos geralmente não podem ser expressos financeiramente. Para Belloni, Magalhães e Sousa (2001, p. 62), “A eficiência diz respeito ao grau de aproximação e à relação entre o previsto e realizado, no sentido de combinar os insumos e os implementos necessários à consecução dos resultados visados.”

Desta forma, esse conceito de eficiência de que Belloni, Magalhães e Sousa (2001) tratam, tem relação direta com a avaliação do tipo formativa ou de processo, pois trata de realizar o acompanhamento de ações e tarefas, no que fiz respeito ao conteúdo, método e instrumentos inerentes à execução de um programa ou projeto. Trata-se, portanto, de um conceito de extrema relevância no processo de avaliação de políticas públicas, pois possibilita compreender em que medida a otimização dos recursos públicos acontecem - aqui entendidos como os recursos financeiros, materiais e humanos - através da comparação entre metas alcançadas, recursos empreendidos e tempo de execução.

Basicamente, responde-se aos seguintes questionamentos: Quanto o programa fez? O quanto de recursos utilizou? E em quanto tempo? Os resultados obtidos revelam a eficiência (fazer mais com menos e em tempo hábil) do programa, especialmente se o mesmo for implementado mais de uma vez, pelo menos? Belloni, Magalhães e Sousa (2001, p. 64) fazem uma síntese perfeita sobre o conceito de eficiência na avaliação de programas ou políticas públicas: Em resumo, a eficiência, traduz-se por respostas dadas a questionamentos ou indicadores relativos a necessidades atendidas, recursos utilizados e gestão desenvolvida. A interação entre a política examinada e outras a ela relacionadas, assim como a não



sobreposição de duplicação de esforços, são indicadores de eficiência não apenas da política em foco, mas de ações governamentais como um todo.

A *eficácia* refere-se ao "[...] grau em que se alcançam os objetivos e metas do projeto da população beneficiária, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados" (COHEN; FRANCO, 1993, p.102). Desta forma, a eficácia de uma política pública está relacionada aos resultados que o programa produz sobre a sua população beneficiária (efeitos) e sobre o conjunto da população e do meio ambiente (impactos).

O conceito de *eficácia* de que Cohen e Franco (1993) tratam, tem relação direta com a avaliação do tipo *somativa* ou de *resultados*, pois trata de avaliar se o programa ou projeto produziu algum efeito sobre os seus beneficiários e, ainda, uma vez produzido, procura classificar tais efeitos.

Belloni, Magalhães e Sousa (2001) acrescentam:

A eficácia corresponde ao resultado de um processo, entretanto contempla também a orientação metodológica adotada e a atuação estabelecida na consecução dos objetivos e metas, em um tempo determinado, tendo em vista o plano, programa ou projeto originalmente exposto. (BELLONI, MAGALHÃES E SOUSA, 2001 P.62)

A análise e constatação da eficácia estão associadas à verificação dos indicadores de eficiência. Sendo assim, a maximização dos resultados alcançados de um programa será revelada através da resposta efetiva ao grau de eficiência e eficácia. Portanto, eficiência e eficácia não são conceitos excludentes, especialmente no caso de avaliação de políticas públicas, em que é de fundamental importância assegurar uma metodologia que envolva a avaliação de planejamento, dos recursos (humanos, materiais e financeiros) e do sistema de gestão.

Belloni, Magalhães e Sousa (2001, p. 66) sintetizam a importância de tais conceitos estarem combinados no processo de avaliação de programas ou políticas públicas, no que diz respeito aos seus resultados: "Assim, considera-se que o resultado alcançado é a resposta efetiva ao grau de eficiência e eficácia aplicadas no desenvolvimento da ação ou política."

A *efetividade* é o conceito que revela em que medida a correspondência entre os objetivos traçados em um programa e seus resultados foram atingidos (BELLONI, MAGALHÃES E SOUSA, 2001). Como essa correspondência é averiguada em um

contexto mais amplo, em que se procura dar conta dos resultados, tanto no plano econômico como social, da política em questão, trata-se de uma avaliação de impactos pois, ao contrário da avaliação de resultados, que procura investigar os efeitos de uma intervenção sobre a clientela atendida, ela procura diagnosticar os reflexos desta mesma intervenção no contexto maior. A avaliação de efetividade é a que mais se aproxima da idéia de perceber as *efetivações* postas por Amartya Sen (1993).

Para avaliações dessa natureza, Cotta (1998, p.115) aponta alguns pré-requisitos considerados muito relevantes para seu êxito:

a) os objetivos da intervenção devem estar definidos de maneira a permitir a identificação de metas mensuráveis; b) sua implementação deve ter ocorrido de maneira minimamente satisfatória, pois, caso contrário, não faria sentido tentar aferir impacto. (COTTA 1998, p.115)

Muitos autores tratam o conceito de eficácia e efetividade de forma igual, mas é prudente, quando se trata de avaliação de políticas públicas, fazer certa distinção. Sendo assim, a eficácia é uma dimensão do processo de desenvolvimento e implementação do programa. Neste caso, o modelo de avaliação indicado é o de resultados, uma vez que visa aferir os resultados “intermediários” A efetividade aponta outra dimensão do resultado - os finais, *ex-post* - , tem a ver com os resultados mais abrangentes da política junto aos setores visados . Neste caso, o tipo de avaliação adequada é a avaliação de impactos, já que procura traduzir os impactos do programa no contexto mais amplo, (econômico, político e social), objetivando a melhoria da qualidade de vida.

A discussão aqui apresentada buscou contemplar alguns dos diferentes tipos de avaliações e conceitos relacionados à avaliação de políticas públicas, não esgotando o tema. Ao tratar de suas diferentes modalidades, percebe-se que a avaliação de políticas públicas não pode ser restrita apenas à aferição de suas metas quantitativas, mas também deve se reportar à qualidade do resultado atingido. É dessa forma, que os conceitos de eficiência, eficácia e, **sobretudo de efetividade** se revelam importantes, na medida em que subsidiam na tradução da avaliação do planejamento, do desenvolvimento e da execução da política pública como um todo.

Neste trabalho, a avaliação do programa agente jovem será a luz dos critérios de efetividade. Quais mudanças e impactos o programa gerou na população alvo.

### **3.2 A efetividade do Programa Agente Jovem sob a ótica dos participantes**

Sobre a avaliação participativa da efetividade, objeto principal de coleta foi os adolescentes que participavam e ainda alguns que já haviam sido desligados, a partir da *técnica de grupo focal*. Algumas das questões postas pelos jovens adolescentes durante as oficinas dos grupos focais foram confrontadas com outros atores através de entrevistas individuais. Com os pais/ responsáveis realizamos um pequeno encontro focal na data de uma das reuniões de pais realizada pelo programa.

Sobre *Grupo Focal*, enfatizamos que se trata de:

Uma técnica de pesquisa na qual o pesquisador reúne, num mesmo local e durante um certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público alvo de suas investigações, tendo como objetivo, coletar a partir do diálogo e do debate com e entre eles, informações acerca de um tema específico. (NETO, MOREIRA e SUCENA, 2002, p.05)

Merece destaque afirmar que a principal característica da técnica de Grupos Focais reside no fato de ela trabalhar com a reflexão expressa através da “fala” dos participantes e que as informações produzidas são de cunho qualitativo. Essa fala não deve ser meramente descritiva ou expositiva. “Deve ser uma fala em debate”. (NETO, MOREIRA e SUCENA, 2002, p.05).

Sobre a condução dos trabalhos no grupo focal, Neto, Moreira e Sucena (2002) sugerem uma equipe que possa exercer as atribuições de mediador, relator, observador, operador de gravação, transcritor e digitador. Algumas atribuições podem ser acumuladas por um mesmo pesquisador, sendo necessário definir previamente as atribuições de cada um.

Definiu-se para essa pesquisa, que o grupo focal seria conduzido por uma equipe de duas pessoas. No momento do encontro, o equipamento para a gravação era previamente preparado por um dos membros, que também assumiu a função de relator e observador anotando algumas falas que possa merecer destaque, que

sejam emblemáticas, e ainda observar a condução do encontro, podendo posteriormente sugerir melhorias para a realização dos próximos momentos. O segundo membro da equipe mediou o encontro do grupo focal. As funções de transcrição e digitação foram acumuladas por ambos. Estrategicamente, para maior apropriação, mais pela pessoa responsável pela pesquisa.

No que se refere ao número de participantes, os citados autores destacam duas questões para o tamanho do grupo: a primeira que deve ser pequeno o suficiente para que todos tenham oportunidade de expor suas idéias, e a segunda, que deve ser grande o bastante para que os participantes possam vir a fornecer consistente diversidade de opiniões. Por fim, sugerem um número mínimo de quatro pessoas e máximo de doze pessoas. Gondim (2002), no entanto, sugere um grupo com um número entre quatro e dez participantes.

Sobre os procedimentos, Neto, Moreira e Sucena (2002), afirmam que é possível manter os mesmos participantes e realizar com eles mais de um grupo focal propondo novos temas e/ou aprofundando-os a cada reunião; ou Manter os mesmos temas e substituir os participantes, sendo o objetivo da pesquisa que conduz a definição da escolha.

Para este trabalho utilizamos o primeiro modelo de procedimento. Selecionamos dois grupos de doze adolescentes, envolvendo jovens de das quatro regiões administrativas e realizamos os encontros mantendo estes grupos e mudando os temas dos encontros. Foram realizados dez encontros, sendo cinco encontros com cada grupo. Os encontros foram mantidos no horário matutino com um grupo e no horário vespertino com o segundo grupo.

Para buscarmos indicadores de efetividade das ações do programa agente jovem realizamos além dos grupos focais, pesquisa documental junto à coordenação do programa na SEMTAS e, entrevistas com instrutores, educadores sociais e familiares dos jovens.

Foram definidos os seguintes indicadores: relatos de elevação do índice de matrícula e permanência do jovem, com aprovação, no sistema de ensino; registros e relatos de elevação do índice de reinserção familiar e comunitária dos jovens egressos de medidas sócioeducativas de privação de liberdade; registros e relatos de diminuição dos índices de situações de violência, de uso de drogas, diminuição dos registros de contração de DST's e maternagem e paternagem na adolescência dentre os participantes do programa; a relação do programa com o alcance do

emprego<sup>8</sup>; e realização de atividades multiplicativas da proposta do Agente Jovem externas às atividades do programa.

Após a escolha e convite dos participantes para os grupos focais, se procedeu com a organização temática dos encontros, a saber: 1) A efetividade do Programa Agente Jovem para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino; 2) A efetividade do Programa Agente Jovem para a integração dos adolescentes à família, a comunidade e à sociedade; 3) A efetividade do Programa Agente Jovem quanto a contribuir para a diminuição dos índices de violência, do uso de drogas, de DST's e gravidez não planejada; 4) A efetividade do Programa Agente Jovem para a preparação do jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade; e 5) A efetividade do Programa Agente Jovem para facilitar a integração e interação, do jovem que estiver trabalhando.

No primeiro encontro, realizou-se o acolhimento do grupo no local da atividade. Posteriormente, procedera-se com a apresentação da pesquisa, seus objetivos e a metodologia do grupo focal, inclusive, o destino dos dados após o fechamento dos grupos. Consultou-se o grupo sobre a gravação dos encontros, leu-se o *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido* e distribuíram-se os mesmos para assinatura. Os participantes que possuíam menos de 18 anos levaram os termos para que fossem assinados pelos seus pais.

Feito isso, destacou-se a importância da participação do grupo nos momentos de debate e se destacou o tema do primeiro encontro focal: ***A efetividade do Programa Agente Jovem na inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino.***

**Sobre a inserção e permanência**, conforme revelado no item que trata da caracterização do programa, 18% dos adolescentes quando inscritos não estavam matriculados na escola. No entanto, o primeiro indicador levantado junto à secretaria do programa é que como condicionante participativo, todo adolescente deve estar matriculado e freqüentando a escola. A freqüência escolar pela condicionalidade foi postas em algumas falas, entre elas:

---

<sup>8</sup> Destacamos que conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e a Confederação das Leis do Trabalho - CLT, É Proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz. (BRASIL, ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Art. 6º, 1990)

*Eu queria muito participar do projeto (...) por tudo! Pra fazer alguma coisa, por que minha mãe pediu, por que eu já conhecia umas pessoas que participavam, pra receber a bolsa, para participar das atividades. Aí para participar eu comecei a ir pra escola, por que se não podia ficar, sabe? (participante G1)*

Um adolescente acompanhado pelo programa relata que estava sem freqüentar a escola e que passou a ir por que era condicionalidade do Programa Agente Jovem. Outro adolescente acrescenta que se matriculou e freqüenta a escola também pela condicionalidade do programa:

*Antes eu não ia muito pra escola. Todo ano minha mãe fazia minha matrícula. Mas, eu matava muita aula. Pra que? Pra sair com meus amigos. Mas no projeto a gente tem essa coisa de trazer as presenças da escola. (participante GF1)*

Destacamos uma provocação: Essa condicionalidade destacada pelos dois adolescentes que participam é positiva ou negativa? Um deles voltou a acrescentar:

*Ta na cara que é positivo. Eu não ia para escola e agora eu vou. Isso já ta dizendo que é uma grande melhora. A pessoa vai para escola e assiste às aulas. Isso é bom! Tem *um ou dois* que enrola, sabe? Que vai por que tem que ir. Que bagunça. Mas também tem a maioria que estão indo bacana mesmo. Fazendo as provas, os trabalhos, numa boa. (Participante GF1).*

Dentre os participantes que se matricularam e passaram a freqüentar a escola após sua inserção no programa, considerou positiva a condicionalidade e destacam o envolvimento com as atividades escolares. Mas, a fala acima traz também o relato de um percentual que não se envolve na dinâmica da escola. Estando freqüentando apenas em função do programa. Acrescenta:

*Esses poucos são que precisam de mais apoio. Por que tem gente que pensa que eles não estão nem aí, pra escola. Mas, se a gente for olhar direitinho, eles também participam pouco aqui no programa. Eles vem e não ajudam muito. Tem uns que a gente diz que só quer vir por causa do dinheiro, outros, você olha e vê que eles podem ta passando algum problema. É aí que eu digo que o programa Apóia, por que os orientadores prestam atenção, quando precisa, encaminha agente para conversar com a psicóloga do programa, com a assistente social. E cada uma faz alguma coisa dependendo do que seja. (Participante GF1).*

A condicionalidade é posta como algo positivo, posteriormente como algo que pode não ser efetivo, não conduzir de fato ao (re) envolvimento do jovem com a vida escolar. E volta a ser um condicionante positivo na fala dos jovens, quando relatam que além de condicionar o retorno escolar, cria suporte para eventuais dificuldades para este retorno, inclusive com encaminhamentos para outros atendimentos e serviços.

Neste sentido, a coordenadora do programa afirma que os adolescentes que não estão matriculados por falta de vagas na escola são encaminhados ao Conselho Tutelar, que requisita a vaga e a matrícula como medida protetiva<sup>9</sup> do direito garantido pela Lei nº 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Outros adolescentes que já freqüentavam a escola regularmente destacam esta condicionalidade como uma forma de incentivo, para além de um critério obrigatório, algo justificadamente importante.

Pra mim, eu já acho bom por causa do incentivo mesmo. A orientadora sempre pergunta como está à freqüência da escola. Como ta a nossa participação mesmo. Nossa turma pensou até a montagem de uma pequena biblioteca e lá na base agora tem uma. (participante GF1)

É mesmo. Isso é verdade. Ela (a orientadora social) pergunta mesmo. E até coisas de como é a qualidade. Eu me lembro do dia que eu achei que ia ser bom fazer só trabalho sem ter aula quando as professoras faltavam. Mas, depois eu vi que é pior pra mim por que quem ficava sem aprender era eu. (participante GF1).

Algumas falas destacavam também a garantia do direito a educação a partir da inserção no programa. Segundo a coordenação, quando identificado que o jovem adolescente não estava matriculado/ evadido, os pais/ responsáveis eram contatados e orientados/ encaminhados para realizarem as matrículas dos filhos ou acompanharem o retorno dos mesmos.

Eu estava sem ir pra escola por que quando a gente se mudou para o guarapes, a minha mãe não conseguiu vaga. Quando eu entrei no programa, me encaminharam para uma vaga na escola. Eu achei bom. Mas, **eu sei que era pra minha mãe ter conseguido a vaga desde que começou a procurar.** (grifo nosso) (participante GF1)

---

<sup>9</sup> Sobre as medidas de proteção ver: Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. At. 101, incisos I ao VIII.

A referida fala além de relatar a intervenção da equipe do programa e de outros serviços frente ao acesso à escola indica o conhecimento do jovem quanto ao direito à educação. Direito negado que demandou a provocação de outras instancias para ser efetivado. Outra fala reafirma:

Você não sabe o sacrifício para se conseguir matrícula para o 1º ano aqui na zona norte. Só tem mais a noite. À noite eu não queria. Queria de dia. No dia do meu cadastramento, já mandaram minha mãe no conselho tutelar pra conseguir uma vaga pra mim. (participante GF1)

Mantêm-se em pauta, as ações de outras instituições e a problematização de se o acesso à educação fora possibilitado pelo programa ou por outras intervenções:

Mas, aí quem conseguiu a sua vaga e levou você pra escola foi o conselho tutelar não foi o projeto. Qualquer pessoa que for lá o conselho também atende. Não precisa ser daqui. (participante GF1)

Posteriormente um relato sobre a percepção da ação do programa, na articulação com outras instituições e equipamentos sociais:

Mas só que eu nunca tinha ouvido falar do conselho. Se eu quisesse estudar tinha que ir a noite de nova natal lá pra Igapó. Foi muito melhor por que foi aqui que me orientaram sobre o conselho tutelar. Eu fui com minha mãe lá no conselho e agora to estudando de manhã na escola que fica no mesmo bairro que eu morro. Menino, lá [na escola] é muito difícil conseguir vaga. Tem gente que chega a dormir lá pra conseguir uma vaga. (participante GF1)

A fala destaca que embora não seja atribuição do programa garantir vagas nas escolas, o mesmo cumpre com os critérios de contribuição, possibilitando conhecimento sobre as instituições que podem fazê-lo. A articulação com outras ações beneficia os adolescentes que participam do programa e destaca outra parcela que continua a precisar dormir em filas para conseguir vaga na escola.

**Quanto à permanência na escola**, dentre os que ainda estavam no Agente Jovem, todos afirmaram está freqüentando a escola e dentre os desligados 83% disseram que continuam freqüentando a escola, dois deles passaram no vestibular de universidades federais e um deles para universidade privada com bolsa integral



do Programa Universidade para Todos - PROUNI Dos 17% que não estavam frequentando as razões postas foram:

Eu parei por que já terminei o ensino médio. Eu concluí no ano passado e tou procurando um curso de computação, para ajudar a conseguir um emprego. Entendeu? Então eu tou sem estudar. (participante GF1)

Um dos jovens relata que concluiu o ensino médio e por esta razão não está mais frequentando a escola. No entanto, outros relatos são de jovens em idade escolar que não concluíram o nível médio, mas evadiram-se da escola.

Eu não estou mais por que quando a gente ta aqui as coisas são mais fácil. Depois que você sai, fica mais difícil. Quando tava aqui tinha a bolsa (transferência de renda de R\$ 65,00). Agora eu precisei ir trabalhar. E quem trabalha dia todo num supermercado como eu, de noite não agüenta não. (participante GF1).

A fala destaca a necessidade de precisar trabalhar e o trabalho comprometendo a dedicação ao estudo.

**Quanto à aprovação**, o programa não oferece aulas de reforço por exemplo. Há incentivo ao estudo, algumas bases montaram pequenas bibliotecas para realização de empréstimos de livros didáticos e alguns adolescentes organizaram grupos de estudo. Como cada jovem passa apenas um ano no programa não foi possível verificar dentre os que ainda estavam no programa, o índice de aprovação. Dentre os participantes que já haviam sido desligados, 79% foram aprovados no ano que foram acompanhados. Três participantes foram como já citados, aprovados no vestibular.

Todos os participantes do primeiro encontro focal apontam alguma contribuição do programa a quanto a inserir, reinserir e contribuir para manter o jovem adolescente na escola.

**A efetividade do Programa Agente Jovem quanto à integração à família, à comunidade e à sociedade** foi o tema central do segundo grupo focal.

Todos os participantes consideram-se integrados. Destacam alguns conflitos geracionais e afirmam que o programa os ajudou na medida em que puderam ter acesso aos deveres dos seus genitores ou responsáveis, como também dos seus direitos enquanto pessoas em situação peculiar de desenvolvimento.

Afirmaram ter havido uma maior integração na comunidade/ sociedade a partir da oportunidade de realizarem ações nas comunidades, conforme o relato abaixo:

Eu posso dizer que o programa contribuiu para minha integração à família e a comunidade através das atividades de intervenção. A pessoa exercita pensar na coletividade, sabe? Na sua comunidade. Coisas eram passadas para a gente comentar em casa, entrevistar em casa, perguntar em casa. Muitas vezes eu fiquei sabendo coisas da história da minha família e do meu bairro pelas atividades do programa e passei a ter mais curiosidade e interesse nessas coisas sem que precisasse de atividade. (participante GF2).

Jovens relatam que através das atividades do programa foram estimulados a conhecer e participar mais da vida familiar e comunitária. Mas, esse objetivo se direciona em especial aos jovens em cumprimento de medida sócio-educativa, que poderiam ter rompido/ fragilizado vínculos familiares e comunitários. Identificamos dois jovens adolescentes e procedemos com entrevista em separado. Estes confirmam a importância do programa para dinâmica entre ele e sua família.

Quando eu fui para audiência, lá o juiz disse que eu ia pegar prestação de serviço e participar de um projeto. Minha mãe não tem culpa da parada que eu fiz. Minha família toda virou as costas pra mim. Ficavam dizendo que eu ia pro CEDUC e só diziam pra minha mãe me deixar na FEBEM. Mas do dia da audiência, só passou três dias e minha mãe tinha feito minha inscrição aqui. Eu vejo assim, ela poderia ter me abandonado, e até me expulsado, sei lá... Mas, ela fica perguntando se eu vim, como foi, o que eu fiz. Pode perguntar na coordenação... Toda reunião minha mãe tá aqui. Ela fica falando umas coisas de moral sabe? Dando apoio. Ela acredita que aqui é um projeto legal. E eu tô segurando as pontas. Se Deus quiser, nunca mais caio numa parada daquela. Homem, foi o maior sacrifício pra o pessoal lá de casa voltar a ficar beleza comigo. Minha mãe ficava no meio da confusão. Não é que ela me defendia não. Mas, ela tava dando apoio pra eu se ligar no que era certo. Foi o projeto que ajudou eu acho... por que eu já tava querendo ficar na paz com o povo, eles é que não queriam. na hora das brigas, minha mãe dizia direitinho o que a orientadora e a assistente social falavam: que eu tinha um plano de atendimento, que até ali eu tava cumprindo e que agente precisava de apoio. Eu acho que serviu demais. Quando a equipe foi lá em casa e conversou com todo mundo, sobre o que cada um podia fazer, sobre o que eu tinha que melhorar, ajudou. (Entrevistado 1).

O jovem em cumprimento de medida sócioeducativa se trata de adolescente acusado de um *Ato infracional*<sup>10</sup>. O adolescente responde a um inquérito policial conduzido pela Delegacia Especializada do Adolescente - DEA, que a partir dos indícios de autoria e materialidade arquiva o inquérito ou oferece denúncia ao Ministério Público – MP. Em sendo oferecida a denúncia, o processo segue, garantido o direito à “*defesa técnica por um advogado*” (BRASIL, 1990. Lei nº 8.069/90. ECA, Art. 111, III), podendo o adolescente ser considerado inocente ou ter verificado a prática do ato infracional. Sendo assim, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente uma medida sócioeducativa<sup>11</sup>.

No grupo encontramos adolescentes em cumprimento da medida de *Liberdade Assistida*. O adolescente não é privado de sua liberdade, é encaminhado a um programa ou projeto social, neste caso, o Programa Agente Jovem, e deve se apresentar a autoridade competente conforme agendamento. As famílias destes adolescentes citam a importância do programa, neste ponto, sobretudo pela inserção na comunidade/ sociedade. Sobre as atividades desenvolvidas, o quanto podem contribuir na vida deles posteriormente.

A mãe do adolescente em medida sócio-educativa aponta a importância do programa para essa reinserção:

Meu filho tem uma supervisora dele pela Vara (Vara da Infância e Juventude), mas todo tempo eu senti apoio dos professores do projeto. Eles conversam comigo, já fizeram visita lá em casa. E pra mim ta bom, por que XXX(nome do adolescente) ta muito melhor, na escola, em casa, na rua, tudo. Ele sempre foi muito inteligente, agora ta aqui todo animado com as coisas, se junta com mais dois que são do projeto na rua que eu moro. Eu acho bom. (...) Nem foi milagre, nem ele é santo não senhora. Mas, até aqui eu não soube dele fazendo o que ele fez. A gente ta em cima. E ele quer também. E mais uma coisa, também é pra prevenir que outras coisas aconteçam. Só dele não usar droga pra mim é uma benção. (Entrevista 2: outros atores/ mãe).

Aqui a fala da mãe traça a contribuição do programa para a integração do filho com a comunidade e ainda sobre o apoio quando ao mesmo não ser mais

---

<sup>10</sup> Considera-se Ato Infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Lei nº 8.069/90. ECA. Art. 103.

<sup>11</sup> Conforme o Art. 112 do ECA são medidas sócioeducativas a advertência; a obrigação de reparar dano; a prestação de serviço a comunidade; a liberdade assistida; a inserção em regime de semi-liberdade; e a internação em estabelecimento educacional; podendo ainda ser aplicada uma medida protetiva.

usuário de substâncias ilícitas. Confrontando as informações dos jovens com a participação dos familiares, ambos acreditam que o programa contribuiu para a relação do jovem com a família.

No que se refere a contribuir para a diminuição dos índices de violência, do uso de drogas, de doenças sexualmente transmissíveis – DST's e gravidez não planejada, **A efetividade do Programa Agente Jovem quanto a diminuição dos índices de violência, do uso de drogas, da notificação de doenças sexualmente transmissíveis – DST's e gravidez não planejada**, foi o tema do terceiro grupo focal. Primeiramente, é importante destacar que na inscrição os jovens não declaram se faziam uso de drogas ou ainda, informações relativas a histórico de doenças sexualmente transmissíveis.

Antes de abordarmos estes temas entrevistamos os instrutores e orientadores sociais. Ao trabalharem o tema DST's eles afirmam perceber que aproximadamente 80% dos adolescentes nunca foram ao ginecologista ou urologista, mesmo já tendo vida sexual ativa. Consideram as ações exitosas na medida em que observam os adolescentes, com destaque para as do sexo feminino, pedir informações diretas sobre como marcar consulta ou exames e conseguir medicamentos, por exemplo.

Quanto ao uso de drogas, os orientadores e instrutores percebem, sobretudo o uso de álcool e tabaco nos relatos dos jovens. Há ainda a identificação de uso de drogas ilícitas. Em 2007, doze adolescentes foram identificados como usuários de drogas ilícitas (maconha e crack). Um dos jovens se evadiu do projeto e sete por estarem em um nível de dependência considerado alto, foram encaminhados ao Centro de Atendimento Psicossocial – CAPS.

No grupo focal, quanto à diminuição do índice de violência, os jovens iniciaram as falas destacando os diversos tipos de violências. Como ao final de cada encontro é destacado o tema do encontro seguinte, um grupo de participantes do grupo focal estava trabalhando o tema violência e se disponibilizou para fazer uma breve apresentação para resgatar o tema.

Neste sentido, no terceiro encontro, procedeu-se com a apresentação de um grupo sobre a tipologia da violência: violência psicológica, física, institucional, sexual, social, doméstica, intrafamiliar e externa. Acompanhado da discussão dos demais participantes do grupo focal.

Quanto ao tipo, a violência psicológica compreende xingamentos, ameaças, chantagens e depreciação do outro. Os sinais são medo, nervosismo e o surgimento

de doenças psicossomáticas. A violência física é realizada mediante o uso da força, objeto ou arma. Geralmente deixa hematomas, lesões ou contusões. E a violência sexual como o uso de uma pessoa para se obter satisfação sexual sem que a mesma, saiba, permita ou tenha condição para permitir. A violência sexual pode ser sem toque através do voyerismo, exibicionismo ou pornografia. O voyerismo consiste na satisfação sexual em observar a nudez do outro sem que o mesmo saiba ou permita. O exibicionismo, na satisfação sexual em exhibir a autonudez ao(s) outros causando susto ou temor. E a pornografia em registrar, guardar e /ou comercializar imagens eróticas sem autorização ou sob chantagens. A violência sexual com contato pode ser classificada em abuso sexual assédio sexual e exploração sexual. Destacam o abuso sexual como um tipo de violência cometida contra criança ou adolescente:

Ação praticada por **pessoas em estágio etário e psicológico mais adiantado** que à criança e ao adolescente, que numa relação de **poder**, obriga a criança/ adolescente a práticas sexuais por meio da força física e psicológica como intimidação, aliciamento, sedução e/ou uso de armas e drogas. (NATAL, 2006).

O assédio sexual também se trata do uso do poder para a satisfação sexual. No entanto, esse poder é exercido contra um adulto.

A exploração sexual foi discutida como o termo anteriormente conhecido como prostituição infanto-juvenil, caracterizado pela mercantilização da sexualidade de crianças e/ou adolescentes para obter benefícios (sexuais e/ ou econômicos). Sendo responsável pela violência tanto que é conhecido como agenciador, com o conhecido como cliente.

Quanto a quem exerce a violência pode ser classificada como doméstica, infrafamiliar, institucional e social. Os jovens deram destaque à violência institucional, sofrida em instituições públicas e de serviço e a violência social que envolve um número social abrangente. Como a violência em torcidas de futebol e outros.

Os participantes do grupo focal destacam que episódios de violência primeiramente nas atividades do programa são muito pontuais. Destacam que existem, mas dificilmente viam brigas e discussões no espaço onde aconteciam as atividades do programa. Lembraram com destaque a construção das Regras Coletivas, que tratava do respeito ao outro e a algumas regras institucionais.

A violência sexual foi destaca pelo grupo pelas campanhas aderidas pelo programa frente aos índices desse tipo de violência contra crianças e adolescentes. O Disque Denúncia Nacional – DDN coloca o estado do Rio Grande do Norte como o estados que ocupa o oitavo lugar em denúncias registradas.

Embora o Programa Agente Jovem receba egressos de outros programas, inclusive o de proteção às vítimas de violência sexual. Não havia no grupo registros ou declarações sobre esse tipo de violação de direitos contra os adolescentes acompanhados pelo programa

Sobre estes pontos uma jovem destaca que:

Eu posso dizer o programa me ajudou a agir para me proteger. Nos alertou aos riscos, sabe? Sobre o que é violência sexual e quem pode cometer violência sexual. Me ajudou a ficar de alerta. Esclareceu sobre onde procurar ajuda e mais importante também, como ajudar outras pessoas que a gente suspeite que ta passando por isso. (participante GF3).

Além das informações acerca da violência sexual. As formas de denúncia apareceram como indicadores do conteúdo trabalhado, como ainda da ação dos adolescentes como agente de multiplicação.

Eu sei que o nome não aparece na pesquisa. Mas, é um caso que não vou dizer o nome, e queria que quem daqui souber do caso não diga o nome. Depois que apareceu essa formação teve uma menina que falou da prima dela. A prima dela era abusada pelo namorado da mãe, e a mãe da menina sabia. Na hora do trabalho em grupo ela contou a história. Não era suspeita não, era fato mesmo. Por que uma pessoa tipo viu e teve uma briga danada. Só que ficou por isso mesmo. E quem sofreu foi a menina que era abusada, né? Ai o que foi que a gente fez? Agente nem colocou a história no trabalho. A gente chamou a orientadora social. No mesmo dia ela marcou para a gente conversar com a assistente social. Ela explicou dos riscos de se envolver em assuntos assim e nos pediu segredo. Como havia suspeita de conhecimento da família, ela disse que o procedimento não era chamar a menina ou a mãe dela. O certo seria denunciar o caso. O nome da gente não apareceu e ficou como se o programa tivesse denunciando. Pessoa de lá disse que o que a gente tava fazendo era muito importante. Que em outras situações a gente pode ligar para o Conselho Tutelar, para o S.O.S Criança ou para o Dique 100, basta dizer o nome que identifique a criança ou quem ta sofrendo a violência e como encontrar a pessoa, o endereço, a escola... Algum lugar para as autoridades poder achar. Ave Maria. Eu penso que a gente ajudou a salvar uma pessoa. Isso é uma lição que todo mundo aprendeu. Se precisar, só não ajuda se não quiser. (participante GF3)

O relato da adolescente destaca a importância do programa para a informação de um grave fenômeno que é a violência sexual. Destaca o acompanhamento dos profissionais e enfatiza os órgãos de notificação e denúncia.

Outro ponto importante no tema violência foi a questão da violência entre as torcidas *Gang Alvinegra* e *Máfia Vermelha*, do ABC Futebol clube e América Futebol clube respectivamente. Segundo os jovens o programa atendia integrantes que eram membros das duas torcidas. As brigas e depreciações entre as torcidas são segundo os jovens, fatos recorrentes. No entanto, no programa não se observava brigas ou retaliações por esta razão.

Todo mundo sabe que aqui tem uma galera danada que torce. Eu sou da máfia. Lá na minha base (do programa) tem uma ruma de boy que é da gang. Só que lá todo mundo se considera. Ninguém tira onda nem do resultado nem nada. A onda mesmo é na saída ou na volta dos jogos. Ninguém vê ninguém, só vê só a outra torcida. Aí começa a tirar onda. E o outro acha ruim e não viu quem foi. Viu a torcida e vai pra cima de outro torcedor. Aí começa. (participante GF3)

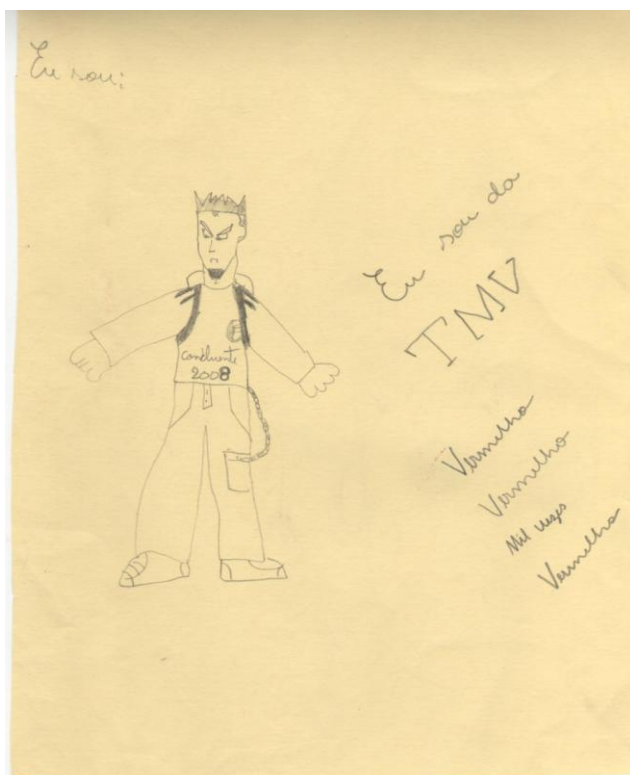


Figura 01: Desenho entregue por um adolescente participante do grupo focal e membro da Torcida Máfia Vermelha TMV.

Visto que a violência entre torcedores de torcidas organizadas opostas só era reduzida nos espaços do programa, questionamos por que fora dos espaços das bases do Agente Jovem a violência entre torcidas ou ao menos a participação deles

nas ações de violência não reduziu? Questionamos ainda se houve alguma ação do programa direcionada ao enfrentamento a violência entre as torcidas de futebol. O adolescente membro de uma das torcidas destaca que:

A violência diminuiu aqui, por que aqui a gente não sofre violência. Ninguém tira onda. O negócio que eu sou torcedor entendeu. Desde pequeno que eu vou pro campo (de futebol) e eu sempre acompanhei a torcida. Ta todo mundo no jogo. Aí tem um time que começa a perder. A torcida do time que ta ganhando já diz que o outro time vai *se fuder*. Do outro lado, ninguém gosta né? Todo mundo junto manda logo *dá o cú*. Se tiver alguém que não xingue não dá pra ver. Por que aquele lado é uma coisa só. O único jeito é sair da torcida organizada e ficar lá em baixo normal, sabe? Por que na torcida quando um começa, mesmo que não seja, todo mundo leva. (participante GF3)

Outra participante complementa a discussão:

Eu acho também que é falta de apoio. Por que o projeto não pode fazer tudo não. Tem que ser agindo junto com os outros. O que o projeto faz mesmo é dá as aulas dos temas pra gente e as oficinas de arte. Ai o restante ele se junta com os outros setores, sabe? Se for sobre saúde, encaminha para o posto. Se for de justiça encaminha pra o conselho. Então uma coisa dessas tem que ser de ida e de volta. Se o projeto faz uma conscientização e lá fora ninguém faz nada. Não adianta. Melhorou por que só de aqui não ter briga já é ótimo. Tem lugares, em escolas que a pessoas da torcida de outro time não pode nem passar perto. Mas, não é o suficiente por que a gente não vive só aqui. Tem gente que tem medo de passar na frente de um campo só de pensar na briga das torcidas. (participante GF3)

A fala da adolescente revela a diminuição das situações de violência causadas por torcidas organizadas nas bases do programa. No entanto, para que seja efetivo na sociedade e adolescente destaca a importância de ações articuladas de outras organizações

Outro ponto apontado pelos adolescentes foi a questão da violência nas comunidades, sobretudo a violência praticada por policiais.

A situação de violência que a gente tem no bairro é de assalto, de arrombamento de tiro entre os bandidos. Coisa que a polícia devia proteger. Mas ninguém entende. Tem coisa que a polícia vê e faz que não vê. E tem coisa que não tem nada a ver e eles desce o pau nos num inocente. Se tu visse... qual é a da polícia? Tinha que chegar para prevenir e revistar direito. Mas, não. Não sabe nem se a pessoa é de bem ou não e já vai batendo mesmo. Se você andando,



ou sentando... sei lá... se eles cismarem com sua cara... ta lascado.  
(participante GF3)

Conforme presente no relato, as situações de violência nas comunidades estão presentes em diversas situações inclusive na prática de alguns policiais. Posta na fala como violação de direitos humanos.

Sobre o uso de drogas, os adolescentes afirmaram conhecer os efeitos de algumas substâncias, destacam a associação do uso de drogas a jovens de baixa renda e de periferia, alguns tentam introduzir uma discussão sobre a descriminalização do uso da maconha.

Eu acho que o mais legal foi conhecer os efeitos de alguém usar droga. De você saber onde procurar orientação. Foi bom, pra saber bem antes de querer usar e depois, por exemplo, seu tiver algum conhecido envolvido eu posso saber como ajudar, sabe?  
(Participante GF3)

Alguns adolescentes destacam o preconceito e a discriminação social que associa algumas comunidades à venda ou uso frequente de drogas.

Eu acho que a gente tem a oportunidade de dizer que pode ter muita coisa de droga que não é só nos bairros pobres, entendeu? Tem bairro que a gente tem que conviver com isso. Nos becos, nas esquinas, os caras vendem mesmo. Mas, não são em todas as ruas. Isso tem o risco da saúde e tal, mas a comunidade é a mesma. O povo não pode ir pensando que o bairro da pessoa não presta sabe? (Participante GF3)

Não sei não, pra mim tem umas coisas que eu não entendo. Eu acho que é por que o povo não que deixar os caras vender. Tem alguma história aí. Eu já ouvi também que a maconha não faz mais mal que o cigarro normal. E por que o cigarro normal ninguém proíbe e a maconha o povo proíbe? Ta ligado que cigarro dá câncer, que álcool dá cirrose, pode matar... Tem pai de família aí tudo virando papudinho, se destruindo. E não proíbe de vender. Mas, outras proibem. Tem essas coisas. O principal é saber o que cada uma causa. Depois o cara escolhe o que quer ou se não quer. Só que tem umas que além de lascar a saúde o cara pode até ir em cana, né veio? Aí eu digo que o programa ajudou. (...) Por que ta ligado que aqui acho que todo mundo sabe o que é fumo, merla, pó, pastilha. Mas, só que no projeto você aprende o que vai acontecer com você se você usar. Se um dia você pensar nisso pode fazer a diferença. Você pode não usar por que já sabe que não quer aquilo pra você! (Participante GF3)

Os diversos tipos de drogas que muitos vem no cotidiano são explicados pelas suas características e efeitos. Incluindo as substâncias lícitas e ilícitas. O conhecimento dá ao jovem a possibilidade de perceber a priori os possíveis efeitos de tais substâncias em seus organismos.

Por fim, tratou-se no mesmo encontro da importância do programa para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e maternagem e paternagem na adolescência.

Sobre DST's um adolescente destaca que:

O melhor das oficinas sobre DST's foi mesmo a parte de prevenção. A gente viu uns filmes, visitamos postos de saúde. Da nossa turma acho que quase todo mundo fez cadastro para receber camisinha. Só não fez quem não queria mesmo. Agora só não usa quem não quer. Não é por que eu *to* aqui não, mas eu não vou fazer sexo sem camisinha nem a *poder de bala*. (Participante GF3)

Não é possível destacar a redução de registros de DST's entre os jovens, pois o programa não dispõe dessas informações. Apenas orienta sobre o serviço e encaminha quando solicitado, não tendo acesso a possíveis diagnósticos. Nenhum jovem relatou ter contraído DST antes do programa e não mais contraído após as orientações do programa. Mas destacam como positivo a formação referente a prevenção. Ademais enfatizam o alcance multiplicador que essa formação obteve.

E tem mais, eu acho que isso a gente também repassa para os outros, por que na hora que eu digo que uso. A pessoa que está comigo também usa, né? Sem contar quem não sabia onde fazer um exame, uma consulta, onde pegar preservativo. Eu posso dá uma informação dessa a qualquer pessoa e esses conhecimentos vão se espalhando, né? (Participante GF3)

Neste sentido, o grupo é unânime quanto à importância da formação para a prevenção e da importância para pequenas ações de multiplicação entre seus pares e na comunidade em geral.

O quarto encontro do grupo focal tratou de dois temas: ***A Efetividade do Programa Agente Jovem quanto à diminuição do índice de gravidez na adolescência e quanto ao desenvolvimento de competências para o trabalho.***

No capítulo anterior destacamos os dados do programa que apontam que 92% das participantes nunca engravidaram. Que 8% já engravidaram. Que 7% possuem filhos. No total, 93% não possuem filhos, 6% possuem um filho e 1% possui dois filhos. Dentre os participantes do grupo focal, apenas um dos

adolescentes do sexo masculino declarou que tem um filho. Sobre a prevenção a maternagem e paternagem precoce os adolescentes destacam que:

Nós vimos esse tema junto com a questão de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Eu destaco as informações sobre os métodos contraceptivos. A importância de conversar com o parceiro para a escolha de um método e o que foi mais importante foi saber onde se consultar, onde conseguir pílulas, camisinha e o que você decidir usar. (Participante GF4)

Os jovens destacam a importância das informações oferecidas nas oficinas do programa quanto aos métodos contraceptivos e sobre o direito ao exercício de uma sexualidade saudável.

Foi legal mesmo. Por que tem muita gente que diz que engravida quem quer, por que tem muita informação. Eu não concordo, por que eu não vou mentir. Tinha muita coisa que eu não sabia. tem coisa que a gente tem vergonha e eu não sabia que eu posso ir no médico e pedir sigilo, que eu tenho esse direito. Que eu posso pegar preservativos ou comprimidos e ninguém precisa saber disso. (Participante GF4).

Destacaram-se ainda as questões de saúde e as dificuldades enfrentadas na gravidez precoce.

Nós tivemos uma palestra que foi muito boa, com filme e muita explicação. A gente viu que para a mulher a coisa é mais complicada. O corpo pode não está preparado para desenvolver a gravidez, né? E aí a mãe corre risco até de morrer. Ou de abortar durante a gravidez, com isso além de perder o filho, a gestante pode ter problemas graves. Tanto para o rapaz, quanto para a moça tem questões difíceis. Às vezes não trabalha e o filho fica na responsabilidade dos avós, como se fosse irmão dos pais. Ou então os pais tem que ir trabalhar cedo para sustentar os filhos. Isso prejudica os estudos e dificulta as chances de desenvolvimento da gente. (Participante GF4)

Os jovens apontam as dificuldades que perpassam uma situação de maternagem ou paternagem na adolescência e destacam inclusive a dificuldade presente entre as mães que, segundo eles, muitas vezes não contam com o apoio dos pais das crianças.

Dentre os participantes do grupo focal, nenhum vivenciou nova situação de maternagem ou paternagem após a inserção no programa. Eles destacam as

informações recebidas. Mas, também destacam o compromisso de cada um com seu projeto de futuro.

Claro que as informações são importantes. Mas elas tem que chegar num nível que convença a gente. Por que por mais importante que seja, se a gente não quiser não se previne. Ai já viu... É só descuidar que alguém pode engravidar. (Participante GF4).

Quanto a preparar o jovem para o trabalho os adolescentes declaram que mesmo não sendo um programa de formação profissional o programa trouxe contribuições.

Olha, eu acho que preparou no desenvolvimento da gente. Coisa assim de comportamento, de responsabilidade, de compromisso. Ser pontual, não faltar, conhecer muitos serviço, nossos direitos. Nós recebemos muitas informações boas e teve algumas pessoas que foram encaminhadas para o Programa Adolescente Aprendiz, para ter uma formação, um curso que ajude a conseguir um emprego. Só de colocar na nossa cabeça a chance de ter uma profissão é interessante. é um incentivo. Isso teve sim. (Participante GF4).

O quinto e último grupo focal tratou da ***Efetividade do Programa Agente Jovem quanto à preparação do jovem para atuar como agente de transformação e desenvolvimento de sua comunidade***. Eles consideram que o programa foi exitoso neste sentido. Em todos os grupos focais os jovens citaram as ações de intervenção temática na comunidade, e ainda, as ações de caráter externo ao programa, como ações e posicionamentos que cada um teve em seus espaços fora das atividades do programa.

Relatam ações realizadas na comunidade a partir de atividades do programa:

É claro que eu acho que foi positivo. A gente fez muitas coisas com a comunidade. A gente juntou com a professora e fez uma história sobre droga e sobre DST's. E a gente montou uma peça e apresentou em várias escolas da zona norte. Apresentou lá na minha escola, na dela (...). Eu acho que a gente ta dizendo que sabe. Ta dizendo que não quer, sabe? Se a pessoa sabe que minha opinião é essa ela nem vem me oferecer, entende? E também é o seguinte a gente divulga as informações. Muitos jovens que podem saber o que a gente aprendeu sobre drogas e sobre os lugares que atendem, por que lá na minha turma teve uma menina que fez uma ficha com os telefones de vários lugares para entregar. Eu penso que se alguém precisar falar com um lugar desses, já tem o telefone. Então eu acho que a gente contribuiu sim. (Participante GF5).

Os jovens relataram ações desenvolvidas nas ações do programa com um destaque para as questões mais latentes nas comunidades que estão inseridos. O exemplo relatado tratou sobre drogas e DST's. Abaixo ações voltadas para o meio ambiente.

Na formação de meio ambiente eu fui um protagonista. Eu fui um multiplicador. Eu não fiz o que o meu grupo fez. A gente aqui no Igapó eles queriam um projeto lá na redinha. Eles trabalharam com os barraqueiros fazendo uma campanha sobre a praia limpa. Ta certo é bom e depois a gente viu que os baldes de lixo ficaram. Eles mandaram mesmo o ofício pedindo pra urbana limpar dois dias ao invés de só um dia na semana. E passaram com carro de som pedindo para os banhistas não sujar. É, mas eu pensava na coleta seletiva, por que isso também protege o meio ambiente. A gente não fez a coleta seletiva. Mas, aqui no Igapó tem uma cooperativa de catadores e agora eu trago o lixo que serve pra eles. Então assim, eu digo que eu sou multiplicador. Por que isso não é só nas atividades daqui, sabia? O povo que foi pra praia, tem que defender a limpeza da praia sempre, não só no dia do trabalho lá na praia, por que eu defendo separar o lixo sem ter feito nenhum trabalho disso. (Participante GF6)

Observa-se que os jovens destacam índices satisfatórios de efetividade do programa sobre os indicadores estabelecido. Um índice positivo de inserção e permanência na escola. Segundo os jovens, o programa contribui para a integração do jovem com a família e a comunidade. Os jovens destacaram a diminuição dos índices de situações de violência, de uso de drogas. Não conseguimos mensurar a diminuição dos registros de contração de DST's, mas os adolescentes destacam os níveis de informação oferecida pelo programa Sobre os casos de maternagem e paternagem na adolescência dentre os participantes do grupo focal, observou uma redução do índice. O programa tem parceria com outros projetos profissionalizantes e segundo os adolescentes contribuiu para o desenvolvimento de potencialidades necessárias ao trabalho. E por fim, destacam ações positivas de multiplicação dos conteúdos trabalhados no programa. No próximo tópico apresentaremos outras considerações postas pelos adolescentes.



**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando o termo juventude a partir da sua construção sócio-histórica e sob a interferência de aspectos econômicos, culturais e outros, este trabalho apresentou o termo juventude sob a ótica da pluralidade.

Costa (2006) na pesquisa juventude e cultura política destaca que:

A multiplicidade social posta através do gênero, das classes sociais, da faixa etária e do grau de escolaridade pode ser determinante para as distintas formas de representação e sociabilidade da juventude, inclusive, da juventude natalense. (COSTA, 2006, p. 17)

Esses dados inferem sobre a caracterização dos estudantes do ensino médio, mas não são totalizantes, nem podem formar outros indicadores isoladamente. No caso da percepção, por exemplo, lembramos os apontamentos de Ballone (2004) ao inferir que nesta, os indivíduos utilizam recursos de memória e de raciocínio. Já quanto à mensuração valorativa tendem, de forma geral, a acoplar elementos subjetivos e particulares a cada indivíduo, como o afeto e a empatia, por exemplo.

Costa (2006) destaca que o grau de confiança está relacionado tanto a experiências e efetivações pessoais quanto a fatos públicos referentes ao programa. Acrescenta que quanto mais envolvido com as atividades do programa está o jovem, maior é o índice de confiabilidade do mesmo.

Neste trabalho, apresentamos a partir da metodologia de Grupos Focais, a avaliação que os jovens participantes fazem do Programa Agente Jovem. No caso do referido programa, os jovens descrevem positivamente as mudanças ocorridas na esfera familiar, na situação educacional e na perspectiva de inserção no mercado de trabalho. Além dos aspectos como auto-estima, ajuda econômica, preparação para o mercado de trabalho e conhecimentos sobre direitos e cidadania, como ainda a participação e inserção em outros espaços de sociabilidade que os jovens consideram muito importante. Destacam ainda outras *efetivações* importantes em suas vidas, como as novas relações de amizade e novas práticas sociais com inserção nas áreas da capacitação, do esporte e da cultura.

Os relatos dos adolescentes que participaram dos grupos focais abrangem as ações voltadas para os temas trabalhados.

Eu acho que os objetivos do programa ajudaram a mudar a minha vida. Foi quando estava no projeto que eu passei a me dedicar mais aos estudos. Na época do vestibular, eu tava no projeto e a gente tinha uns sete jovens na época do vestibular. Eu não ia nem fazer. Mas, fiz. Os sete fizeram. A gente estudava mesmo. Eu passei em

matemática, uma passou em pedagogia e um passou em ciências sociais. A escola ajudou, mas o projeto foi importante para ajudar a gente a pensar num plano de futuro. Tá clara a importância, quando eu penso onde eu estaria se não tivesse vindo pra cá. O que eu teria pensado para minha vida? (participante GF5)

Destacam questões quando pensam algumas questões sem a intervenção do programa:

Eu achei ótimo, o tema mais importante para mim foi gravidez e planejamento familiar. Por que quando eu entrei no programa eu tinha uma filha, eu não usava camisinha. Eu não achava que podia pegar uma doença, por que só fazia sexo com meu namorado. Não pensava na gravidez e engraidei. Eu fui morar na casa da mãe dele. Ele trabalhava de dia e fui eu que incentivei pra ele voltar a estudar. A minha sogra ficava com minha filha pra eu estudar e vir pro projeto. Eu não podia ter outro filho, né? Quando a gente teve as oficinas, eu fui a primeira a querer contar a minha história, pra dizer que a gente pode fazer sexo, mas não precisamos engravidar. Eu não queria ter outro filho por que eu aprendi na prática. Mas, no projeto eu aprendi a correr atrás. Eu consegui ficar recebendo as injeções. Que aí não tem risco de eu esquecer os comprimidos. (Participante GF5).

Os adolescentes destacam a importância do programa para a construção de um projeto de vida:

Aquilo que eu aprendi aqui serviu para muita coisa, para eu pensar no meu futuro. Eu quis melhorar de vida, voltar a estudar, a fazer curso. Se eu não tivesse feito esse curso eu não *taria* trabalhando hoje. E eu quis esse curso de atende na época do projeto. Quando eu tive a oportunidade de acreditar em um futuro melhor. (Participante GF5)

Na percepção dos jovens adolescentes o programa agente jovem trouxe efetivações em suas vidas, contribuindo para muitas mudanças nos seus modos de ser e viver.

No entanto, alguns aspectos negativos também foram citados pelos jovens. Entre eles estão o valor da bolsa de R\$ 65,00 recebidos ao mês por cada jovem:.

Pra mim negativo é por que o valor da bolsa é baixo, só sessenta e cinco reais. Quando a família precisa a gente tem que ajudar e só esse dinheiro não dá, sabe? Tem gente que falta ou sai de vez por que tem que trabalhar para ajudar em casa. Aqui tinha menino que era limpador de pára-brisa, veio pra projeto para não ir mais pra rua. Ele voltou pra rua por que só esse dinheiro não dava pra nada. (Participante G5)



Negativamente, destacam, além do valor, os atrasos mensais no recebimento da bolsa:

Tem isso de ser pouco o dinheiro que a gente recebe e quem fica tem o problema do atraso. Por que a gente não recebe vale e nem sempre a base (do programa) é pertinho de onde a gente mora. A gente usa esse dinheiro às vezes para ajudar nas passagens se atrasa fica complicado, né? (Participante G5)

Destacam negativamente a restrição de apenas um adolescente por domicílio e ao período participação de um ano por jovem. Sobre estes, destacamos as seguintes falas:

O programa é muito bom, a gente sai, conhece a cidade, pessoas, faz as atividades e eu acho que deveria ter mais vagas. Na minha casa tem três adolescentes e só eu participo. Então só eu estou tendo esta oportunidade. Como é que vai melhorar a juventude, se de três pessoas, só uma é atendida? (Participante GF5)

A fala do adolescente se uniu ao perfil das famílias atendidas pelo programa. Trata-se de famílias numerosas, com até quatro adolescentes por domicílio. E considerando o perfil de escolaridade e outras inserções perversas, a necessidade de ampliação de vagas é reivindicada pelos jovens. Sobre estes, destacamos as seguintes falas:

Tem que ter mais vagas. Sabe por quê? Por que se não, não vai da certo na casa de quem mais precisa. Se de quatro irmãos, só um participa é difícil ele mudar a cabeça e o comportamento de mais três. Ele divide o pouquinho da bolsa que ele recebe com os outros. Por eu não acho justo. Eu ter três irmãos e só eu pegar em algum dinheiro por mês. Aí eu ajudo eles e o dinheiro não dá pra nada. Se todo mundo lá de casa participasse, todos teriam a mesma oportunidade e todos receberiam um dinheirinho. Ninguém ia precisar se humilhar em trabalho pesado. (Participante GF5)

Na avaliação dos jovens é necessário aumentar o número de participantes por família, aumentar o valor da bolsa como uma das estratégias de enfrentamento a evasão em função do trabalho para completar a renda familiar, e manter a frequência do pagamento evitando atrasos. Os jovens destacam que participaram de uma avaliação institucional do programa, mas que até então suas posições não

foram atendidas ou justificadas pela coordenação. Sabem que a matriz do programa é nacional, mas desejam que seus apontamentos sejam levados aos gestores que avaliam o programa em âmbito nacional.

As ações de avaliação com participação do público atendido garantem elementos postos pelos participantes e exercício da participação popular nos processos avaliativos. Essa prática contribui com mais propriedade para o atendimento das reais demandas de um determinado público.

O programa Agente Jovem contribuiu para diversas efetivações na vida dos adolescentes atendidos pelo programa. Mas, não parece efetivo frente a demanda público alvo do programa, e ainda não atendida.

A participação e o protagonismo juvenil quando estimulado deve ser exercido inclusive em direção aos que conduziram e provocaram tais participações. Neste sentido, os jovens se organizam e propõem adaptações no programa que segundo a coordenação está sendo avaliado nacionalmente e prevê algumas mudanças, incorporando inclusive alguns posicionamentos postos pelos jovens participantes.



## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ABRAMO, Helena Wendel. Condição Juvenil no Brasil Contemporâneo. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANDO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005. 37 – 72 p.

ABRAMOVAY, Miriam (et. Al.). **Gangues, Galeras, Chegados e Rappers: Juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

AIRES, Phillippe. **História Social da Criança e do Adolescente**. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ALARCÃO, Isabel. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais, 1999. p. 29-39.

ANDRÉ, Simone; COSTA, Antônio Carlos Gomes da. Educação para o Desenvolvimento Humano. São Paulo: Saraiva: Instituto Airton Senna, 2004.

ARRETCHE, Marta T. S. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado Federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n.40, p.111-141, 1999.

\_\_\_\_\_. Tendências no Estudo sobre avaliação. In.: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. 2ª São Paulo: Cortez, Instituto de Estudos Especiais, 1999.

BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor; SOUSA, Luzia Costa de. **Metodologia para avaliação de políticas públicas: uma experiência em educação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001. 96 p. (Coleção Questões da Nossa Época, v. 75).

BEMFAM. Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS). RJ: BEMFAM, 1996.

BONELLI, Regis; HADDAD, Paulo R. (coord. Técnica) **Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores brasileiros**. Brasília – DF: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 1998.

BRANDÃO, Antonio Carlos; DUARTE, Milton Fernandes. **Movimentos Culturais de Juventude**. 8. ed. São Paulo: Moderna, 1990.

BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília-DF, 1990.

\_\_\_\_\_. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.** Brasília: Senado Federal: Subsecretaria de Edições Técnicas, 1993.p.86.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Direitos Humanos. **Disque Denúncia Nacional.** Relatório anual 2008. Brasília-DF, 2008.

\_\_\_\_\_. **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE.** Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br).

CARNEIRO, Moací Alves. **Os Projetos Juvenis na Escola de Ensino Médio.** Brasília-DF: Vozes, 2002.

**CASA DA JUVENTUDE.** Disponível [http://: www.casadajuventude.org.br](http://www.casadajuventude.org.br) acessado em 30 de março de 2006

CASTRO, Mary Garcia, ABRAMOVAY, Miriam. **Por um Novo Paradigma do Fazer Políticas: Políticas de/ para/ com Juventudes.** Brasília-DF: UNESCO, 2002

\_\_\_\_\_. Cultura, identidades e cidadania: experiências com adolescentes em situação de risco. In.: CNPD – Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. **Jovens acontecendo na trilha de políticas públicas.** Brasília: CNPD, 1998.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e Sexualidade.** Brasília-DF: UNESCO, 2004.

CARNEIRO, Moací Alves. **Os Projetos Juvenis na Escola de Ensino Médio.** Brasília-DF: Vozes, 2002.

COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Protagonismo Juvenil: Adolescência, Educação e Participação Democrática.** [s.l]: Fundação Odebrecht, 1999.

COSTA. João Bosco Araújo da. **Juventude e Cultura política: os estudantes do ensino médio no município de Natal.** Natal-RN: UFRN, Pró-Reitoria de Pesquisa-PROPESQ, 2006.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Avaliação participativa: uma escolha metodológica. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais, 1999.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1993.

COTTA, Tereza Cristina. Metodologia de avaliação de programas sociais: análise de resultados e de impactos. **Revista do Serviço Público**, Brasília, a. 49, n. 2. p.105-126, abr./jun. 1998.

DRAIBE, Sônia Miriam. **Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas**. São Paulo: Unicamp, 2001.

GUARESCHI, Comunello, et. Al. Políticas Públicas. In: **Enciclopédia Livre**. 2006.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. **Subsídios para organizar avaliações da ação governamental. Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 23, p. 7-70, jun. 2001.

FARIA, Regina. Avaliação de programas sociais: evoluções e tendências. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez; Instituto de Estudos Especiais, 1999. p. 41-49.

FIGUEIREDO, Marcos Faria; FIGUEIREDO, Argelina M. Cheibub. Avaliação Política e avaliação de políticas: uma quadro de referência teórico. **Revista Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, set./dez. 1986.

FIRME, Thereza Penna. Avaliação: tendências e tendenciosidade. **Revista Ensaio**, v.1, n. 2, jan./mar. 1994.

FRANÇA, Mardone Cavalcante. **Um olhar sobre Natal: Tão Bela e desigual**. 2006. s.l. Documento eletrônico. 123kb. junho de 2006.

LASSANCE, Antonio. Brasil: Jovens de Norte a Sul. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANDO, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude Brasileira**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

LOBO, Thereza. Avaliação de Processo se Impactos em Programas Sociais: Algumas questões para reflexão. In: RICO, Elizabeth (org). **Avaliação de Políticas Sociais: Uma questão em debate**. 2.ed. são Paulo: Cortez, 1999.

MARQUES, João Batista. A Questão Pública da Moderna e a Credibilidade nas Políticas Públicas. In: SENADO FEDERAL, **Revista de Publicações do Senado**. Brasília-DF: Subsecretaria de Edições técnicas, Junho de 2003.

MARQUES, Eunofre. **Senso e Percepção**. Documento eletrônico. Disponível em <http://www.geocities.com/hotsprings/7961/psiquismohtml> Acesso em 25 de novembro de 2005.

MELO, Marcus André. As Sete Vidas da Agenda Pública Brasileira. In: RICO, Elizabeth (org). **Avaliação de Políticas Sociais: Uma questão em debate**. 2.ed. são Paulo: Cortez, 1999.

TAKEUTI, Norma Missae. **No Outro Lado do Espelho: a fratura social e as pulsões juvenis**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Natal-RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2002.

NASCIMENTO. Jussara Keilla B. do. **Juventude e Políticas Públicas: a percepção dos estudantes do ensino médio sobre as políticas públicas destinadas a juventude no município de Natal-RN**. Natal-RN: UFRN. Departamento de Serviço Social – DESSO. Monografia de graduação. 2006.

NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

NETO, Otávio Cruz; MOREIRA, Marcelo Rasga; SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. **Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa: o debate orientado como técnica de investigação**. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Ouro Preto – MG, Nov. 2002.

POCHMANN, Márcio. Juventude em Busca de Novos Caminhos no Brasil. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo – SP: ATAS, 1999.

RIFIOTIS, T., Grupos Etários e Conflitos de Gerações. Bases antropológicas para um diálogo interdisciplinar. Revista Política e Trabalho. Set, 1995.

RUA, Maria das Graças. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos básicos** (mimeo). [s.l.]: 199?.

\_\_\_\_\_. As Políticas Públicas e a Juventude nos Anos 90. In: COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **Protagonismo Juvenil: Adolescência, Educação e Participação Democrática**. [s.l.]: Fundação Odebrecht, 1999.

SEN, Amartya. O Desenvolvimento como Expansão das Capacidades. In: Revista Lua Nova. São Paulo: CEDEC, Nº 28/29, 1993.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira. O Estatuto da Criança e do adolescente e o código de Menores: descontinuidades e continuidades. In: **Serviço Social e sociedade**. Nº. 83. São Paulo-SP: Cortez, 2005.

SILVA, Pedro Luiz Barros. **A Avaliação de Programas Públicas: reflexões sobre a experiência brasileira- Relatório Técnico. Brasília: IPEA, 2002.**

SILVA, Maria Ozanira da (Org.). **Avaliação de Políticas e Programas Sociais: teoria e prática**. São Paulo: Veras Editora, 2001.

SINGER, Paul. A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, Helena Wendel; Brando, Pedro Paulo Martoni. **Retratos da Juventude**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005. p. 27-36.

SPINK, Peter; CLEMENTE, Roberta (Orgs.). **20 Experiências de gestão pública e Cidadania. Rio de Janeiro: FGV, 1999.**

SOUZA, Regina Magalhães de. **O Discurso do Protagonismo Juvenil**. Tese de Doutorado. São Paulo-SP: Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia, 2006.

SOUZA, José Carlos de Lima. **Do Código de Menores ao Estatuto da Criança e do Adolescente**. Documento eletrônico. Disponível em <http://www.usu.br/cesp>. Acesso em 01/06/2007.



UNIVERSIDADE DE CAMPINAS (São Paulo). Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP). **Modelos de avaliação de programas sociais prioritários. Relatório Final.** Campinas, 1999. 133 p.

\_\_\_\_\_. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP). **Avaliação da implantação da Jornada de Única no Estado de São Paulo.** Relatório final. Campinas, 1989. 106 p.

TAKEUTI, Norma Missae. **No Outro Lado do Espelho: A fratura social e as pulsões juvenis.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.



## APÊNDICE A: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS  
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa. Após ser esclarecido(a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Desde logo fica garantido o sigilo dos entrevistados/as. Em caso de recusa você não será penalizado(a) de forma alguma.

### INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

**Título do Projeto: Dissertação “PROTAGONISMO JUVENIL: uma avaliação do programa Agente Jovem de Desenvolvimento Humano na cidade de Natal/RN (2006/2007)”**

Pesquisadora : Mestranda JUSSARA KEILLA BATISTA DO NASCIMENTO

Telefone para contato (inclusive ligações a cobrar): 84 8814-9320

E-mail: [sarasocial@uol.com.br](mailto:sarasocial@uol.com.br)

Pesquisador/Orientador: Prof. Dr. João Bosco Araújo da Costa

O objetivo geral do trabalho é avaliar a efetividade das ações do programa Agente Jovem para o Desenvolvimento Humano na cidade de Natal-RN. Especificamente objetiva avaliar a efetividade do Programa Agente Jovem: a) enquanto potencializador da integração dos jovens nos espaços sociais da família, da escola e da comunidade; b) quanto à (re) inserção escolar e a incorporação dos temas relacionados à saúde na adolescência; e c) quanto à atuação dos jovens enquanto multiplicadores das ações do programa.

Para o alcance dos referidos objetivos utilizaremos o método qualitativo e os procedimentos incluem revisão de literatura e realização de grupos focais entrevistas com adolescentes participantes do programa, familiares e profissionais envolvidos no processo.

**A coleta será realizada com o atendimento do protocolo de esclarecimento aos participantes quanto aos objetivos do estudo.** Esclarece-se que não há nenhum risco, prejuízo, desconforto ou lesões que podem ser provocados pela pesquisa, **há garantia de sigilo da identidade dos participantes e direito de retirar o consentimento a qualquer tempo, bastando apenas informar o desejo ao pesquisador através dos contatos disponibilizados.**

**JUSSARA KEILLA BATISTA DO NASCIMENTO**

**Pesquisadora**

## ♦ CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, \_\_\_\_\_,  
abaixo assinado, concordo em participar do estudo “PROTAGONISMO JUVENIL: uma avaliação do programa Agente Jovem de Desenvolvimento Humano na cidade de Natal/RN (2006/2007)”, como entrevistado/a. Fui devidamente informado/a e esclarecido/a pelo pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido o sigilo da minha identidade e que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve à qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/ participação no programa avaliado.

Local e data \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Nome:

\_\_\_\_\_

Assinatura do entrevistado/a:

\_\_\_\_\_

Apêndice B: Roteiro Grupo Focal 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS

GRUPO FOCAL 01: A Efetividade do Programa Agente Jovem para inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino.

1. Dinâmica de acolhimento – 15 min.

Realizar Dinâmica de apresentação.

Recepcionar os participantes, explicar a proposta da pesquisa e o desenvolvimento da atividade.

2. Roda de Conversa – 40 min.

Lançar questionamentos e permitir livres respostas dos participantes:

- O programa contribuiu para meu retorno à escola? De que forma?
- O programa contribuiu para minha permanência na escola? De que forma?

3. Encerramento – 5 min.

Pedir a conclusão das falas. Fazer um fechamento sobre o tema. Agradecer aos participantes pela presença.

4. Registros

Apêndice C: Roteiro Grupo Focal 2

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS

GRUPO FOCAL 2: A Efetividade do Programa Agente Jovem para a integração dos adolescentes à família, à comunidade e à sociedade.

1. Dinâmica de acolhimento – 15 min.

Escuta e leitura coletiva da música 'Família' - Titãs.

Recepcionar os participantes, explicar o desenvolvimento da atividade.

2. Roda de Conversa – 40 min.

Lançar questionamentos e permitir livres respostas dos participantes:

- Como era a relação adolescente x família antes da sua inserção no programa?

- O programa contribui para o fortalecimento dos vínculos familiares? O que mudou?

- Como era a relação do adolescente com a comunidade (rua/bairro/cidade)? O programa contribuiu de forma positiva para esta relação? Como foi esta contribuição?

3. Encerramento – 5 min.

Pedir a conclusão das falas. Fazer um fechamento sobre o tema. Agradecer aos participantes pela presença.

4. Registros

Apêndice D: Roteiro Grupo Focal 3

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS

GRUPO FOCAL 03: A Efetividade do Programa Agente Jovem e sua contribuição para a diminuição dos índices de violência, uso de drogas, DST's e gravidez não planejada.

1. Dinâmica de acolhimento – 15 min.

Painel coletivo (pintura) – Minha vida sem violência, drogas e DST's.

Recepcionar os participantes e explicar a proposta da atividade.

2. Roda de Conversa – 40 min.

Lançar questionamentos e permitir livres respostas dos participantes:

- Qual era e qual é sua relação com comportamentos violentos?
- O que podemos falar sobre conhecimento, atração e recusa ao uso de drogas?
- O programa tem relação ao meu ponto de vista hoje?
- O que eu entendo por DST's e formas de prevenção? O conhecimento se materializa no meu cotidiano. Ou seja, eu me previno?
- Nós prevenimos a ocorrência de gravidez não planejada? Como? Em o Agente Jovem contribuiu para isso?

3. Encerramento – 5 min.

Pedir a conclusão das falas. Fazer um fechamento sobre o tema. Agradecer aos participantes pela presença.

4. Registros

Apêndice E: Roteiro Grupo Focal 4

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS

GRUPO FOCAL 04: A Efetividade do Programa Agente Jovem para a preparação do jovem para atuar como agente de transformação e de desenvolvimento de sua comunidade.

1. Dinâmica de acolhimento – 15 min.

Minha comunidade em tela.

Recepcionar os participantes, explicar a proposta da atividade.

2. Roda de Conversa – 40 min.

Lançar questionamentos e permitir livres respostas dos participantes:

- Quais os principais problemas da minha comunidade? A partir de quando eu percebi esses problemas?

- O que eu aprendi que coloquei ou posso colocar em prática para melhorar minha comunidade?

3. Encerramento – 5 min.

Pedir a conclusão das falas. Fazer um fechamento sobre o tema. Agradecer aos participantes pela presença.

4. Registros



Apêndice F: Roteiro Grupo Focal 5

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS - PPGCS

GRUPO FOCAL 05: A Efetividade do Programa Agente Jovem para facilitar a integração e interação do jovem no trabalho.

1. Dinâmica de acolhimento – 15 min.

Recepcionar os participantes, explicar a proposta da atividade.

2. Roda de Conversa – 40 min.

Lançar questionamentos e permitir livres respostas dos participantes:

- O programa me ajudou a construir um projeto de vida, incluindo a escolha de uma profissão?
- Que características eu desenvolvi no com a ajuda do programa que me ajudam ou me ajudarão no trabalho?
- Eu recebi algum encaminhamento direto para emprego ou curso profissionalizante?

3. Encerramento – 5 min.

Pedir a conclusão das falas. Fazer um fechamento sobre o tema. Agradecer aos participantes pela presença.

4. Registros

